TCC/UNICAMP
F335b
IE/2624

1290002624
IE
TCC/UNICAMP F335b

Universidade Estadual de Campi

Instituto de Economia – IE

Bancos Privados no Brasil: Análise Patrimonial e Gestão de Risco (1998-2004)

Bruna Monte Felizardo
R.A.:015563

Orientadora: Profª Dª Maria Alejandra Caporale Madi

Campinas, 28 de novembro de 2005

CEDOC/IE

Resumo

O tema central deste trabalho é a análise do comportamento dos bancos privados que atuam no mercado brasileiro, a partir da Análise Patrimonial e da Gestão de Riscos após o ano de 1998. Pretende-se por meio deste estudo entender as motivações que norteiam as atitudes e decisões tomadas pelas diferentes firmas bancárias individualmente. Buscar-se-á confirmar a hipótese de que, apesar de reagirem ao mesmo contesto macro econômico e perseguirem os mesmos objetivos (isto é, a maximização dos lucros), cada banco reage de forma diferenciada na gestão de seu portfólio, expondo-se mais ou menos aos riscos inerentes à atividade bancária de acordo com a preferência pela liquidez de cada um.

Palavras-chave: Bancos, gestão de riscos, preferência pela liquidez, análise patrimonial.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 6

CAPÍTULO 1: MINSK E O TRADE OFF PÓS KEYNESIANO: RENTABILIDADE VERSUS LIQUIDEZ. 9

CAPÍTULO 2: SAUNDERS E OS RISCOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA 12

CAPÍTULO 3: A GESTÃO DE RISCOS E SUA RELAÇÃO COM OS ACORDOS DE BASILÉIA 15

3.1 Revisão dos Acordos de Basiléia 15
3.2 Implementação dos Acordos no Brasil 17
3.2.1 Estrutura de Capital 17
3.2.2. Patrimônio de Líquido Exigido (PLE) 18
3.2.3 Risco de Crédito 18
3.2.4 Risco de Derivativos 19
3.2.5 Risco Cambial 19
3.2.6 Risco de Mercado 20
3.2.7 Índice de Capital 20
3.2.8 Índice de Imobilização 21
3.2.9. Penalidades 21
3.2.10 As metas para Basiléia II 21

CAPÍTULO 4: METODOLOGIA DA ANÁLISE DOS BALANÇOS E CÁLCULOS A SEREM ANALISADOS 24

4.1 Indicadores para Análise do Balanço Patrimonial 24
4.2 Indicadores para Análise da Gestão de Risco 26
4.3 Calculando os Índices para as Instituições Bancárias em Análise 30
Banco Bradesco S/A 30
Itaú Holding Financeira S/A 31
Banco Santander Banespa S/A 32
Unibanco S/A 33
Banco ABN Amro Real S/A 34
HSBC Bank Brasil S/A 34

CAPÍTULO 5: ANALISANDO OS BALANÇOS E INTERPRETANDO OS RESULTADOS - CONSTRUINDO UM PERFIL DE ATUAÇÃO PARA OS BANCOS. 35

5.1 Banco Bradesco S/A 36
5.1.1 Histórico 36
5.1.2 Análise do Balanço Patrimonial 37
5.1.3 Análise da Gestão de Riscos 40
5.2 Itaú Holding Financeira S/A 45
5.2.1 Histórico 45
5.2.2 Análise do Balanço Patrimonial 46
5.2.3 Análise da Gestão de Riscos 49
5.3 Banco Santander Banespa S/A 53
5.3.1 Histórico 53
5.3.2 Análise do Balanço Patrimonial 54
3.3 Análise da Gestão de Risco 57
5.4 Unibanco S/A 61
5.4.1 Histórico 61
5.4.2 Análise do Balanço Patrimonial 62
5.4.3 Análise da Gestão de Riscos 64
5.5 Banco ABN Amro Real S/A 67
5.5.1 Histórico 67
5.5.2 Análise do Balanço Patrimonial 68
5.5.3 Análise da Gestão de Riscos 70

5.6 HSBC Bank Brasil S/A 73
5.6.1 Histórico *73*
5.6.2 Análise do Balanço Patrimonial *74*
5.6.3 Análise da Gestão de Riscos *76*

CONCLUSÃO **81**

BIBLIOGRAFIA **83**

ANEXOS **84**

ANEXO I: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Banco Bradesco S/A 84
I.I Balanço Patrimonial *84*
I.II Demonstração de Resultados *87*
ANEXO II: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Itaú Holding Financeira S/A 89
II.I Balanço Patrimonial *89*
II.II Resumo das Demonstrações de Resultados *92*
ANEXO III: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Banco Santander Banespa S/A 93
III.I Balanço Patrimonial *93*
III.II Demonstração de Resultados *96*
ANEXO IV: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Unibanco S/A 98
IV.I Balanço Patrimonial *98*
IV.II Demonstração de Resultados *101*
ANEXO V: Balanço Ptrimonial e Demonstração de Resultados: Banco ABN Amro Real S/A 103
V.I Resumo do Balanço Patrimonial *103*
V.II Resumo da Demonstração de Resultados *103*
ANEXO VI: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: HSBC Bank Brasil S/A 104
VI.I Resumo do Balanço Patrimonial *104*
VI.II Resumo da Demonstração de Resultados *104*

Introdução

Com a liberalização do sistema financeiro nacional, esperava-se que o complexo bancário brasileiro apresentasse uma melhoria significativa em inúmeros sentidos, tais como no acesso e nas condições de concessão de crédito e na maior eficiência do sistema pela redução de custos operacionais. Entretanto, estas expectativas não se confirmaram. A maior presença de bancos estrangeiros no país não trouxe melhoras significativas quanto ao custo e à oferta de créditos e serviços financeiros, o que pode ser confirmado quando se observa o total de créditos concedidos por estas instituições e o total de recursos destinados às aplicações que envolvem um risco menor (isto é, nos títulos públicos): a oscilação entre estas formas de aplicações se deu de modo bastante semelhante nos bancos estrangeiros e nos bancos nacionais. Esta constatação pode ser vista como conseqüência direta do processo de adaptação dos bancos estrangeiros ao mercado nacional, que, ao invés de atuarem no país de modo semelhante ao qual atuam em seus mercados de origem, aderiram às condições internas existentes (que já garantia altos lucros com baixo risco graças a enorme quantidade de títulos emitidos pelo governo brasileiro), o que acabou desmotivando qualquer outro tipo de procedimento por parte dos bancos estrangeiros (Carvalho, 2002).

Porém, a relativa homogeneidade de comportamento dos bancos estrangeiros e nacionais frente ao cenário macroeconômico com o qual se defrontam não é impedimento para que as diferentes firmas bancárias tenham comportamentos distintos quanto à gestão de seus portfólios e quanto à forma de gerenciamento de seus passivos. Por serem firmas capitalistas, os bancos tomam as suas decisões de portfólio orientados pelas expectativas de maiores lucros, levando em conta sua preferência pela liquidez e suas avaliações da riqueza financeira em condições de incerteza, sendo ambas individuais e subjetivas para cada um dos diferentes bancos. A escala de preferência pela liquidez do banco reflete a precaução individual quanto à incerteza no que se refere ao retorno de suas aplicações, sendo portanto fundamental para decidir como, quando e em que aplicar. Neste sentido, a estratégia de cada um dos bancos é definida de acordo com as suas percepções de risco e oportunidades de lucro (Paula, 1999).

Assim, partindo da análise dos balanços dos bancos privados que atuam no mercado interno, este trabalho pretende estudar e entender o comportamento da firma bancária frente ao contexto macroeconômico com o qual se defronta. O período escolhido para a análise se inicia em 1998, que é o primeiro ano no qual todos os bancos selecionados para o estudo já estão instalados no mercado doméstico, e termina em 2004, para que também se possa incluir na análise o comportamento dos

bancos frente à crise pré-eleitoral em 2002 e ao período imediatamente posterior a ela, de "normalização" das expectativas.

Os bancos selecionados para o estudo foram escolhidos por serem os seis maiores bancos (em relação ao ativo) de capital privado atuando no país, sendo alguns de capital predominantemente nacional e o resto de capital predominantemente estrangeiro, já que a posse do capital também pode ser um fator de diferenciação quanto à forma de atuação dos bancos no balanço e no gerenciamento de riscos, hipótese esta que também será testada na análise. São eles:

- Bradesco S.A, que é um banco de capital privado predominantemente ***nacional***;
- Itaú, de capital predominantemente ***nacional***;
- Unibanco, de capital ***estrangeiro;***
- Santander, de capital ***estrangeiro;***
- ABN AMRO, de capital ***estrangeiro;***
- HSBC, que é de capital predominantemente ***estrangeiro***.

Apesar do cenário macro ser o mesmo para todos os bancos, cada firma bancária pode reagir de forma bastante diferenciada quando comparada às suas concorrentes. Isto ocorre porque cada banco tem diferentes percepções e aversão ao risco, e por isso a administração do balanço e a exposição ao risco se dará de maneira particular para cada firma bancária, de acordo com a expectativa que se forma do confronto entre a realidade macro que enfrentam (comum a todos os bancos) e a individualidade da decisão de como vão se expor ao risco e do grau desta exposição, o que pode gerar comportamentos totalmente distintos frente ao mesmo panorama econômico. Este trabalho procura encontrar e visualizar uma dinâmica própria de comportamento para cada um dos diferentes bancos selecionados, realçando suas especificidades e os fatores que levaram a esta atuação específica. Seu principal objeto de estudo é as diferenças e as semelhanças da atuação de cada firma bancária, que resultam das decisões no nível microeconômico de cada instituição, dando ênfase ao modo como cada banco gerencia sua exposição às distintas formas de risco aos quais estão vulneráveis dada a incerteza inerente a sua atividade. A partir da análise do Balanço Patrimonial e de indicadores selecionados de alguns dos bancos que atuam no mercado brasileiro, busca-se confirmar a hipótese de que, apesar de reagirem ao mesmo contexto macro, os bancos podem e vão atuar de forma diferenciada quanto à administração de seu balanço e sua exposição ao risco.

Nos capítulos 1, 2 e 3, será feita uma revisão da bibliografia existente sobre os temas a serem tratados. No capítulo 1, mostrar-se-á as idéias da corrente pós keynesiana, expressas principalmente na visão de Minsk e Chick, sobre o trade off com o qual todas as instituições bancárias se defrontam: a rentabilidade em oposição a liquidez. No capítulo 2, será apresentada a tipologia montada por Saunders dos diversos riscos aos quais as firmas bancárias se expõem na administração de seu Balanço. No capítulo 3, retomar-se-á o ideário dos Acordos de Basiléia e sua implementação no sistema financeiro nacional.

No capítulo 4, a metodologia necessária para a análise proposta pelo trabalho será apresentada, e todos cálculos necessários a partir dela serão realizados. No último capítulo, a análise do balanço e da gestão de riscos será feita, traçando assim um perfil de atuação para cada banco analisado.

Capítulo 1: Minsk e o *trade off* Pós Keynesiano: Rentabilidade *Versus* Liquidez.

Dentro de uma perspectiva pós-keynesiana, os bancos tem importância fundamental no funcionamento da economia. Eles interferem diretamente na quantidade de moeda disponível na economia, na medida que detém depósitos que funcionam como meio de pagamento e emprestam numa magnitude maior do que a quantidade de reservas que possue. Esse processo de multiplicação da moeda ofertada como um todo na economia é denominado ***multiplicador bancário***, e varia conforme a manutenção mínima de reservas exigida pela autoridade monetária e pela própria instituição bancária, que são o nível de reservas compulsórias e a taxa de redesconto (fixadas pelo Banco Central) e o nível de reservas no caixa dos bancos. Este processo permite que na economia capitalista moderna o investimento se desvencilhe da necessidade de poupança prévia (Chick, 1994).

Segundo Chick (1994), o sistema bancário atual se encontra no estágio 5 de acordo com a tipologia montada pela própria autora. Neste estágio, além do multiplicador poder funcionar de forma menos contida (graças ao desenvolvimento dos depósitos interbancários e da função do Banco Central como emprestador de última instância), a firma bancária vai atuar nos dois lados de seu balanço, tanto decidindo em que e como vai aplicar seus recursos (isto é, atuando do lado ativo de seu balanço) como também tentará influenciar a formação de seu passivo, buscando atrair novos depósitos e orientar as aplicações que capta no mercado de acordo com o que lhe convém, gerenciando as obrigações e introduzindo inovações financeiras (Chick, 1994; Paula 2001).

A instituição bancária, portanto, tem um papel importantíssimo na economia capitalista moderna, controlando em grande medida a concessão de crédito, e portanto, a realização do investimento; e também interferindo nas escolhas dos agentes quanto à forma de manutenção de sua riqueza. Entretanto, por ser como qualquer outra firma, o banco apresenta preferência pela liquidez determinada pela incerteza não probabilística, conformando seu portfólio de acordo com o trade off entre liquidez e rentabilidade, o que pode levar a um comportamento extremamente pró-cíclico por parte da firma bancária. Assim, a composição dos ativos dos bancos sofre inúmeras variações, de acordo com suas expectativas. Se estas são otimistas, os bancos vão privilegiar rentabilidade em detrimento de liquidez, ampliando a concessão de créditos (visto que estes são ativos mais rentáveis, porém de maior risco quanto ao retorno) bem como seus prazos, diminuindo sua margem de segurança (que é dada pela relação entre ativos líquidos e ativos ilíquidos). Se ao contrário, a incerteza é grande e as expectativas forem pessimistas, os bancos adotarão uma postura mais líquida, direcionando suas aplicações para ativos menos rentáveis porém mais líquidos (como por exemplo, mantendo um nível

maior de reservas ou comprando títulos públicos) e diminuindo seus prazos. Assim, a demanda por crédito poderá não ser completamente acomodada, pois os bancos buscarão comparar os retornos esperados e os prêmios de liquidez de todos os ativos disponíveis, conduzindo a um extremo no qual a concessão de créditos se dissocia dos riscos que apresenta (Paula 1999; Paula 2001).

Esta dinâmica de atuação dos bancos foi estabelecida por Minsk, e ficou conhecida como Hipótese da Fragilidade Financeira. Segundo Minsk, a estabilidade econômica sustentada conduz a fragilidade financeira da economia. Na fase ascendente do ciclo econômico, as expectativas dos agentes são extremamente otimistas, o que reduz o risco percebido por eles, levando a uma paulatina corrosão de suas margens de segurança. Os bancos irão portanto aumentar sua alavancagem e a quantidade de concessão de créditos em seu portfólio, sancionando a demanda por créditos das firmas, possibilitando que expandam seus investimentos e cresçam. Assim, como resultado desta postura mais especulativa assumida pelos bancos, a disponibilidade de recursos para o financiamento do gasto dos agentes aumenta, promovendo a condição necessária para a expansão da economia. A firma bancária vai privilegiar a rentabilidade, já que esta é a melhor alternativa dentro do quadro que para ela se apresenta: as outras firmas bancárias estão auferindo maiores rendimentos porque ampliaram sua carteira de empréstimo, e seus clientes conseguem pagar os créditos tomados pois tem rendimentos para isto graças à expansão econômica (Paula, 1999).

Se na fase ascendente os bancos propiciam o crescimento porque expandem suas carteiras de crédito, na fase descendente vão ampliar o quadro de crise que se instala por causa da postura defensiva que tendem a adotar, racionando o crédito e inviabilizando a rolagem da dívida por parte dos clientes. Na iminência da crise, as expectativas dos bancos quanto ao futuro tornam-se pessimistas, o que os leva a dirigir suas aplicações para ativos de menor risco, que são menos rentáveis, expressando sua preferência pela liquidez em detrimento da rentabilidade. Como conseqüência, restringe enormemente os créditos em sua carteira, reduz os prazos de seus ativos, e diminui seu grau de alavancagem, aumentando a participação do patrimônio líquido dentro do patrimônio total. Os bancos, portanto, não irão acomodar as demandas por crédito, o que limita o financiamento da economia e, portanto, sua capacidade de expansão (Paula, 1999).

Assim, como foi visto acima, no ciclo minskiniano, as instituições bancárias se comportam de modo extremamente pró-cíclico dentro da dinâmica da economia, estimulando sua expansão na fase de crescimento na medida que aumenta a concessão de créditos, e contribuindo para acentuar a recessão na fase descendente, já que assume uma postura mais conservadora devido ao aumento da percepção do

risco e conseqüente retração na oferta de crédito, diminuindo a capacidade de financiamento da economia (Paula 1999).

Entender a dinâmica interna de funcionamento da firma bancária e como ela arbitra entre os diferentes tipos de ativos disponíveis (e portanto entre os diferentes riscos inerentes à atividade bancária) é fundamental, portanto, para entender a própria dinâmica do ciclo econômico. Para que o crescimento ocorra e que os níveis de investimento aumentem, é necessário que os meios de pagamento criados pelas instituições bancárias acompanhe a expansão do investimento e do produto, para que a economia não sofra pressões de liquidez e precise aumentar os juros, reduzindo a demanda agregada. Compreender como cada banco selecionado se comporta frente ao contexto macro, construindo uma dinâmica de atuação do banco, é essencial portanto para que se possa formar uma visão mais individual sobre o comportamento dos bancos. Assim, será possível determinar qual firma é mais avessa ao risco, qual concede mais crédito, etc, questões fundamentais, como já foi discutido, para a própria análise da economia e de seu crescimento.

Capítulo 2: Saunders e os Riscos da Intermediação Financeira

Saunders (2000) faz uma apresentação dos diferentes tipos de risco que se associam à atividade bancária. Segundo o autor, os intermediários financeiros (isto é, os bancos, as corretoras, etc) exercem funções e prestam serviços especiais na economia, incorrendo assim, dada a natureza peculiar dos serviços que prestam, em riscos que são inerentes a sua atividade. Assim, o serviço de intermediação financeira entre poupador e os que demandam recursos tornam os bancos vulneráveis a uma série de riscos. O autor apresenta nove tipos de riscos enfrentados pelas instituições financeiras modernas. Apesar de apresentados separadamente, os riscos costumam ser interdependentes, podendo um influenciar no outro, e devem, portanto, ser considerados em seu conjunto.

O primeiro tipo de risco apresentado pelo autor é o **risco de variação da taxa de juros**, que é o risco que o banco assume quando os prazos de seus ativos e passivos não estão casados. Os títulos comprados (que ficam do lado ativo do balanço) pelos bancos geralmente têm prazos de vencimento distinto dos títulos vendidos (que entram no balanço como passivo) por ele. Assim, se seus ativos têm prazo maior do que seus passivos, a firma bancária correrá risco de refinanciamento: se a taxa de juros subir, os bancos perderão quando forem recontratar recursos, já que a taxa de retorno de seu investimento em ativos já está fixada. Se ao contrário, seu passivo tem prazo menor que seu ativo, os bancos se expõem ao risco de reinvestimento, já que capta a prazo mais longo do que investe: se a taxa de juros cair, o banco terá que reaplicar seus recursos a uma taxa mais baixa do que a que tem que pagar pelos empréstimos que contratou, incorrendo em perdas.

Outro tipo de risco que a instituição financeira incorre se a taxa de juros varia é o risco de variação de valor de mercado. O valor de mercado é igual ao preço do ativo descontados seus fluxos de caixa, sendo a taxa de desconto a taxa de juros. Assim, um aumento da taxa de juros implica numa taxa de desconto aplicável maior, o que reduz o valor de mercado de um determinado bem. Se os ativos do banco tiverem um prazo mais longo do que seus ativos, o aumento da taxa de juros fará com que o valor de mercado dos ativos diminua mais do que o valor de mercado dos passivos, o que pode implicar em perda econômica ou até em insolvência. Assim, convencionou-se que a melhor política contra a exposição ao risco de juros é o casamento de prazos. Entretanto, isto não é totalmente verdadeiro: o casamento de prazos pode implicar em menor retorno, já que se eliminam as possibilidades de retorno na transformação de ativos com risco; e a eliminação do risco depende também de como o banco financia seus ativos (se os financia também com capital próprio, a cobertura de risco pode ocorrer sem que necessariamente se faça o casamento de prazos).

O segundo tipo de risco apresentado pelo autor é o **risco de mercado**. Há risco de mercado quando o banco negocia seus ativos e passivos e não os mantém como investimento. Sempre que a instituição bancária assume uma posição a descoberto (comprada ou vendida) em algum bem e seu preço varia na direção oposta a esperada pelo banco, ele se expõe ao risco de mercado. Assim, quanto mais voláteis os preços dos bens negociados, maior o risco de mercado para as operações em cobertura.

O terceiro tipo de risco é o **risco de crédito**, que advém da possibilidade dos fluxos de caixa prometidos no ativo dos bancos não serem pagos integralmente. Isso ocorre quando um devedor deixa de cumprir suas obrigações, comprometendo tanto o pagamento de juros quanto à devolução do principal do empréstimo. Assim, é essencial efetuar um monitoramento das empresas cujos ativos estão na carteira do banco, e também distribuir este risco entre vários agentes, diversificando suas aplicações. Esta última medida, porém, só reduz o risco de crédito específico, que é aquele dado pela possibilidade de um dos tomadores de empréstimo não poder pagar, mas ainda deixa o banco exposto ao risco de crédito sistêmico, que é o risco de nenhuma das empresas conseguir honrar seus empréstimos por algum fator de conjuntura econômica.

Na fase ascendente do ciclo econômico, os bancos geralmente se expõem mais ao risco de crédito, liquidez e juros, por causa da diminuição na percepção do risco e por privilegiar rentabilidade em detrimento da liquidez, o que leva a uma lenta corrosão em suas margens de segurança (Paula 1999).

O quarto risco enfrentado pelos bancos é o **risco de operações fora do balanço**, que é aquele associado às atividades dos bancos que não aparecem no balanço patrimonial corrente porque afeta a formação futura do balanço, já que não dizem respeito à posse de um direito ou à emissão de uma obrigação, e sim à criação de ativos e/ou passivos condicionais. A capacidade de obter receitas de comissão sem sobrecarregar ou ampliar o balanço tem se transformado num importante incentivo para que as firmas bancárias se utilizem cada vez mais das atividades fora do balanço. O uso incorreto destes instrumentos, porém, pode resultar em prejuízos substanciais para os bancos.

O quinto risco associado à atividade bancária advém do maior uso de tecnologias e de processos de automação sofisticados por parte dos bancos para reduzir os custos operacionais, aumentar seus lucros ou conquistar novos mercados, fazendo assim maior uso de economias de escala ou escopo, que os expõem aos **riscos tecnológico e operacional**. O primeiro ocorre quando os investimentos em tecnologia não produzem as reduções esperadas de custo. Já o risco operacional surge quando a tecnologia deixa de funcionar adequadamente.

O **risco de câmbio** é o sexto tipo de risco apresentado pelo autor. Se o banco decide aplicar no exterior de maneira não diversificada e não casada em termos de prazos e de moedas (isto é, se tiver mais aplicações em uma determinada moeda estrangeira do que passivos nesta mesma moeda), a variação dos juros em moeda estrangeira ou a variação cambial podem resultar em perdas para a instituição financeira.

O outro tipo de risco que a instituição financeira se expõe quando realiza operações no exterior é o **risco soberano**, que ocorre porque o governo do país ao qual o empréstimo foi destinado pode proibir pagamentos ou mesmo limita-los quando não tem muitas reservas ou por motivos políticos, deixando o banco sem retorno pelo investimento realizado.

O oitavo risco apresentado na tipologia do autor é o **risco de liquidez**, que ocorre quando os detentores do passivo da instituição financeira exigem seu dinheiro à vista de maneira superior ao usual, o que as força a obter recursos adicionais ou mesmo liquidar seus ativos para atender esta exigência súbita, ameaçando até a solvência dos bancos.

Finalmente, o **risco de insolvência** decorre do excesso de todos os outros tipos de risco assumidos pelo banco. A insolvência ocorre sempre que os recursos próprios da instituição financeira são insuficientes para cobrir as perdas incorridas em função dos riscos assumidos.

Capítulo 3: A Gestão de Riscos e sua Relação com os Acordos de Basiléia

3.1 Revisão dos Acordos de Basiléia

A necessidade de regulamentação da atividade bancária é reconhecida por inúmeros autores. O próprio Saunders (2000) reconhece a importância da regulação dada às características especiais dos intermediários financeiros, visto que exercem funções e prestam serviços os quais perturbações ou interferências importantes podem produzir efeitos prejudiciais para o restante da economia. Carvalho (2003) também reconhece que o sistema financeiro tem uma dinâmica especial que o distingue dos demais setores da economia, pois esta dinâmica sujeita os intermediários financeiros ao risco sistêmico. Os bancos, especialmente aqueles com carteira comercial, são suscetíveis a corridas bancárias porque os recursos dos depositantes não ficam parados dentro da instituição financeira. Assim, embora as instituições financeiras assumam o compromisso com os depositantes de manter seus depósitos à disposição para saques conforme este precisar, uma fração dos depósitos é usada para financiar empréstimos, muitas vezes ilíquidos e arriscados. Ou seja, nem todo o volume de depósitos é mantido em espécie como reserva à disposição dos saques dos depositantes, mas apenas uma fração deste volume, determinando a existência do sistema de "reserva fracionária", que consiste na fonte de potencial fragilidade dos bancos.

Assim, a atividade bancária deve ser alvo de regulação prudencial e de um monitoramento intenso, através de regras que ficaram organizadas e padronizadas pelos Acordos de Basiléia. Carneiro et alli (2004) discorre sobre a evolução dos acordos, discussão que será apresentada abaixo.

Em 1974 foi constituído o comitê de Basiléia, com o apoio do BIS, composto por representantes dos bancos centrais dos principais países da Europa, Estados Unidos e Japão. Este comitê não possui autoridade formal de supervisão ou regulamentação obrigatória, seu objetivo é elaborar padrões de supervisão, recomendações e princípios para as práticas nos mercados financeiros, esperando auxiliar os países na adoção e implementação das medidas propostas. Suas decisões cobrem um vasto campo no mercado financeiro, e buscando adequação e alcance máximo de suas medidas no plano internacional.

Em 1988, surge o primeiro acordo de Basiléia, transformando significativamente a regulação do setor financeiro em todo o mundo. Este acordo divulgava princípios essenciais para uma supervisão bancária eficaz, voltada para a regulação prudencial, o monitoramento da gestão de riscos e o requerimento de capital mínimo para sustentar as posições de risco assumidas. Frente à enorme deterioração dos índices de capital dos bancos internacionais na década de 80, o acordo tenta

estabelecer padrões mínimos de requerimento de capital entre os bancos, ponderando os ativos de acordo com o risco de não cumprimento das obrigações, isto é, o risco de crédito. Estas recomendações foram aplicadas em grande parte do mundo, sendo um marco na reorientação das estratégias prudenciais no século XX.

Entretanto, graças ao desenvolvimento do setor financeiro que se direcionou para dar maior variedade e complexidade aos produtos oferecidos e as operações financeiras, aumentou-se a percepção de que as recomendações do primeiro acordo já não se mostravam mais suficientes. Assim, em 1995, o Comitê de Basiléia divulga uma primeira emenda ao acordo original, estendendo a necessidade de requerimento de capital também para o risco de mercado, cobrindo portanto uma parte das lacunas deixadas no primeiro acordo quanto à regulação e controle dos riscos. Em janeiro de 1996, o Comitê publica outro documento, abrindo espaço para que as próprias instituições calculassem seus requerimentos de capital através de modelos internos que fossem eficazes na mensuração dos riscos.

Em fevereiro do 2000, o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia divulga novo texto, contendo instruções para a correta administração do risco de liquidez e estabelecendo princípios para avaliar a adequação desta prática pelos bancos. Os crescentes estudos na área e a contínua evolução do sistema financeiro levaram a total revisão do acordo de 1988.

Assim, em junho de 1999, foi publicada a primeira versão do documento "Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital" que culminaria, em junho de 2004, com o advento do segundo Acordo de Basiléia (conhecido como Basiléia II). O novo acordo firmado apresenta princípios, medidas e providências para maior adequação do requerimento de capital aos níveis de riscos associados às operações financeiras, propondo uma nova estrutura de capital com base em três pilares: 1) requerimento de capitais com base nos riscos de mercado e de crédito; 2) reforço da capacidade dos supervisores bancários para avaliar e adaptar as condições do acordo às condições individuais das instituições financeiras; e 3) a transparência e divulgação de informações, fomentando a disciplina do mercado.

A regulamentação prudencial e a fiscalização precisa, para funcionar de fato, evoluir conforme o sistema financeiro se modifica, como pode ser visto pela evolução dos Acordos de Basiléia. A gestão dos riscos e a regulação de suas formas e magnitudes é essencial num mundo onde cada vez mais as instituições financeiras inovam e se desenvolvem, se expondo de forma cada vez maior não somente aos riscos já existentes, mas também aos riscos criados a cada dia pela própria dinâmica de funcionamento deste setor.

3.2 Implementação dos Acordos no Brasil

Em acordo com as normas do processo de internacionalização e globalização do capital que se dá a partir dos anos 80 nas principais economias capitalistas do mundo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decide aderir as regulamentações do Acordo de Basiléia, para que o Sistema Financeiro Nacional também atenda aos padrões internacionais relativos à solvência e liquidez dos sistemas bancários.

A implementação dos critérios estabelecidos no Acordo de Basiléia iniciou-se no país em 1994, através de debates entre o Banco Central, o sistema financeiro privado e o sistema financeiro público. O Conselho Monetário Nacional vai enquadrar o sistema financeiro do Brasil ao Acordo pela Resolução 2.099 de agosto de 1994, que continha quatro anexos. O anexo I revogava a legislação de incentivo aos bancos múltiplos, regulamentando o funcionamento, a transferência e a reorganização das instituições financeiras. O anexo II não diz respeito ao Acordo de Basiléia, e colocava um expressivo aumento nas necessidades de capital das instituições financeiras em relação à legislação anterior. O anexo III disciplinava a instalação e o funcionamento das dependências das instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central. O anexo IV definia o cálculo do patrimônio líquido com base no grau de risco da estrutura de ativos, passivos e contas de compensação da instituição financeira. (Fortuna, 2001).

As regras estabelecidas no Sistema Financeiro Nacional relativas ao Acordo de Basiléia e as principais alterações legais publicadas ao longo do tempo serão descritas a seguir.

3.2.1 Estrutura de Capital

Atendendo as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, o Banco Central, através da Resolução 2.837 de 30 de maio de 2001, adota uma definição de capital em 2 níveis, a saber:

Nível I: que é a soma do patrimônio líquido e dos saldos das contas de resultado credoras; menos o saldo das contas de resultado devedoras, as reservas de reavaliação, as reservas para contingências e as reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos e os valores referentes a ações preferenciais cumulativas e a ações preferenciais resgatáveis;

Nível II: constituído pelas reservas de reavaliação, reservas para contingências, reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, ações preferenciais cumulativas, ações preferenciais resgatáveis, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida.

A somatória dos capitais de nível I e II ficou conhecida como "Patrimônio de Referência". Para regulamentar o limite operacional, estabeleceu-se que o capital de nível 2 tenha a mesma capacidade de alavancagem do capital de nível 1, só que limitado a até 50% da somatória do capital dos dois níveis, isto é, do Patrimônio de Referência (PR).

3.2.2. Patrimônio de Líquido Exigido (PLE)

A regulamentação do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) se altera desde a primeira legislação em 1994, sendo a mais recente dessas mudanças posta em funcionamento através da resolução 2.891 e da circular 3.064. O método de apuração do PLE, além de tratar do risco de crédito, regula os riscos das operações de swap ou derivativos em geral, os riscos das operações de câmbio e os riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros praticadas no mercado.

3.2.3 Risco de Crédito

Um dos entraves ao estabelecimento da regulação do risco de crédito nos moldes do Acordo de Basiléia foi o fato do Brasil não ter um sistema de classificações *(rating)* de ativos bem desenvolvido. Assim, a ponderação do risco dos diferentes tipos de crédito ficou a cargo do Banco Central, que, através do anexo IV da resolução 2.099, estabeleceu quatro tipos de risco com diferentes fatores de ponderação:

- risco nulo (0%) para encaixes em moeda corrente, títulos federais e títulos garantidos pelo Tesouro Nacional e títulos privados (CDB, LC, LI, LH) de instituições ligadas;
- risco reduzido (20% ou 50%) para títulos estaduais e municipais, títulos privados de instituições não-ligadas, câmbio para exportação e quotas de fundos de investimento;
- risco normal (100%) para títulos de dívida agrária, obrigações da Eletrobrás, debêntures e títulos de renda variável e operações de crédito em quase sua totalidade e ainda;
    - risco de 300% para créditos tributários oriundos do pagamento antecipado de IR e contribuição social (Circular 2.916).

Estes percentuais de risco vêm sendo alterados pelo Banco Central ao longo do tempo. A partir deste referencial, obtém-se o ativo ponderado pelo risco, ao qual é aplicado um fator **F** (determinado pela circular 2.784/97) de 11% sobre este total. No caso de uma operação de crédito (risco normal), por exemplo, para cada R$100,00 emprestados o banco necessita manter um patrimônio de R$11,00.

Neste cálculo, não são consideradas as operações com garantias realizadas em sistema administrados por bolsas de valores ou de mercadorias e futuros; e as operações nas quais a instituição aja exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações com a contraparte.

O Banco Central também determinou que a instituição financeira não deve conceder empréstimos ou adiantamentos, conceder garantias, subscrever ou deter em sua carteira de investimento títulos e valores mobiliários de qualquer cliente ou grupo de clientes afiliados que, juntos, sejam um montante tal que superior a 25% de seu PR.

3.2.4 Risco de Derivativos

Através da resolução 2.399 e das circulares 2.770 e 2.771 de 30 de julho de 1997, o Sistema Financeiro Nacional é enquadrado nas recomendações do Acordo no que diz respeito ao controle dos riscos de crédito das operações de *swap*. O Banco Central pretendia converter o risco da operação com derivativos para um risco de crédito correspondente, em função das volatilidades dos ativos envolvidos e de um índice de correlação. O risco associado à operação de *swap* é determinado pelo valor da aplicação e por pelas características desta, levando em consideração a possível volatilidade dos índices utilizados na operação. No caso de uma operação de *swap* de dólar contra CDI, a mensuração do risco envolve a variação dos dois índices, o prazo e o valor da operação.

Após esta conversão, seria aplicado no resultado um fator **F'** igual a 20%, o dá a instituição uma capacidade de alavancagem de 5 vezes o seu patrimônio. Assim, para cada R$100,00 colocados em operações de derivativos, o banco deve possuir no mínimo R$20,00 de capital.

Pela enorme variabilidade dos índices a serem considerados, o Banco Central estabeleceu duas tabelas que poderão ser alteradas periodicamente, com os valores dos fatores de risco referenciais de ativos e passivos e os coeficientes de correlação entre os índices. Instituiu também a marcação a mercado (*mark to market*), isto é, o banco deve recalcular diariamente o risco de suas posições de *swap*, com base nos prazos remanescentes das operações e possíveis flutuações nos índices envolvidos (Fortuna, 2001).

3.2.5 Risco Cambial

Após a enorme turbulência causada pela crise cambial de 1999, o Banco Central fixa um teto de 60% do PR para a exposição cambial líquida dos bancos, calculada em reais. Para melhor acurácia do cálculo, o Banco Central contabiliza a soma de ativos e passivos em moeda estrangeira à vista e à prazo

(contratos negociados na BM&F). Segundo a regulamentação, o diferencial entre as posições ativas e passivas não pode ser superior ao capital da instituição.

Se o banco ficar exposto à variação cambial em valor acima de 20% do patrimônio, ele deverá alocar 50% de seu patrimônio para fazer frente exclusivamente ao risco cambial. No caso contrário, de uma exposição inferior a 20%, o Banco Central não exige nenhum nível de capitalização adicional para fazer frente ao risco cambial.

Em 2001, o Conselho Monetário Nacional (CMN) elevou o fator de risco aplicável a transações que envolviam ativos e passivos em ou indexados a moedas estrangeiras. Passou de 33% do total da exposição cambial (sobre o que exceder os 20% do capital normativo) para 50% do total da exposição. Isso ocorreu principalmente como fruto de uma tentativa de diminuir a especulação com moedas estrangeiras no mercado cambial.

3.2.6 Risco de Mercado

O risco de mercado passou a ser considerado para efeito de apuração do PLE através das resoluções 2.692 de 24 de fevereiro de 2000 e 2.972 de 23 de março de 2000. As medidas adotadas tiveram como finalidade incentivar os bancos a reservar uma parcela do capital próprio para cobrir potenciais perdas decorrentes dos descasamentos entre ativos e passivos em momentos de alta variação das taxas de juros.

Assim, o Banco Central adota o modelo VaR *(Value at Risk)*, medindo os riscos de mercado diariamente e comparando-os à média dos 60 dias úteis anteriores. O capital alocado como reserva será definido com base no valor mais alto da comparação estabelecida.

3.2.7 Índice de Capital

O índice de capital, popularmente conhecido como Índice de Basiléia, nada mais é do que a relação entre o capital do banco e a exigência de patrimônio líquido para cobertura dos riscos envolvidos nas operações bancárias. Seu piso foi estabelecido pelo Banco Central do Brasil em 11%, sendo superior à exigência de 8% estabelecida pelo Acordo de Basiléia.

Com a adoção deste índice, a alavancagem máxima cai de 15 vezes o valor de PR para 9,09 vezes o valor do PR, ponderando-se pelo risco do endividamento assumido. Tal medida de alavancagem demonstra, a partir de um determinado nível de patrimônio, o nível máximo que a instituição bancária pode assumir em operações que envolvam risco.

3.2.8 Índice de Imobilização

O índice de imobilização é dado pela relação entre o ativo permanente da instituição financeira e o seu PR, indicando qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada ou que não está em giro. Esta regulamentação não foi prevista no Acordo de Basiléia. Entretanto, é uma medida de liquidez que tem relação com solvabilidade da instituição financeira, que portanto deve ser levada em conta pois revela um importante aspecto da estrutura de capital do banco. Assim, o Banco Central, através de Resolução 2.283 de 5 de junho de 1996 fixa um limite máximo de 90% do PR sob a forma de ativo permanente, devendo ser reduzido gradualmente até 50% a partir de junho de 2003.

3.2.9. Penalidades

Se alguma instituição financeira não se adequar às normas estabelecidas regulamentação, o Banco Central pode aplicar as seguintes punições:

- elevação das exigências relativamente aos limites de imobilização, diversificação de risco e demais limites operacionais;
- redução da estrutura operacional da instituição, mediante o cancelamento de autorizações, de modo a adequá-la aos seus níveis de capitalização.

O Banco Central, como autoridade de regulamentação e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, deve pressionar as instituições financeiras que infringem as regras impostas a regularizar sua situação, dentro do prazo de até 90 dias. Caso isto não ocorra, pode ocorrer uma intervenção ou até a liquidação da instituição financeira.

Assim, nestes 90 dias, o banco tem duas alternativas: integralizar seu capital ou a restringir a exposição decorrente das operações que envolvam riscos. Para isso, o Banco Central admite que a instituição mantenha temporariamente sob sua custódia uma conta de depósito com uma quantia suficiente para cobrir a deficiência de capital. Os depósitos deverão ser constituídos com recursos provenientes dos acionistas e controladores, em espécie ou em títulos do Tesouro Nacional ou Banco Central e considerados como parte do patrimônio líquido.

3.2.10 As metas para Basiléia II

Em dezembro de 2004, o Banco Central do Brasil divulgou, através do Comunicado 12.746, os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital proposta no Acordo de Basiléia II. Esta nova regulamentação tinha como meta atender as diretrizes do novo acordo, adaptando-as às

condições e peculiaridades do mercado brasileiro, com grande ênfase nos pilares 2 (supervisão) e 3 (transparência) propostos por Basiléia II.

Com relação ao primeiro pilar (isto é, quanto à regulamentação do risco de crédito), o Banco Central decidiu que:

- não utilizará ratings de agências externas de classificação de risco de crédito para apuração dos requerimentos de capital;
- aplicaria a abordagem simplificada à maioria das instituições financeiras, que nada mais seria do que um aprimoramento da abordagem utilizada na época, incorporando elementos que possibilitem melhor adequação do requerimento de capital às características das exposições, e para isto revendo os fatores de ponderação de risco de créditos determinados na Resolução 2.099. Após certo período de transição, as instituições de maior porte poderão adotar a abordagem avançada, com base no sistema interno de classificação de risco;
- ainda estudaria a melhor metodologia a ser aplicada quanto ao controle do risco operacional, mas provavelmente as instituições que pudessem escolher a abordagem avançada quanto à classificação do risco de crédito também poderiam escolher a abordagem avançada de mensuração do risco operacional.

Ficava neste comunicado decidido também que os requerimentos de capital para cobrir o risco de mercado seriam expandidos de modo a incluir as exposições ainda não contempladas em Basiléia I, podendo também algumas instituições fazer uso de modelos internos de gestão deste risco. Ademais, as regras e critérios utilizados na implementação de Basiléia II seriam os mesmos tanto para as instituições financeiras nacionais quanto para as estrangeiras, sendo os requisitos para determinar se a instituição pode escolher ou não os modelos internos de gerenciamento dos riscos o mesmo para todos que operam no país, sem distinção quanto à origem do capital.

Ainda neste comunicado, o Banco Central deixava claro que, apesar de suas medidas se dirigirem primordialmente ao Pilar 1 do acordo, a cada uma delas corresponderia ações equivalentes no âmbito dos Pilares 2 e 3. Determinadas as ações a serem tomadas, o planejamento para a implementação do acordo no Brasil ficou definido de acordo com os seguintes prazos:

I - até o final de 2005: revisão dos requerimentos de capital para risco de crédito para adoção da abordagem simplificada e introdução de parcelas de requerimento de capital para risco de mercado

ainda não contempladas pela regulamentação, bem como o desenvolvimento de estudos de impacto junto ao mercado para as abordagens mais simples previstas em Basiléia II para risco operacional;

II - até o final de 2007: estabelecimento dos critérios de elegibilidade para adoção de modelos internos para risco de mercado e planejamento de validação desses modelos, estabelecimento dos critérios de elegibilidade para a implementação da abordagem baseada em classificações internas para risco de crédito e estabelecimento de parcela de requerimento de capital para risco operacional (abordagem do indicador básico ou abordagem padronizada alternativa);

III - 2008-2009: validação de modelos internos para risco de mercado, estabelecimento de cronograma de validação da abordagem baseada em classificações internas para risco de crédito (fundamental ou básica), início do processo de validação dos sistemas de classificação interna para risco de crédito e divulgação dos critérios para reconhecimento de modelos internos para risco operacional;

IV - 2009-2010: validação dos sistemas de classificação interna pela abordagem avançada para risco de crédito e estabelecimento de cronograma de validação para abordagem avançada de risco operacional;

V - 2010-2011: validação de metodologias internas de apuração de requerimento de capital para risco operacional. (Fonte: Banco Central)

As medidas e resultados desta nova regulamentação só poderão ser vistas posteriormente, já que as regras são extremamente recentes. Entretanto, o grande esforço do Banco Central brasileiro para adequar as instituições financeiras nacionais às regras impostas pelo BIS pode ser um indicador de que as metas serão cumpridas com rigor.

Capítulo 4: Metodologia da Análise dos Balanços e Cálculos a Serem Analisados

Para entender a dinâmica de comportamento da firma bancária, será feita uma análise do Balanço Patrimonial de cada um dos seis maiores bancos privados[1] que atuam no Brasil, a partir de cinco indicadores selecionados e a partir da análise de exposição aos diferentes tipos de risco inerentes à atividade dos bancos, dentro do intervalo 1998 a 2004. Como já foi dito, a delimitação do período dentro destes sete anos é justificada pelo fato de 1998 ser o primeiro ano no qual todos os bancos selecionados para o estudo já estavam instalados no mercado brasileiro, e para que também se possa incluir na análise o período da crise pré-eleitoral em 2002.

A hipótese que pretende ser testada a partir desta análise é a de que as diferentes firmas bancárias, apesar de reagirem ao mesmo cenário macro econômico e orientarem suas decisões de modo a obter maior lucro possível, vão agir de maneira bastante diferenciada em relação a suas aplicações e gestão de seus portfólios.

Os seis maiores bancos privados do país de acordo com o total de ativos são (de acordo com o Banco Central):

Ranking	Instituição	Cidade	Ativo Total*
1	Bradesco	Osasco/SP	154.801.179
2	Itaú	São Paulo/SP	140.181.104
3	Unibanco	São Paulo/SP	75.432.080
4	Santander Banespa	São Paulo/SP	71.928.184
5	ABN Amro	São Paulo/SP	65.085.061
6	HSBC	Curitiba/PR	41.883.100

* dados referentes a março de 2005

** em milhares de reais

Fonte: Banco Central do Brasil

4.1 Indicadores para Análise do Balanço Patrimonial

Para analisar o Balanço Patrimonial dos bancos propriamente dito, é necessário calcular cinco indicadores. O primeiro deles é o ***grau de alavancagem***, que indica a capacidade de giro do banco sem incorporar capital de terceiros. É dado pela fórmula:

$$GA = \frac{(CaptaçãoTotal - CarteiradeTerceiros)}{PatrimônioLíquido} * 100$$

[1] Foram definidos como "maiores" aqueles que possuíam maior valor em relação ao total dos ativos.

Se este índice de adequação do capital for muito baixo, o banco pode vir a ter problemas em relação ao seu financiamento, já que grande parte de suas captações é composta basicamente por capitais que não são de sua propriedade. Ao contrário, se grande parte da captação do banco é de recursos próprios, sua situação financeira é mais sólida, já que é menos dependente de captações externas.

O segundo indicador a ser calculado é a ***rentabilidade patrimonial***, que como o próprio nome já diz é um índice de rentabilidade, e expressa a taxa de retorno dos acionistas. Obviamente, quanto maior a rentabilidade em relação ao Patrimônio Líquido, melhor a situação da firma bancária. Sua fórmula é:

$$RP = \frac{\text{Re}sultadoLíquido}{PatrimônioLíquido} * 100$$

A ***margem líquida*** é o terceiro indicador necessário para a análise. Assim como a ***rentabilidade patrimonial***, também é um índice de rentabilidade, e dá uma boa aproximação da eficiência do banco e da geração de lucro, sendo por isso utilizada na análise do spread:

$$ML = \frac{\text{Re}sultadoLíquido}{(\text{Re}ceitadeIntermediaçãoFinaceira + \text{Re}ceitadeServiços)} * 100$$

O quarto indicador é a ***liquidez corrente***, que é um índice de liquidez. Este índice expressa a liquidez de prazo mais curto, e, quanto maior este índice, melhor a situação do banco para honrar seus compromissos no curto prazo. A fórmula é:

$$LC = \frac{AtivoCirculante}{PassivoCirculante} * 100$$

Por fim, o ***gap de prazo***, que também é um índice de liquidez, avalia a existência de descasamento de prazos no portifólio dos bancos. Se este descasamento existir, a instituição bancária pode vir a ter problemas para honrar seus compromissos no futuro:

$$GP = \frac{\text{Re}alizávelLP}{(ExigívelLP + PatrimônioLíquido)} * 100$$

Estes índices acima apresentados fornecem uma boa indicação de como a firma bancária arbitra no trade off liquidez x rentabilidade, mostrando portanto qual o grau de aversão ao risco de cada banco e como este se comporta em situações diferenciadas quanto à percepção de risco e à incerteza dada pelos riscos inerentes à atividade bancária. Assim, a partir da análise do Balanço Patrimonial através

destes indicadores, pode-se traçar um perfil de atuação dos bancos, tarefa que será realizada no próximo capítulo.

Assim, a partir da análise conjunta da exposição ao risco e dos indicadores de balanço, buscará se confirmar a hipótese de que as diferentes firmas bancárias, apesar de reagirem ao mesmo contexto macroeconômico, vão atuar de forma diferenciada quanto ao gerenciamento dos riscos, distinguindo quanto ao grau que se expõem ao risco e quanto aos tipos de riscos que "preferem" se expor.

4.2 Indicadores para Análise da Gestão de Risco

Já em relação à análise da Gestão de Riscos das diferentes instituições, serão analisados com maior ênfase os seguintes riscos: de variação da taxa de juros, de variação na taxa de câmbio, de crédito e o de liquidez. Assim como na análise do Balanço, também é essencial calcular alguns indicadores para que o perfil de exposição ao risco dos bancos também possa ser traçado.

Para analisar o **risco de variação da taxa de juros** através do Balanço Patrimonial, é necessário adotar uma medida que seja uma boa proxi da *duration*[2] do ativo e passivo do banco, já que os prazos reais das aplicações e dos recebimentos dos bancos não se encontram expostos no balanço. Uma possível aproximação deste prazo médio é analisar a evolução conjunta dos itens "Ativo Circulante" e "Passivo Circulante"; e dos itens "Ativo Realizável a Longo Prazo" e "Passivo Exigível a Longo Prazo". Para isto, será adotada a medida do *hiato de vencimento*, que é dada por:

$$HV_{CP} = AtivoCirculante - PassivoCirculante$$

$$HV_{LP} = Ativo\,\mathrm{Re}alizávelaLP - PassivoExigívelaLP$$

Como pode ser visto pelas fórmulas, os hiatos que devem ser calculados são aqui chamados para fins didáticos de "curto prazo" (isto é, calculados com base na parte circulante do balanço) e o de "longo prazo" (que é calculado usando a parte de longo prazo do balanço), o que dá uma idéia de como o banco está tentando administrar seus prazos. Entretanto, olhando estas medidas isoladamente não é possível chegar a conclusão alguma. Devem ser estabelecidas hipóteses ex-ante, isto é, para entender porque o banco assume determinada posição, tem que procurar saber quais eram as expectativas que o guiavam naquele momento, e o que ele esperava para o período posterior. Assim, deve-se, a partir das ações tomadas pelo banco, inferir se este esperava um aumento ou uma queda na taxa de juros.

Por exemplo, se o banco de um período para o outro, aumenta seu Ativo Circulante numa magnitude maior do que varia seu Passivo Circulante (isto é, o hiato de vencimento de "curto prazo" é

[2] A *duration* é definida como o prazo médio das aplicações ponderado por seus fluxos de caixa.

positivo), ao mesmo tempo que aumenta o Passivo Exigível a Longo Prazo mais do que o Ativo Realizável a Longo Prazo (isto é, seu hiato de vencimento de "longo prazo" é negativo), pode-se inferir que a instituição bancária em questão está tentando encurtar o prazo de seu ativo ao mesmo tempo que tenta alongar o prazo de seu passivo. Esta atitude só faria sentido se este banco estivesse esperando um aumento da taxa de juros, o que o levaria a tentar garantir seu financiamento por um período maior à taxa atual de juros (que seria, na expectativa do banco, menor do que a do futuro), ao mesmo tempo que diminui os prazos de suas aplicações, podendo assim, reinvestir no futuro com taxas de retorno mais altas. Isso geraria um ganho para o banco, pois já captou a taxa mais baixa e poderá reaplicar a taxas mais altas, se suas expectativas de aumento nos juros se confirmarem.

Do contrário, se o banco tem hiato de "curto prazo" negativo e hiato de "longo prazo" positivo, ele provavelmente espera que as taxas de juros caiam: se sua expectativa se confirma, já vai ter aplicado a taxas mais altas e poderá captar recursos para financiar estas aplicações a taxas mais baixas, e assim incorre num diferencial de juros entre aplicações e captações que propicia ganho para este banco.

O **risco de variação na taxa de câmbio**, por sua vez, deve ser olhado no balanço através do hiato existente entre ativos indexados ao cambio e passivos denominados em moeda estrangeira. Se este hiato for diferente de zero, o banco terá descasamentos de moedas, o que implica numa exposição a riscos de variação da taxa de cambio. Para analisar esta possibilidade, o primeiro passo seria comparar o item "Carteira de Câmbio" no lado do ativo circulante com este mesmo item no lado do passivo circulante, o que dá uma idéia da evolução da carteira de câmbio no curto prazo. Assim, teremos:

$$HC_{cp} = CarteiradeCambionoAtivo - CarteiradeCâmbionoPassivo$$

Se esta medida de hiato cambial for positiva para uma determinada instituição bancária (isto é, o volume do ativo é maior do que o volume do passivo), dizemos que ela apresenta posição comprada em moeda estrangeira, e portanto, que tem uma exposição líquida ativa em câmbio. Se, ao contrário, esta medida for negativa, dizemos que o banco apresenta posição vendida em moeda estrangeira, tendo assim posição líquida passiva em câmbio. Assim como na medida do hiato de vencimento, estes números não dizem nada se observados isoladamente, sendo necessário fazer hipóteses sobre o que o banco esperava em termos de variação cambial.

Assim, se o banco apresenta uma posição comprada em moeda estrangeira, é provável que ele estivesse esperando uma desvalorização da moeda local frente à estrangeira, pois tem mais a receber em

divisas do que a pagar, o que lhe proporcionaria um ganho em moeda local[3] caso suas expectativas se confirmassem. Ao contrário, se esperasse uma valorização da moeda local, o banco provavelmente assumiria uma posição vendida, tentando captar mais recursos em moeda estrangeira, já que, se suas expectativas se confirmassem, teria que pagar menos em termos de moeda local por eles.

Uma análise mais completa da exposição ao risco de câmbio requer também a análise dos itens "Títulos Emitidos no Exterior" e os "Empréstimos Tomados no Exterior", tanto no ativo e passivo circulante como no de longo prazo. Assim, o hiato de câmbio ficaria igual a :

$$HC = Carteira de Cambio no Ativo - (Carteira de Câmbio no Passivo + Total de Títulos Emitidos no Exterior + Total de Empréstimos Tomados no Exterior)$$

Este novo hiato também só seria passível de análise formulando hipóteses, tendo o banco também assumido exposições líquidas ativas ou passivas de acordo com o resultado deste hiato.

Outro item importante para se analisar a exposição ao risco cambial é observar a evolução dos instrumentos de derivativos do banco, como os contratos futuros, hedges, etc; que pode ser um indicador do quanto o banco busca se proteger das posições assumidas. Geralmente, se o banco busca aumentar sua segurança, as posições assumidas em relação aos derivativos são complementares as posições assumidas em relação ao câmbio, de modo a garantir a proteção do banco contra eventuais perdas quando suas expectativas não se realizam.

Já em relação ao **risco de crédito,** é essencial analisar não só a quantidade de créditos concedidos, mas também é fundamental analisar a qualidade da carteira de crédito que o banco possue. Para este fim, é preciso analisar a evolução da concessão de créditos no lado ativo do balanço, comparando o total de créditos concedidos com o ativo total. Se uma grande parte do ativo é composta de créditos, o banco ficará mais exposto ao risco de crédito, já que boa parte de seus rendimentos advém dos pagamentos dos juros e do principal referente aos empréstimos concedidos.

Para monitora-lo, é essencial analisar não só a quantidade de créditos concedidos, mas também é fundamental analisar a qualidade da carteira de crédito que o banco possue. Para este fim, é preciso analisar a evolução da concessão de créditos no lado ativo do balanço, comparando o total de créditos concedidos com o ativo total. Se uma grande parte do ativo é composta de créditos, o banco ficará mais exposto ao risco de crédito, já que boa parte de seus rendimentos advém dos pagamentos dos juros e do principal referente aos empréstimos concedidos.

[3] já que, quando convertesse o que recebeu em moeda estrangeira para a moeda local, embolsaria mais, porque com a desvalorização, são necessárias mais unidades de moeda local para trocar por uma mesma quantidade de moeda estrangeira.

Para analisar a qualidade da carteira de créditos, é necessário construir quatro indicadores. Os três primeiros relacionam as provisões, que são reservas exigidas de acordo com o risco de inadimplência da carteira de crédito (definidas segundo as recomendações do Acordo de Basiléia), com os créditos concedidos, em termos percentuais. Os itens referentes às provisões e aos créditos na parte circulante do balanço se referem à análise de curto prazo; os que se encontram na parte de Realizável a Longo Prazo do ativo do balanço são usados na análise de longo prazo; e a soma dos anteriores diz respeito à análise total. São eles:

$$P_T / C_T = \frac{\text{Pr}ovisõesTotais}{CréditosTotais} * 100$$

$$P_{CP} / C_{CP} = \frac{\text{Pr}ovisõesCP}{CréditosCP} * 100$$

$$P_{LP} / C_{LP} = \frac{\text{Pr}ovisõesLP}{CréditosLP} * 100$$

Assim, através destes três índices, pode-se ter uma idéia boa de como as provisões evoluem de acordo com o total de créditos. Se as provisões são muito altas quando comparadas ao crédito concedido, significa que a carteira de créditos do banco é de má qualidade, já que, quanto maior é a expectativa de inadimplência, mais alta é a exigência de provisões requerida, de acordo com os índices estabelecidos em Basiléia. Assim, quanto maior é esta relação, mais exposto o banco está ao risco de crédito, dado que a probabilidade de inadimplência de sua carteira de crédito é maior.

O último índice a ser considerado é o que relaciona o Patrimônio Líquido com o total de empréstimos concedidos. Quanto maior for este índice, maior será a adequação de capital que o banco possui, já que toda perda que o banco incorre impacta diretamente no Patrimônio Líquido, reduzindo sua magnitude. Assim:

$$PL / E = \frac{PatrimônioLíquido}{EmpréstimosTotais}$$

Na fase ascendente do ciclo econômico, os bancos geralmente se expõem mais ao risco de crédito, liquidez e juros, por causa da diminuição na percepção do risco e por privilegiar rentabilidade em detrimento da liquidez, o que leva a uma lenta corrosão em suas margens de segurança (Paula 1999).

Finamente, o **risco de liquidez**, que é o risco do banco não conseguir refinanciar suas posições, decorre de uma má gestão de todos os outros tipos de riscos. Para analisar a exposição do banco a este

tipo de risco, deve ser analisado o hiato de recursos, que nada mais é do que avaliar a evolução do saldo de empréstimos (que está no ativo do balanço, tanto de curto como de longo prazo) em relação ao saldo de depósitos (calculado com base no lado passivo do balanço). Se os saldos de depósitos (recursos que entram no banco) são maiores do que os saldos de empréstimos (recursos que o banco disponibiliza para quem ele empresta), o banco terá menor probabilidade de precisar liquidar ativos ou captar mais no mercado monetário para fazer frente aos empréstimos, incorrendo, portanto, num menor risco de liquidez.

Para melhor visualizar a exposição ao risco de liquidez, também é necessário analisar o peso do ativo (passivo) circulante em relação ao ativo (passivo) total:

$$AC/AT = \frac{AtivoCirculante}{AtivoTotal} \quad \text{e} \quad PC/PT = \frac{PassivoCirculante}{PassivoTotal}$$

Assim, se o ativo circulante corresponde a uma grande parte do ativo total, e o passivo circulante é uma parte pequena do passivo total, o banco estará incorrendo num risco menor de liquidez, por possuir mais haveres a receber no curto do que no longo prazo, e por suas obrigações estarem mais concentradas no longo do que no curto prazo. Se ao contrário, o ativo circulante é pequeno, e o passivo circulante é grande, o banco estará se expondo mais ao risco de liquidez, pois suas obrigações se concentram no curto prazo enquanto seus recebimentos se concentram no longo prazo.

Porém, nunca é demais ressaltar que, para se ter uma visão real dos riscos aos quais o banco se expõe, é necessário formular hipóteses sobre as expectativas que motivaram a instituição bancária a assumir aquela determinada posição. Também é essencial, dado que estes riscos interagem muito uns com os outros, ter uma visão geral sobre o conjunto dos riscos, inter relacionando todos eles de modo a formar uma conclusão global e coerente na análise dos riscos.

4.3 Calculando os Índices para as Instituições Bancárias em Análise

Banco Bradesco S/A

Os índices que serão usados para construir a análise da instituição Banco Bradesco S/A foram calculados com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados do banco, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Para facilitar os cálculos e dar maior visibilidade, foi construída a tabela abaixo, que dá o valor dos indicadores calculados pelas fórmulas apresentadas nos itens anteriores.

Bradesco

Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
grau de alavancagem =	76,60	50,21	55,95	99,28	22,35	104,84	42,72
rentabilidade patrimonial =	16,02	16,32	21,50	22,22	18,65	17,02	20,11
margem líquida =	10,31	8,45	15,13	13,42	8,98	10,72	12,83
liquidez corrente =	86,00	84,56	85,08	88,60	100,83	100,21	102,44
gap de prazos =	86,26	84,09	89,06	72,25	49,94	51,31	61,46

Análise da Gestão de Risco

Risco de Juros							
hiato de vencimento CP =	(5.550.179,00)	(6.857.081,00)	(7.176.477,00)	(7.456.301,00)	605.683,00	208.167,00	2.397.536,00
hiato de vencimento LP =	4.985.550,00	4.893.104,00	6.312.969,00	4.771.534,00	(4.592.523,00)	(6.571.601,00)	(4.716.365,00)
Risco de Câmbio							
hiato de câmbio =	1.261.180,00	2.005.606,00	3.505.064,00	3.821.936,00	4.133.255,00	5.808.673,00	4.325.385,00
hiato de divisas =	(2.038.037,00)	(4.768.049,00)	(4.152.810,00)	(6.408.681,00)	(6.184.739,00)	(6.900.304,00)	(8.161.555,00)
Risco de Crédito							
provisões e créditos total =	(3,10)	(4,17)	(5,18)	(5,64)	(6,48)	(6,34)	(6,23)
CP =	(2,37)	(2,90)	(4,75)	(5,20)	(6,35)	(6,17)	(6,32)
LP =	(4,57)	(7,63)	(6,56)	(7,08)	(6,88)	(6,86)	(6,04)
Patrim Líq e emprést =	0,28	0,26	0,23	0,24	0,27	0,27	0,25
Risco de Liquidez							
AC/AT	0,69	0,67	0,64	0,69	0,71	0,71	0,67
PC/PT	0,80	0,79	0,75	0,78	0,70	0,71	0,66

fonte: Balanço Patrimonial Bradesco (disponível no site www.cvm.gov.br)

Itaú Holding Financeira S/A

Em relação ao Banco Itaú, também foram usados na análise o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do banco, disponíveis no site da CVM (até 2002) e no site da própria instituição (de 2003 e 2004).

Itaú

Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
grau de alavancagem =	5,98	22,55	66,24	94,74	40,46	69,81	26,69
rentabilidade patrimonial	25,62	30,46	25,62	33,54	24,04	26,53	27,02
margem líquida	17,09	22,33	19,34	22,52	8,34	16,18	16,1
liquidez corrente =	68,41	86,58	77,40	78,05	95,54	109,38	121,0
gap de prazos =	110,77	88,45	90,75	96,73	64,25	67,00	51,85

Análise da Gestão de Risco

Risco de juros

hiato de vencimento CP =	(10.249.437,00)	(4.498.950,00)	(9.447.842,00)	(11.524.407,00)	(2.193.356,00)	6.730.026,00	16.085.6
hiato de vencimento LP =	5.774.169,00	5.125.935,00	5.671.115,00	7.991.730,00	(1.204.976,00)	278.803,00	(7.432.88
Risco de câmbio							
hiato de câmbio =	(1.792.921,00)	(494.478,00)	(1.036.512,00)	(4.861.838,00)	(3.577.460,00)	(259.774,00)	(246.05
hiato de divisas =	(4.051.430,00)	(3.392.539,00)	(3.974.344,00)	(9.898.832,00)	(8.712.712,00)	(1.717.229,00)	(1.569.87
Risco de crédito							
Provisões e créditos total =	0,00	(0,07)	(0,14)	(5,99)	(7,83)	(6,23)	(5,68
CP =	0,00	(0,07)	(0,07)	(5,69)	(6,85)	(4,56)	(3,97
LP =	0,00	(0,08)	(0,26)	(6,72)	(9,93)	(10,59)	(11,0
Patrim Líq e emprést =	0,40	0,41	0,37	0,31	0,35	0,27	0,28
Risco de liquidez							
AC/AT =	0,57	0,65	0,56	0,59	0,59	0,75	0,78
PC/PT =	0,83	0,75	0,72	0,75	0,61	0,68	0,64

fonte: Balanço Patrimonial Itaú (disponível no site www.cvm.gov.br e www.itau.com.br)

Banco Santander Banespa S/A

Para o Banco Santander, também foram utilizados os dados do Balanço Patrimonial disponíveis na CVM. Na tabela abaixo, os resultados obtidos pelos cálculos dos índices que serão utilizados na análise.

Santander Banespa

Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**
grau de alavancagem =	28,90	52,51	139,22	114,77	47,06	62,26	111,29
rentabilidade patrimonial =	3,82	0,51	(102,53)	36,39	65,45	36,73	30,75
margem líquida =	2,71	0,35	(46,10)	19,71	44,89	30,38	24,70
liquidez corrente =	73,93	73,16	59,78	67,79	95,34	87,84	91,04
gap de prazos =	134,73	140,08	141,46	122,32	96,41	103,04	99,57

Análise da Gestão de Risco

Risco de juros							
hiato de vencimento CP =	(4.147.800,00)	(5.154.558,00)	(6.809.017,00)	(4.666.789,00)	(691.273,00)	(2.090.238,00)	(1.780.64
hiato de vencimento LP =	6.728.878,00	7.674.872,00	7.238.410,00	6.314.713,00	3.824.994,00	5.169.871,00	5.626.790
Risco de câmbio							
hiato de câmbio =	77.250,00	(51.482,00)	(420.865,00)	(102.345,00)	189.863,00	174.428,00	179.723,
hiato de divisas =	(307.440,00)	(754.729,00)	(829.155,00)	(1.271.126,00)	(1.000.476,00)	(1.854.170,00)	(1.528.351

Risco de crédito

provisões e créditos total =	(30,39)	(20,94)	(9,12)	(5,80)	(6,77)	(4,80)	(1,03)
CP =	(1,88)	(1,58)	(4,73)	(5,85)	(4,25)	(2,73)	(1,94)
LP =	(93,95)	(47,14)	(12,37)	(5,76)	(8,87)	(6,96)	(0,16)
Patrim Líq e emprést =	0,78	0,55	0,22	0,30	0,47	0,51	0,47
Risco de liquidez							
AC/AT =	0,50	0,50	0,34	0,33	0,50	0,49	0,51
PC/PT =	0,68	0,69	0,57	0,49	0,53	0,56	0,56

fonte: Balanço Patrimonial Santander Banespa (disponível no site www.cvm.gov.br)

Unibanco S/A

Os dados do Balanço Patrimonial e demonstração de Resultados do Unibanco também foram obtidos pelo site da CVM. Os índices calculados para análise do banco podem ser visualizados na tabela a seguir.

Unibanco

Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**
grau de alavancagem =	5,93	28,51	102,41	93,95	20,72	11,08	44,55
rentabilidade patrimonial =	15,63	14,76	13,43	16,01	15,40	14,71	15,83
margem líquida =	7,81	8,98	13,08	12,84	10,13	9,99	12,50
liquidez corrente =	103,89	107,67	105,74	102,07	103,30	110,92	116,25
gap de prazos =	60,28	57,88	48,31	62,68	70,48	59,94	56,48

Análise da Gestão de Risco

Risco de juros							
hiato de vencimento CP =	725.193,00	1.568.539,00	1.596.344,00	652.202,00	1.406.329,00	3.770.141,00	6.473.388
hiato de vencimento LP =	(520.991,00)	(500.300,00)	(1.579.785,00)	(531.445,00)	(998.080,00)	(3.020.359,00)	(4.178.890
Risco de câmbio							
hiato de câmbio =	(1.261.858,00)	(476.028,00)	(1.017.181,00)	(540.042,00)	(1.992.922,00)	(1.163.436,00)	(943.873,(
hiato de divisas =	(7.347.164,00)	(7.904.515,00)	(8.728.204,00)	(9.920.751,00)	(10.623.285,00)	(6.887.980,00)	(5.073.035
Risco de crédito							
provisões e créditos total =	(4,16)	(3,76)	(4,46)	(4,28)	(4,58)	(3,91)	(4,27)
CP =	(3,30)	(3,33)	(4,76)	(5,06)	(5,18)	(4,47)	(5,03)
LP =	(7,07)	(4,99)	(3,71)	(2,77)	(3,39)	(3,01)	(3,11)
Patrim Líq e emprést =	0,22	0,27	0,31	0,28	0,26	0,28	0,30
Risco de liquidez							
AC/AT =	0,71	0,71	0,71	0,65	0,65	0,64	0,68
PC/PT =	0,68	0,66	0,67	0,64	0,62	0,58	0,59

fonte: Balanço Patrimonial Unibanco (disponível no site www.cvm.gov.br)

Banco ABN Amro Real S/A

O Banco Real e o ABN Amro consolidaram seu Balanço em 2000. Os dados usados de 1998 a 2000 são os do Banco Real, disponíveis no site da CVM. A partir do ano 2000, os referentes ao Banco Real ABN Amro não estão disponíveis neste site, e portanto, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do período posterior foram tirados do site da própria instituição.

Real ABN Amro

Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
grau de alavancagem =	372,89	50,61	52,05	48,71	10,95	34,37	29,70
rentabilidade patrimonial =	11,46	10,32	9,89	20,32	25,54	17,07	15,90
margem líquida =	3,34	4,01	4,06	10,38	10,54	10,12	9,73
liquidez corrente =	97,56	94,01	101,57	91,57	106,28	107,28	113,61
gap de prazos =	87,66	102,41	79,89	112,54	79,10	77,32	71,61

Análise da Gestão de Risco

Risco de juros							
hiato de vencimento CP =	(363.480,00)	(651.240,00)	337.659,00	(2.071.169,00)	1.511.874,00	2.690.913,00	5.204.738,00
hiato de vencimento LP =	747.830,00	1.538.607,00	1.737.493,00	4.669.363,00	2.039.704,00	2.537.319,00	1.253.799,00
Risco de câmbio							
hiato de câmbio =	795.356,00	520.111,00	(934.636,00)	(2.628.281,00)	572.366,00	1.690.586,00	1.520.918,00
hiato de divisas =	4.043,00	454.421,00	(4.707.152,00)	(5.077.734,00)	(1.794.438,00)	(3.743.145,00)	(2.908.195,00)
Risco de crédito							
provisões e créditos total =	(3,72)	(5,62)	(2,69)	(4,26)	(3,71)	(5,15)	(4,05)
CP =	(3,35)	(5,55)	(2,54)	(4,53)	(3,84)	(5,49)	(4,43)
LP =	(6,32)	(5,82)	(3,50)	(3,44)	(3,35)	(4,24)	(3,20)
Patrim Líq e emprést =	0,11	0,19	0,22	0,24	0,24	0,22	0,23
Risco de liquidez							
AC/AT =	0,88	0,75	0,79	0,71	0,69	0,72	0,71
PC/PT =	0,90	0,80	0,68	0,78	0,65	0,67	0,62

fonte: Balanço Patrimonial Real ABN Amro (disponível no site www.cvm.gov.br e www.bancoreal.com.br)

HSBC Bank Brasil S/A

Os dados do Banco HSBC só estão disponíveis no site da própria instituição. A seguir, a tabela com os valores dos índices calculados.

HSBC

Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
grau de alavancagem =	57,07	96,67	97,02	329,25	1,54	4,89	9,29
rentabilidade patrimonial =	11,69	25,76	21,48	8,50	14,48	11,61	18,33
margem líquida =	3,46	6,45	5,64	1,72	2,94	2,85	5,79
liquidez corrente =	103,80	89,53	80,95	70,58	90,65	111,07	127,5
gap de prazos =	47,15	99,58	128,63	203,38	104,78	53,53	41,32

Análise da Gestão de Risco

Risco de juros							
hiato de vencimento CP =	435.968,00	(1.078.351,00)	(2.562.373,00)	(5.548.937,00)	(1.877.947,00)	1.913.463,00	5.841.38
hiato de vencimento LP =	(264.763,00)	921.692,00	1.966.562,00	5.008.832,00	1.525.500,00	(2.124.862,00)	(5.671.32
Risco de câmbio							
hiato de câmbio =	223.909,00	116.330,00	345.082,00	259.421,00	376.726,00	692.934,00	630.865
hiato de divisas =	(395.106,00)	(394.724,00)	(445.901,00)	(1.573.940,00)	(1.480.034,00)	(617.695,00)	(970.154
Risco de crédito							
provisões e créditos total =	(2,56)	(3,00)	(4,21)	(4,64)	(4,12)	(6,15)	(4,84
CP =	(2,49)	(2,40)	(5,03)	(4,66)	(4,05)	(5,66)	(4,24
LP =	(2,96)	(5,06)	(0,87)	(4,54)	(4,46)	(7,99)	(7,01
Patrim Líq e emprést =	0,20	0,19	0,12	0,10	0,11	0,14	0,16
Risco de liquidez							
AC/AT =	0,86	0,71	0,64	0,58	0,72	0,76	0,78
PC/PT =	0,83	0,79	0,79	0,83	0,79	0,68	0,61

fonte: Balanço Patrimonial HSBC (disponível no site www.hsbc.com.br)

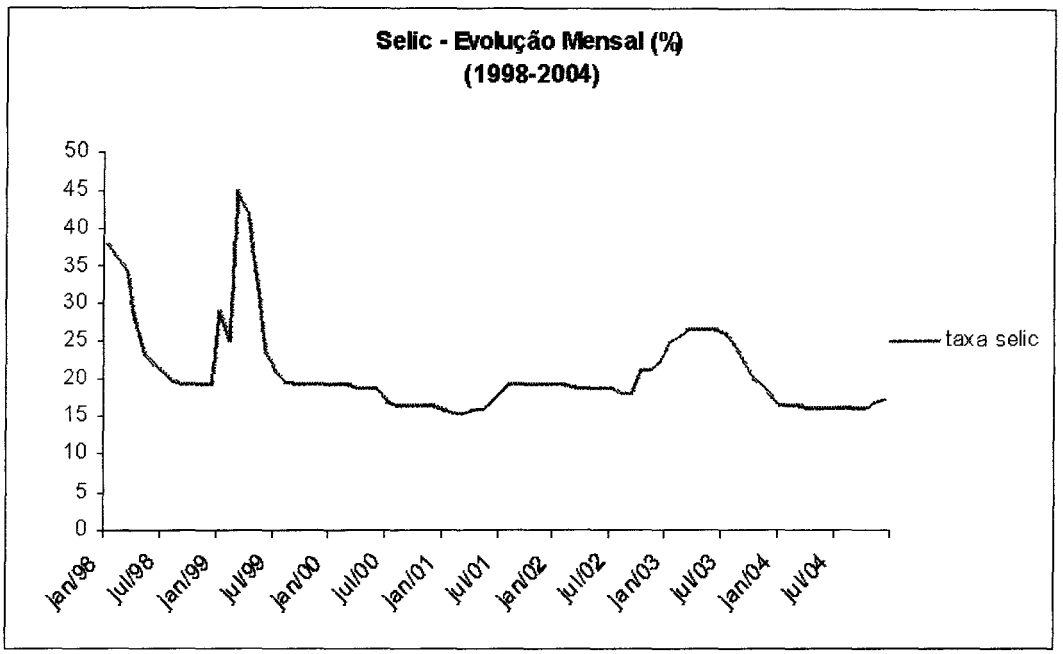
Capítulo 5: Analisando os Balanços e Interpretando os Resultados - Construindo um Perfil de Atuação para os Bancos.

Neste capítulo, será traçado um perfil de atuação de cada firma bancária com base na interpretação dos índices obtidos nos cálculos do capítulo anterior. Para que a análise possa ser mais completa e real, também será levado em conta na avaliação um histórico[4] recente de cada banco feito através de reportagens divulgadas em revistas especializadas, que contém os acontecimentos mais relevantes que podem explicar o porquê de determinado comportamento. Deste modo, se poderá entender como cada banco arbitra entre liquidez e rentabilidade frente ao contexto macro que se impõe a ele, o que tornará possível confirmar ou rejeitar a hipótese inicial da tese.

Para fazer as análises, é fundamental também ter em mente a evolução da taxa de juros básica (Selic) no Brasil. Ela é o parâmetro que orienta as decisões da firma bancária, e por isso é determinante

[4] Todas as informações reunidas nos históricos dos bancos foram tiradas da Revista IstoÉ Dinheiro.

observa-la para entender as motivações do banco em cada uma de suas deliberações. Abaixo, a evolução mensal da Selic a partir de 1998.



5.1 Banco Bradesco S/A

5.1.1 Histórico

O Banco Brasileiro de Desconto foi fundado em 1943 na cidade de Marília, interior de São Paulo, e, desde então, tem apresentado uma trajetória de muito sucesso. O banco sempre perseguiu a liderança nos vários segmentos de mercado em que atua, e, no ano de 2000, conseguiu atingiu o primeiro lugar em boa parte deles: no atendimento a varejo, nos novos segmentos Corporate e Private, e no atendimento de micro, pequenas e médias empresas. Atualmente, o Bradesco consolida seu sucesso, conseguindo ser o maior banco privado do país, com mais de R$184 bilhões em Ativos e mais de 15 milhões de clientes.

Nesta constante busca pela liderança, o banco adotou uma arrojada e agressiva estratégia para atingir esse objetivo. Primeiramente, segmentou os serviços em seis linhas: continuou no mercado de varejo como Bradesco, mas criou outras séries de serviços específicos para cada fração do mercado. É o caso do Bradesco Prime e Private, que é destinado a pessoas de renda mais alta; do Bradesco Corporate e Empresas, sendo que o primeiro presta atendimento às grandes corporações, e o segundo, às empresas de pequeno e médio porte; e do Banco Postal, que consiste numa associação do banco com os Correios possibilitando a prestação de serviços bancários dentro de suas agências.

Em segundo lugar, o banco procurou expandir-se também no mercado internacional. Recentemente, o Bradesco fez uma joint venture com um banco japonês para prestar atendimento aos brasileiros que trabalham neste país. Com isso, o banco procura não só se apoderar dos R$ 2,5 bilhões que estes trabalhadores remetem na forma de salários para o Brasil, mas também para atrair quem recebe este dinheiro no país, ampliando assim também sua base de clientes no território nacional. Ademais, o Bradesco também firmou uma parceria com as Casas Bahia, aumentando assim sua carteira de crédito em R$ 3 bilhões.

Por fim, e certamente sendo a parte mais importante e agressiva da estratégia de crescimento, o banco realizou várias fusões e aquisições. Desde 1998, sob a liderança de seu presidente Márcio Cypriano, o Bradesco tem buscado por meio desta estratégia construir e consolidar a liderança no mercado, aumentando sua base de clientes e garantindo ganhos de escala pela aquisição do patrimônio dos outros bancos. Para se ter uma idéia da agressividade com que este processo foi realizado, na tabela abaixo estão relacionadas todas as instituições adquiridas pelo banco desde 1998.

Instituição Adquirida	Data do Negócio	Patrimônio Líquido (R$ milhões)	Valor do Negócio
BCR	abr/98	9,7	ND
Banco Pontual*	nov/98	152,7	ND
Baneb	jun/99	139,2	R$260 milhões
Boavista Interatlântico	abr/00	445,1	R$900 milhões
Banco das Nações*	ago/00	ND	ND
Mercantil de São Paulo	jan/02	1212,3	R$1,37 bilhão
BEA (Amazonas)	jan/02	144,1	R$182,9 milhões
Banco Cidade	fev/02	242	R$366 milhões
JP Morgan (área de adm.de rec.)	fev/02	-	-
Banco Ford (cart de créd para auto.)	fev/02	-	-
Deutsche Bank (gestão de invest.)	fev/02	-	-
Banco BBV Brasil	jan/03	2525,1	R$2,479 bilhões
Banco Zogbi	nov/03	273,9	R$650 milhões
BEM (Maranhão)	fev/04	37,7	R$78 milhões
Banco Morada**	abr/05	ND	R$80 milhões

Fonte: riskbank.com.br

* adquirido pelo BCN

** adquiriu a rede de distribuição de empréstimo pessoal e CDC

5.1.2 Análise do Balanço Patrimonial

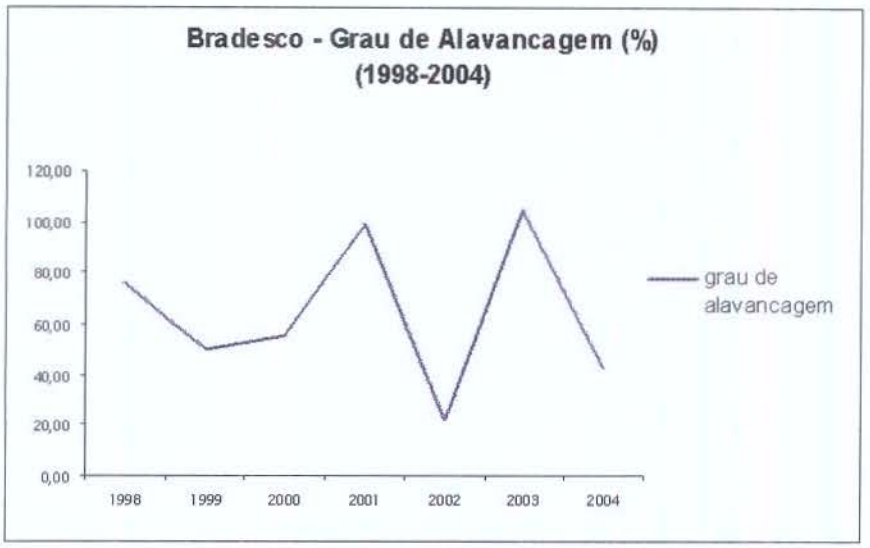
Primeiramente, vamos começar analisando o Balanço Patrimonial do banco em questão, através dos cinco indicadores selecionados. Quanto ao grau de alavancagem do Bradesco, é necessário para sua

análise levar em conta a evolução dos três itens que o compõem: as "Captações no Mercado Aberto", a "Carteira de Terceiros" e o "Patrimônio Líquido". Em relação a este último, pode-se afirmar que ele apresentou um crescimento quase que linear ao longo dos anos a serem estudados. Saltou de um pouco mais de R$ 6 bilhões em 1998 para mais de R$ 15 bilhões em 2004, o que representa um aumento considerável se ponderarmos que esta alta se deu em apenas sete anos.

As "Captações no Mercado Aberto" e a "Carteira de Terceiros", entretanto, apresentaram um comportamento bem mais errático. A primeira permaneceu em torno de R$ 5 bilhões entre 1998 a 2000, saltando para mais de R$ 13 bilhões em 2001 e mais de R$ 32 bilhões em 2003. A segunda passou de insignificantes R$ 831 milhões em 1998 para R$ 18 bilhões em 2003 e mais de R$ 14 bilhões em 2004.

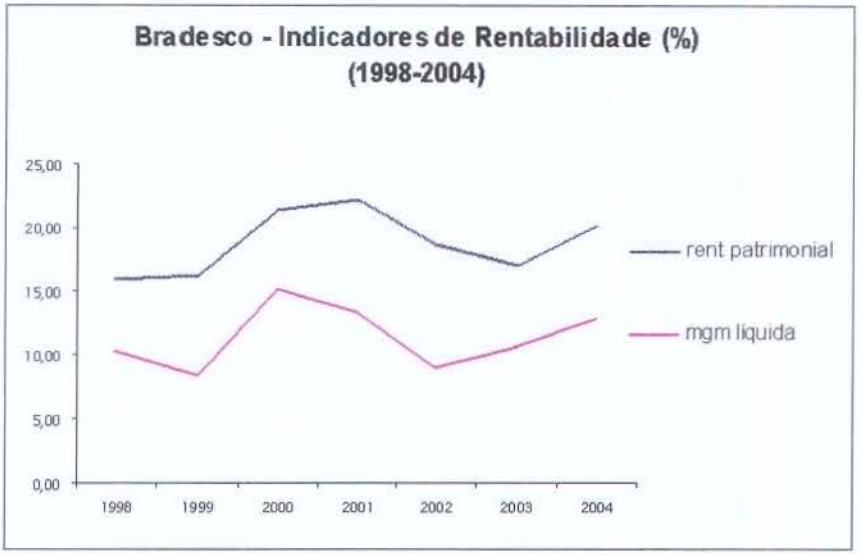
Todos estes movimentos interferiram diretamente na capacidade do banco de se financiar sem incorporar capital de terceiros. Na tabela apresentada no capítulo anterior, pode-se observar que o grau de alavancagem é particularmente alto em três anos: 1998 (76,6%), 2001 (99,28%), e atinge seu maior valor em 2003 (104,84%). Nestes três anos, o Bradesco faz girar mais seu capital próprio, o que reflete uma posição menos cautelosa, de menor aversão o risco, refletindo provavelmente um maior otimismo do banco em relação ao futuro. Contrariamente à posição tomada nestes anos, temos as posições assumidas em 1999 e em 2002, anos de fortes crises cambiais e de incerteza exacerbada[5]. Nestes, o grau de alavancagem é significativamente menor, refletindo a maior percepção do risco, fazendo com que o banco assuma uma posição muito mais cautelosa no que tange a alavancagem de seu capital.

[5] Em 1999, a falência do regime cambial fixo fez a taxa de câmbio do Real disparar rapidamente, levando consigo a taxa de juros, que atingiu patamares nunca antes vistos. Neste cenário, a incerteza em relação aos preços básicos da economia fez com que a maior parte dos agentes redobrasse sua cautela ao aplicar e/ou investir, graças ao aumento generalizado da percepção do risco, o que fez com que buscassem uma menor exposição de suas carteiras e maior segurança em suas aplicações.
Em 2002, a recessão e a incerteza quanto aos rumos políticos e econômicos que o Brasil tomaria após a vitória já prevista do candidato historicamente esquerdista Luis Inácio Lula da Silva provoca uma retirada em massa de capitais externos do país, fazendo, assim como em 1999, disparar a taxa de juros e a taxa de câmbio. Assim, neste cenário de maior incerteza e maior percepção do risco, os agentes novamente vão buscar maior segurança privilegiando a liquidez em detrimento da rentabilidade.

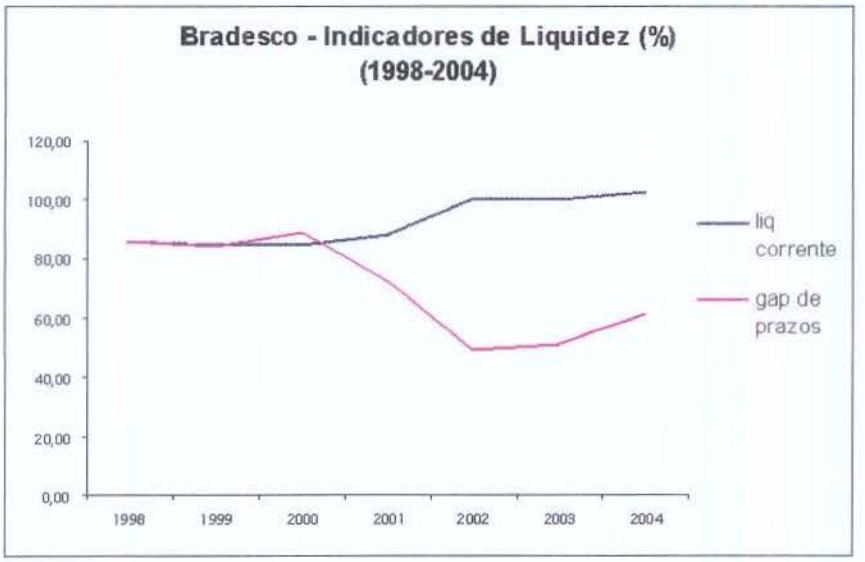


Em relação aos indicadores de rentabilidade, a margem líquida e a rentabilidade patrimonial do banco Bradesco caminham praticamente de forma casada, diminuindo nas crises de 1999 e 2002, e aumentando nos períodos de maior otimismo, isto é, em 2000, 2001 e em 2004, como mostra o gráfico abaixo. Este movimento reflete de maneira clara e visível a visão pós-keynesiana de Minsky sobre o trade off liquidez versus rentabilidade: nos momentos de otimismo exacerbado, o banco, por ter sua percepção de riscos prejudicada pela grande euforia, vai privilegiar a obtenção de rentabilidade, que é exatamente o que acontece em 2000, 2001 e 2004. Ao contrário, nos anos de crise e forte incerteza, que foram os anos de 1999 e 2002, a instituição bancária consegue perceber de maneira mais clara seus riscos, e portanto vai buscar mais segurança em suas aplicações, mesmo que sua rentabilidade já não seja a mesma dos períodos otimistas. Para corroborar esta afirmação, basta olhar para a variação dos "Lucros do Exercício" na Demonstração de Resultados: de 1998 para 1999, este item cresceu apenas 9%, e em 2002, o lucro diminui 6,8% em relação ao ano anterior. Ao contrário, nos anos otimistas, o lucro cresce bastante: mais de 57% em 2000 e 32,7% em 2004.

Ainda, a queda dos índices de rentabilidade no período de 2000 a 2003 possivelmente ocorreu também por causa do intenso processo de fusões e aquisições empreendidas pelo banco. Uma considerável parte do aumento de seu ativo se deu sob a forma de ativo permanente, aumentando a imobilização de capital do banco, que é bem menos (ou quase nada) rentável se comparada a outros tipos de aplicações.



Em relação aos índices de liquidez, podemos afirmar que o Bradesco tem buscado uma maior liquidez corrente, já que este índice aumentou constantemente ao longo dos sete anos estudados. Isto indica que o banco tem buscado casar os prazos de suas aplicações de curto prazo, pois cada vez mais o "Ativo Circulante" se aproxima do "Passivo Circulante", o que ajuda a garantir uma boa situação de liquidez no curto prazo para a instituição financeira em questão. A contraprova desta afirmação é o índice de gap de prazos, que indica que o descasamento de prazos tem diminuído constantemente, apesar de ter tido um leve aumento em 2004.



5.1.3 Análise da Gestão de Riscos

Após a análise do Balanço Patrimonial, partiremos para a análise da Gestão de Riscos. Em primeiro lugar, quanto ao Risco de Variação da Taxa de Juros, devemos analisar os hiatos de vencimento. Como podemos ver pelo gráfico abaixo, a proxi da duration (isto é, a proxi dos prazos

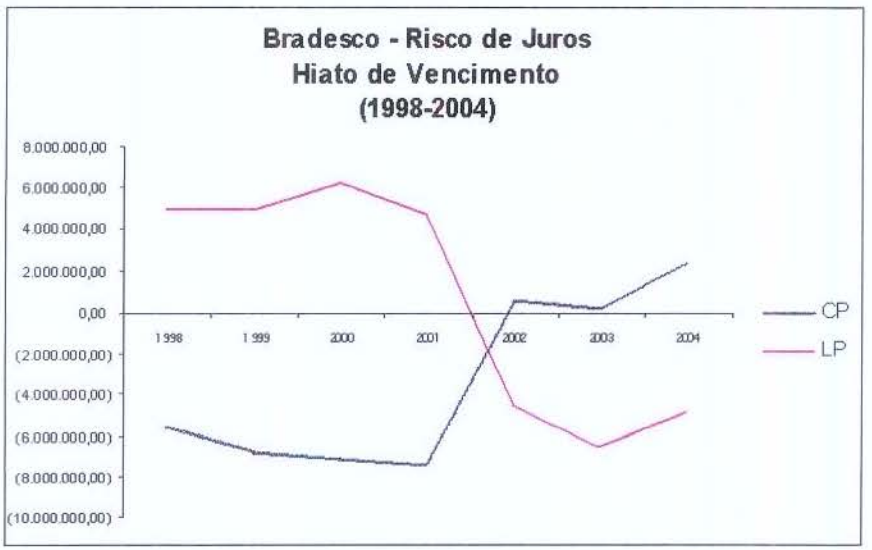
médios das aplicações, que é o hiato de vencimento) de curto prazo é negativa até 2002 e positiva a partir dele, e o hiato de longo prazo é positivo até 2002 e negativo a partir deste. Se forem analisadas as variações dos hiatos de vencimento ano a ano, poder-se-á avaliar as expectativas formadas ex ante do banco em relação a eventuais mudanças na taxa de juros. No primeiro período (1998-1999), o Bradesco aumenta a diferença existente entre o ativo circulante e o passivo circulante, o que quer dizer que faz crescer mais este do que aquele. Ao mesmo tempo, aumenta levemente seu hiato de vencimento de longo prazo. Essa atitude só seria coerente se a instituição bancária em questão estivesse esperando um aumento mais imediato na taxa de juros: tenta aumentar mais seu financiamento de curto prazo (passivo circulante) do que suas aplicações de curto prazo (ativo circulante), o que levaria, se as expectativas do banco se confirmassem, a um ganho maior, já que se financiaria com capital de custo menor, e poderia aplica-lo a taxas de remuneração maiores. Estas expectativas se mostram totalmente coerente com o contexto macro que se observava na época: os grandes impactos das crises Asiática e Russa (1997 e 1998, respectivamente) geraram uma forte desconfiança de que o Brasil seria o próximo país emergente a se engajar numa crise, aumentando a instabilidade e a insustentabilidade do regime cambial praticado. O Banco Central, tentando mostrar solidez e convicção de que a taxa de câmbio seria mantida a todo custo, aumentava sistematicamente a taxa de juros, o que acabava por aumentar ainda mais a insustentabilidade desta política câmbio - juros, deixando praticamente todo o mercado certo de que as taxas de juros subiriam ainda mais. O hiato de longo prazo assumido também é coerente com as expectativas: a forte incerteza que se instalara não permitia que posições muito radicais quanto ao longo prazo fossem estabelecidas, por isso, possivelmente, o Bradesco pouco altera este indicador.

De 1999 para 2000, já pode se observar uma tendência um pouco diferente das do período anterior: o banco aumenta seu hiato de longo prazo, e aumenta levemente o hiato de curto. Isso significa que o banco busca aumentar seu passivo exigível a longo prazo, alongando o prazo (duration) de suas dívidas, o que só seria coerente se esperasse um novo aumento da taxa de juros, só que desta vez no longo prazo. De 2000 para 2001, o hiato de longo prazo volta a cair, o que poderia significar que o banco esperava uma queda na taxa de juros.

Já no ano de 2002, o contexto macro estava extremamente perturbado. O "medo" causado pela possibilidade de vitória do candidato historicamente esquerdista, provocando assim um receio pelo calote, faz a taxa de juros e a taxa de câmbio disparar. Assim, frente a este cenário, a tendência de hiato de curto prazo negativo e hiato de longo prazo positivo se reverte drasticamente. O hiato de curto prazo passa a ser positivo, o que quer dizer que foi feito um aumento muito maior proporcionalmente no ativo circulante do que no passivo circulante, indicando que o banco buscava encurtar os prazos de seus

recebimentos. Ao mesmo tempo, o hiato de longo prazo passa a ser negativo, significando um aumento maior no passivo exigível do que no ativo realizável, denotando uma deliberação para alongar os prazos de suas dívidas. Esta postura também se mostra coerente com o contexto macro, pois esta só faria sentido se o banco esperasse um aumento da taxa de juros, já que garantiria seu financiamento de longo prazo por juros mais baixos e poderia reaplicar estes recursos por uma remuneração mais alta, caso suas expectativas se confirmassem.

O aumento em módulo no hiato de longo prazo de 2002 para 2003 e a pequena diminuição do hiato de curto mostra que, em 2003, o Bradesco esperava uma possível redução na taxa de juros no curto prazo, possivelmente pela orientação esquerdista do presidente, cuja meta era criar empregos; e um aumento na taxa de juros de longo prazo, possivelmente pela grande incerteza que ainda reinava quanto aos rumos econômicos que a nova gestão política daria ao país.

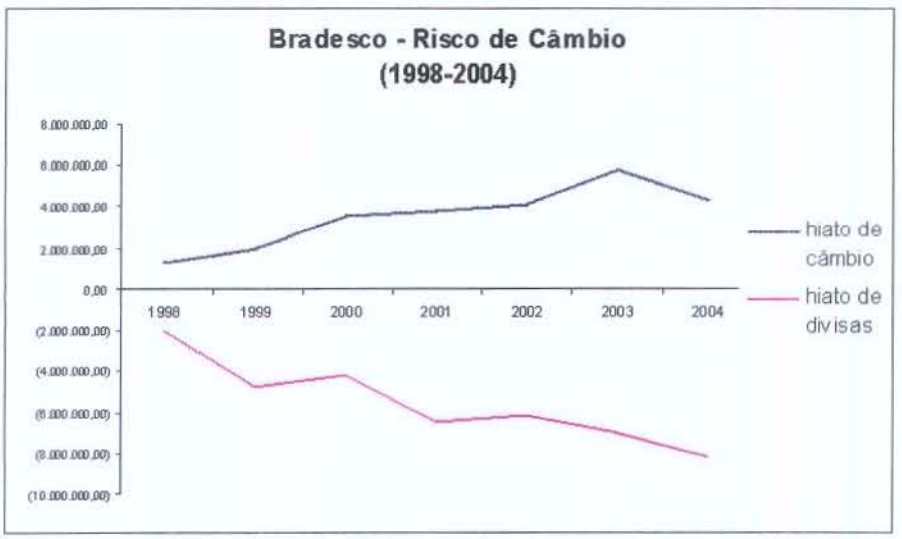


Em relação à gestão do risco de câmbio, quando comparamos as carteiras de câmbio do ativo e do passivo de curto-prazo, podemos perceber que a variação em volumes dessas carteiras ao longo do período 2001-2004 é casada, ou seja, os aumentos na carteira de câmbio do passivo são compensados por aumentos na carteira de câmbio do ativo. O movimento é exatamente este, de compensação. Em relação às carteiras de câmbio, o Bradesco apresenta uma posição comprada em moeda estrangeira, ou seja, o volume do ativo é maior que o do passivo. Em 2002 o banco assume uma posição mais ativa devido a expectativa de uma desvalorização do real frente ao dólar (sobretudo pelas incertezas que envolviam as eleições à presidência da república).

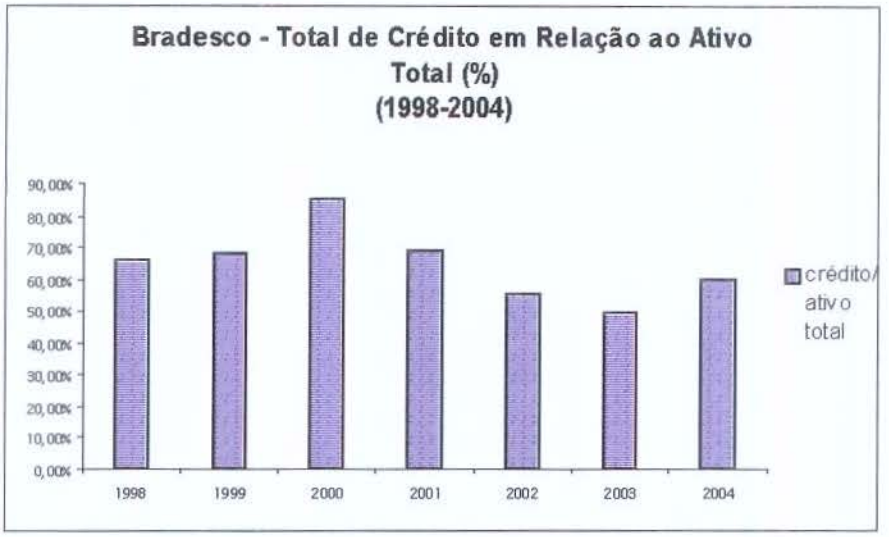
Se acrescentarmos à carteira de câmbio do passivo de curto-prazo os títulos emitidos no exterior e os empréstimos tomados no exterior (que aqui, para fins didáticos, chamou-se de hiato de divisas)

perceberemos que o Bradesco apresenta ao longo do período analisado (2001 a 2004) uma posição vendida. Mas a exposição cambial tendeu a diminuir no intervalo que compreendeu 2001 a 2003. A hipótese em evidência é a de que o Bradesco esperava desvalorizações cambiais, visto o movimento da taxa de câmbio no período e sua intensa desvalorização em 2002. Entendendo aqui exposição cambial a diferença entre carteira de câmbio no ativo de curto-prazo e operações passivas que envolvem câmbio no curto-prazo (carteira de câmbio, títulos emitidos no exterior e empréstimos tomados no exterior), sobretudo no ano de 2002. Contudo, ele retoma uma maior exposição cambial em 2004, dada a valorização cambial registrada em 2003. O banco apostou na valorização e assume uma posição ainda mais vendida.

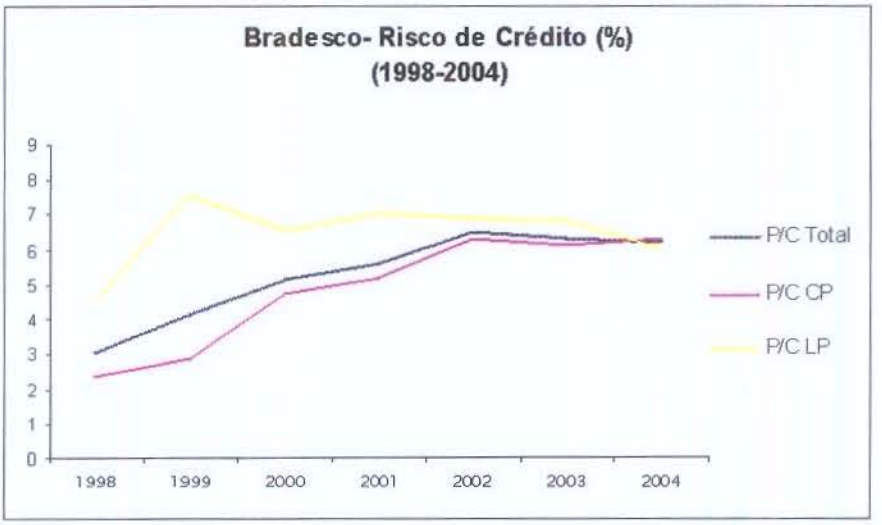
Em relação à utilização de derivativos, como contratos futuros, operações de hedge, etc, para mitigar os riscos, podemos dizer que houve uma compensação por uma maior exposição cambial do banco Bradesco, representada por uma posição vendida em moeda estrangeira, foi dada pelos instrumentos derivativos. Exceto em 2002, as operações que envolveram instrumentos financeiros derivativos apresentaram resultado positivo (operações ativas maiores que as passivas).



Quanto ao risco de crédito, devemos considerar primeiramente que a quantidade de créditos concedidos como proporção do ativo total aumenta até 2000 (conforme pode ser visto no gráfico abaixo), aumentando assim a exposição do banco ao risco de crédito, e diminui até 2003. Em 2004, o maior otimismo em relação a economia faz com que o Bradesco volte a procurar mais rentabilidade do que liquidez, como fez até o final da década passada, aumentando portanto a participação dos créditos concedidos no ativo e com ela a vulnerabilidade do banco à possibilidade dos juros e do principal não serem devolvidos.



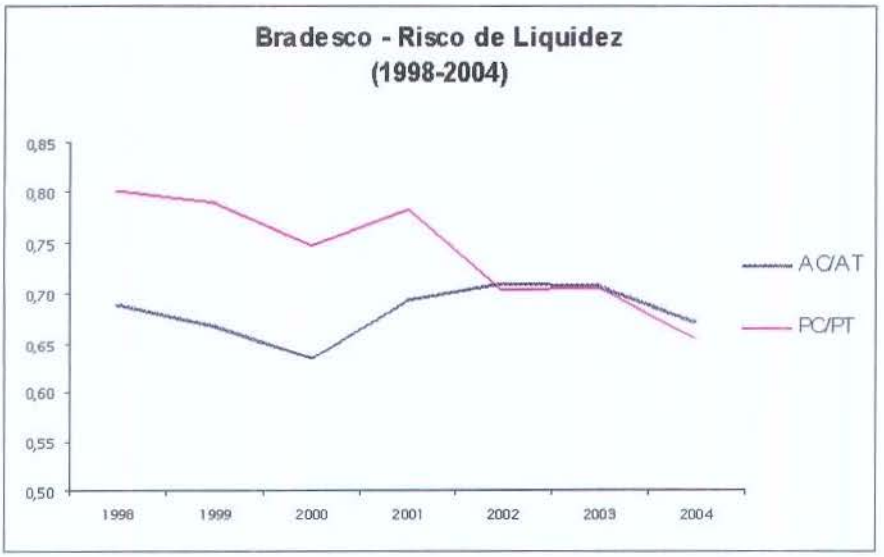
Em segundo, ao analisar a evolução das provisões em relação ao total de crédito concedido, pode-se perceber que a quantidade das provisões em relação ao total de créditos aumenta ao longo do período estudado. No ano de 1999, as provisões, especialmente as que se relacionam ao crédito de longo prazo aumentam muito, possivelmente devido à crise que se instalara neste ano no país, aumentando a percepção do risco de não pagamento dos empréstimos (hipótese esta que pode ser confirmada pelo fato de, já no ano seguinte, o total das provisões sobre o crédito de longo prazo ter diminuído consideravelmente). A partir de 2002, todos os três indicadores que relacionam provisões ao crédito recuam, o que possivelmente indica uma melhora na carteira de crédito do banco, já que quanto mais risco se considera que a instituição bancária incorre na concessão de um determinado crédito, maior a quantidade de recursos que se exige para ficar retido sob a forma de provisões[6].



[6] O Banco Central classifica os créditos de acordo com a possibilidade de sua não devolução ao banco. Para isto, utiliza uma tabela que vai de AA até H (sendo este o pior tipo de crédito, com maior possibilidade de calote). Quanto mais próximo de H o crédito se encontra, maior a quantidade de moeda exigida para ficar aprisionada na forma de provisões. Assim, quanto mais provisões a carteira de crédito do banco exige, pior a qualidade desta carteira.

A relação patrimônio líquido sobre créditos se mantém praticamente constante ao longo dos sete anos analisados, o que indica que a adequação de capital do Bradesco permaneceu praticamente a mesma. Vale lembrar que toda perda em decorrência do não pagamento dos juros ou do montante do empréstimo impacta diretamente no patrimônio líquido. Assim, se este for muito baixo em relação àquele, o banco fica mais vulnerável a uma eventual situação de insolvência.

Quanto ao risco de liquidez, podemos perceber que o passivo circulante diminui ao longo dos anos em relação ao passivo total (exceto no ano de 2001), assumindo assim um comportamento bem menos errático do que aquele apresentado pela relação ativo circulante e ativo total. Este indicador diminui até 2000, se recuperando e estabilizando-se a partir deste ano até 2004, quando cai novamente. A diminuição do passivo circulante indica que, provavelmente o banco está tentando alongar os prazos de suas dívidas, o que só se mostra coerente se este esperar um aumento na taxa de juros.



5.2 Itaú Holding Financeira S/A

5.2.1 Histórico

O Banco Itaú Holding Financeira S.A. foi fundado em 1945, dentro do Banco Central de Crédito, crescendo de modo intenso por quase 20 anos internamente, até a fusão dos dois bancos na década de 60. A partir deste período, o Itaú começa a realizar um intenso processo de fusões e aquisições, que perdura até a instável década de 80.

Na década de 90, o banco passa por mudanças organizacionais, que foram motivadas tanto por modificações do ambiente competitivo como pela ascensão de uma nova liderança interna. Nesta nova fase, o Itaú experimenta uma segmentação de seus serviços e uma expansão internacional, além de

retomar sua estratégia mais agressiva de aquisições. Em 1995, o banco adquire o Banco Francês e Brasileiro, aquisição esta que se mostrou muito importante para reforçar a posição do banco no segmento de alta renda e corporate banking. Realiza uma aliança com o Bankers Trust New York em 1996, que dá origem ao seu banco de investimento; compra o Bamerindus Luxembourg em 1997; e adquire o Banco de Buen Ayre em 1998, reforçando assim sua atuação internacional. Na rodada de privatizações do final da década, o Itaú leva nos leilões o Banerj, o Bemge, o Banestado e o BEG. Em 2002, o banco se associa ao Banco BBA, iniciando assim as operações do maior banco de atacado do país, o Banco Itaú BBA S.A, que se dedica exclusivamente a um grupo de 900 grandes clientes corporativos, abrindo novos campos de atuação para o Itaú, como o hedge para agronegócios, cobrança e gestão de caixa para as empresas, etc.

Atualmente, se acrescenta à estratégia do Itaú a concessão de créditos ao consumidor de baixa renda. Além de criar do nada sua própria empresa de crédito popular, a Taií, e investir pesado em sua expansão, o Itaú se associou ao grupo Pão de Açúcar, um dos líderes do segmento de hipermercados, garantindo assim o fornecimento de crédito a todos os clientes desta rede. Ainda, o banco tem em sua carteira operações de financiamento de automóveis, através do Banco Fiat e da Fináustria. Na outra ponta, o Itaú reformulou suas agências Personnalité, destinadas ao público de maior poder aquisitivo, tentando expandir seus serviços também neste seguimento de mercado.

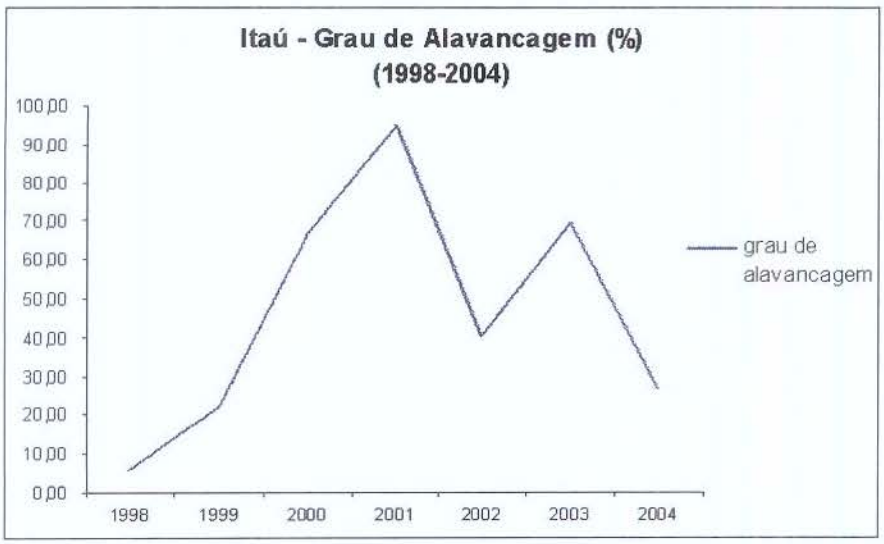
Além de procurar sempre expandir seus negócios já existentes no Mercosul e na Europa, o banco tenta agora se lançar no mercado asiático, com escritório em Xangai e corretora em Hong Kong e no mercado norte americano, buscando ampliar o atendimento do cliente brasileiro que tem relações comerciais no exterior. Nesta estratégia, o Itaú tem se mostrado o mais agressivo de todos os bancos, abrindo agências onde seus concorrentes ainda nem consideram operar. Durante a crise de 2002, o Itaú em Buenos Ayres atingiu resultados superiores aos bancos locais, conseguindo ter um lucro bom apesar da crise que assolou o país

Como resultado de todos estes fatores, em dez anos, o Itaú triplicou seu patrimônio líquido e a taxa de retorno sobre ele. O lucro foi multiplicado por oito, e a sólida marca do "Itaú", por traduzir a sustentabilidade da instituição financeira, garante ao banco reinado absoluto no que tange ao preço de sua "grife": R$ 1,3 bilhões.

5.2.2 Análise do Balanço Patrimonial

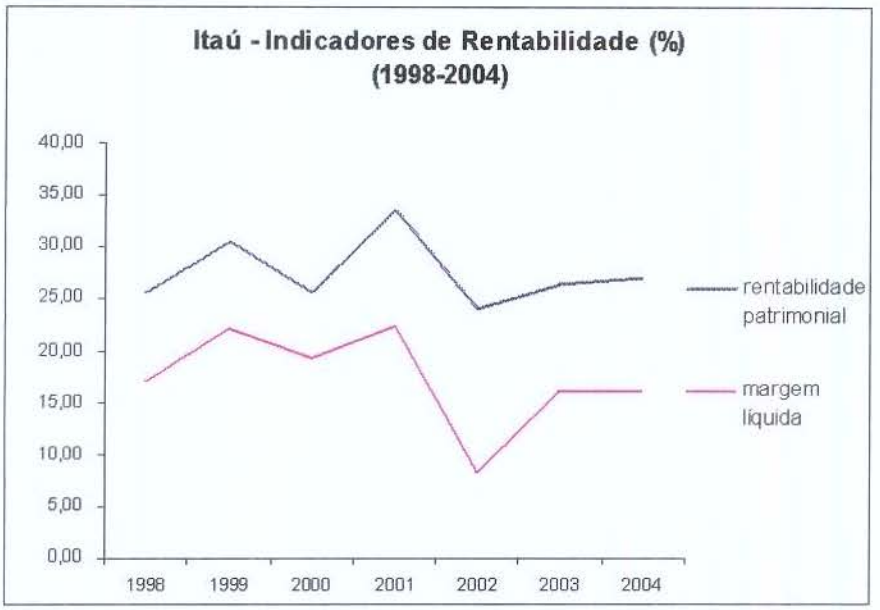
Passemos agora a análise do Balanço Patrimonial do banco. Com relação ao banco Itaú, podemos observar que seu patrimônio Líquido cresce de maneira quase linear ao longo dos anos. O

grau de alavancagem é menor nos anos de grande instabilidade, como nos anos de 1999 (22,5%) e 2002 (26,9%). Isso reflete uma postura mais cautelosa do banco nos momentos mais incertos, já que opta por diminuir o nível de riscos que assume fazendo seu capital girar menos. Já nos anos de maior otimismo o banco assume uma posição mais arriscada, buscando uma maior rentabilidade através do aumento da alavancagem de seu capital. Em 2004, a queda nas Captações no Mercado Aberto e o aumento da Carteira de Terceiros faz com que este indicador fique num nível mais baixo. Este novo nível de alavancagem só foi possível graças ao enorme aporte de capital (R$ 1,2 bilhão) realizado pelos acionistas do banco BBA neste ano.

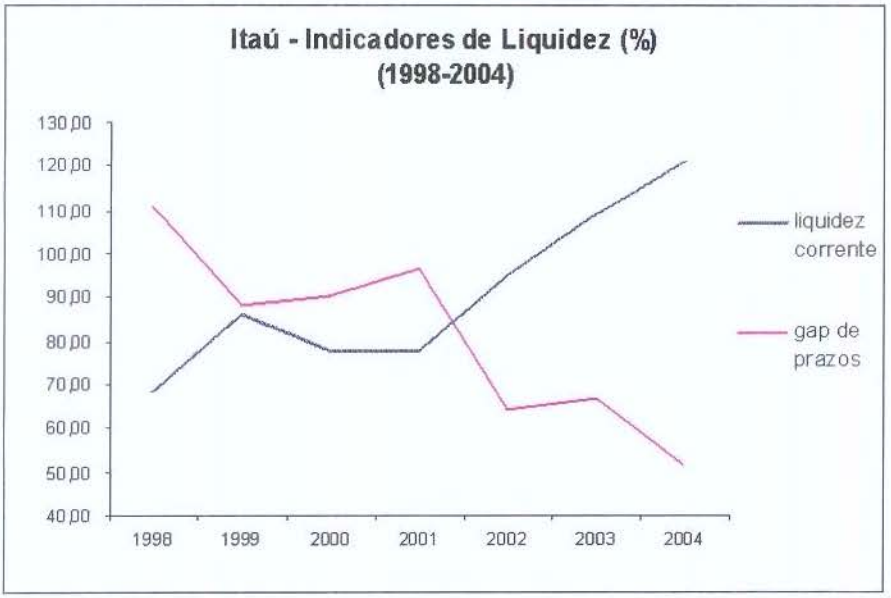


Em relação aos indicadores de rentabilidade, assim como no Bradesco, a rentabilidade patrimonial e a margem líquida caminham juntas, caindo também muito durante a crise de 2002. Entretanto, um fator que chama a atenção é a alta da rentabilidade que o banco teve no ano de 1999, período no qual a incerteza gerada pela crise cambial fez com que os lucros das instituições financeiras do Brasil diminuíssem muito. Neste ano, o Itaú foi contra a corrente, e conseguiu aumentar enormemente seus lucros, que passaram de R$ 1,3 bilhões em 1998 para quase R$ 2 bilhões em 1999. Nas "Informações sobre o Resultado do Exercício", disponibilizado no site do banco, pode-se encontrar a causa para este inexplicável fenômeno: dentro do estrondoso lucro, encontravam-se ganhos de caráter extraordinários e não recorrentes, que totalizavam quase R$ 500 milhões. Desse valor, R$ 351 milhões diziam respeito a valorizações contábeis de investimentos permanentes no exterior; e R$ 154 milhões eram referentes à amortização integral de ágios decorrentes do aumento da participação em coligadas. Sem estes valores, o lucro do Itaú seria bem menos expressivo, e tanto a margem líquida quanto a rentabilidade patrimonial teriam caído (a primeira ficaria em torno de 17 e o segundo, em torno de 22), seguindo assim a tendência dos outros bancos no território nacional. Nos outros anos, o Itaú, assim

como o Bradesco, apresenta um comportamento extremamente "minskyniano", privilegiando rentabilidade nos momentos de otimismo (2001, 2003 e 2004), e liquidez nas horas de incerteza exacerbada (2002).



Os indicadores de liquidez do banco Itaú nos permitem observar que sua liquidez corrente tem aumentado significativamente, o que quer dizer que o banco tem ajustado melhor sua liquidez de curto prazo, buscando não só casar o Ativo e o Passivo Circulante, mas sim ter sempre aquele maior que este. Isso significa que, exatamente por dispor de bom grau de liquidez, o banco possivelmente conseguirá honrar suas obrigações de curto prazo no caso de eventualidades, e assim se expondo menos ao risco de ter que liquidar ativos a preços menores para fazer frente a problemas casuais. O gap de prazos, por outro lado, está caindo, o que nos permite concluir (juntamente com a análise da liquidez corrente) que o Itaú está ao longo do tempo encurtando o prazo de seus ativos e alongando o prazo de seus passivos.

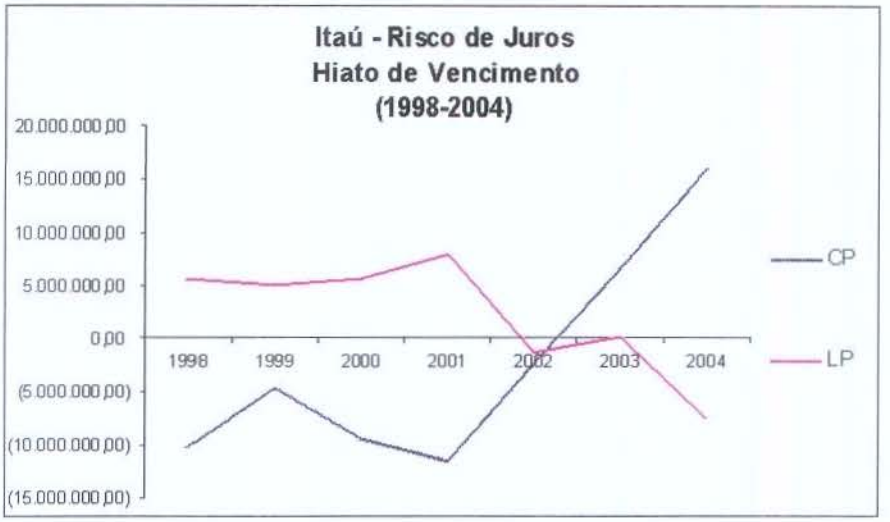


5.2.3 Análise da Gestão de Riscos

Partiremos para a análise dos indicadores da gestão de risco. Em relação ao Risco de Variação da Taxa de Juros, pode-se observar que, assim como o Bradesco, o Itaú inverte em 2002 a tendência de manter seu hiato de vencimento de longo prazo positivo e seu hiato de vencimento de curto prazo negativo. No primeiro período da análise, pode-se observar que o Itaú diminui consideravelmente a diferença existente entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, mantendo o hiato de longo prazo praticamente inalterado. Essa atitude só é coerente se o banco estivesse esperando uma queda nos juros num prazo mais curto, já que estes se encontravam em níveis exorbitantes altos. No ano 2000, o hiato de longo prazo permanece de novo praticamente inalterado, e o hiato de curto volta a cair. Assim, o banco provavelmente esperava um aumento nos juros, elevando seu financiamento imediato e diminuindo suas aplicações no curto prazo, aproveitando-se para obter ganhos extras caso suas expectativas se confirmassem.

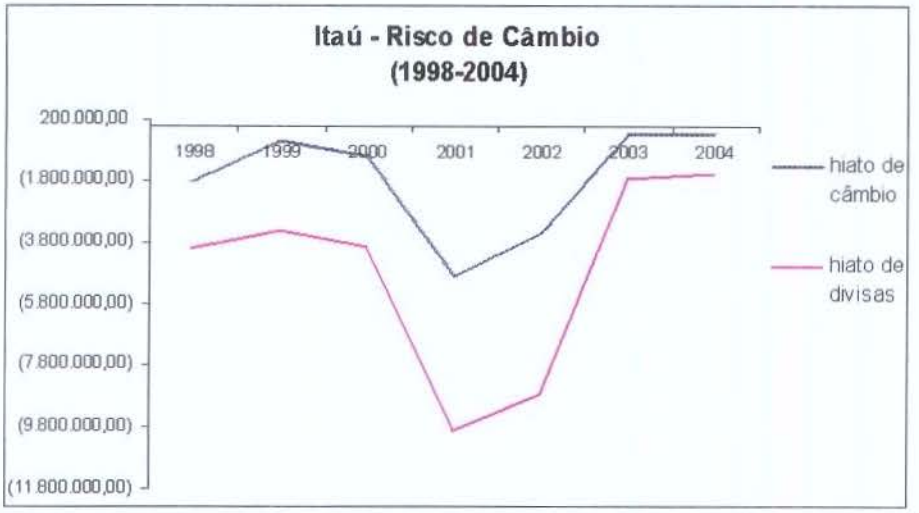
No ano de 2001, finalmente o hiato de longo prazo se move para cima, e o de curto prazo permanece caindo. O Itaú tenta, portanto, alongar o prazo de suas aplicações e encurtar o prazo de seus financiamentos, atitude que só seria lógica se o banco esperasse uma queda na taxa de juros no futuro e um aumento na taxa de juros imediato.

No ano de 2002, como já foi dito, as tendências se revertem bruscamente: o banco diminui consideravelmente o hiato de longo prazo e aumenta muito o de curto, o que significa que o banco está tentando alongar o prazo de suas dívidas e encurtar o prazo de seus recebimentos. Portanto, provavelmente o banco esperava um aumento da taxa de juros, o que é extremamente coerente com a conjuntura da época, de alta instabilidade e incerteza. Esta tendência se mantém até 2004.

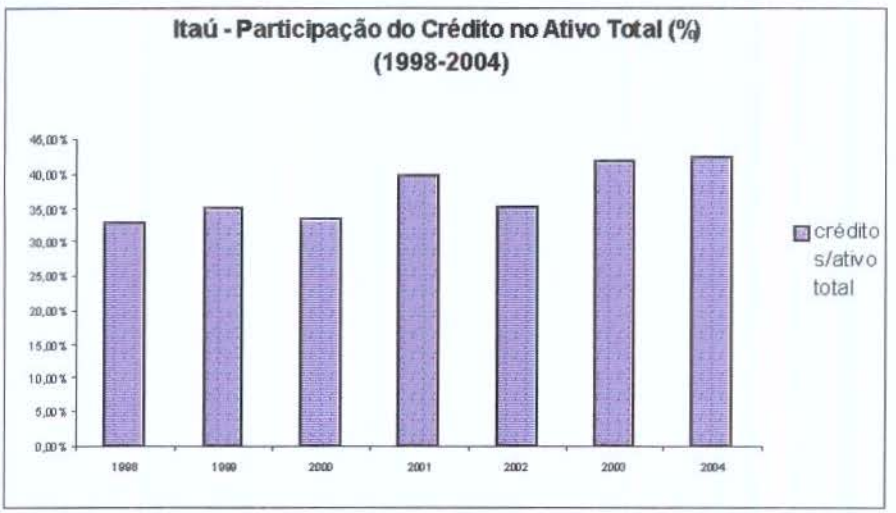


Em relação ao Risco de Variação da Taxa de Câmbio, podemos observar que tanto o hiato de câmbio quanto o hiato de divisas são negativos em todo o período analisado, e apresentam um movimento casado. O banco, portanto, assume sempre posição vendida no que tange à carteira de câmbio e às aplicações no exterior, aumentando ainda mais essa exposição nos anos de 2001 e 2002. Isso significa que, possivelmente, nestes dois anos, o banco apostava numa valorização do real em relação ao dólar, o que é estranho de se pensar no ano de 2002, justamente quando a crise provocada pelas eleições estava estourando. Uma outra possibilidade é a de que o Itaú se encontrava nesta posição em decorrência de sua grande atuação no exterior, o que demandava muitas divisas.

Em 2003 e 2004, os níveis do hiato voltam a aumentar, diminuindo assim a exposição do banco ao risco cambial. Nestes anos, os instrumentos de derivativos vêm a contrabalançar as posições assumidas: o Itaú tem posição ativa (isto é, comprada) quando se olha para as posturas em hedges, contratos futuros, etc, mitigando assim parte do risco de que as moedas estrangeiras venham, em seu conjunto, a desvalorizar. Em 2002, entretanto, os derivativos reforçam a posição que já era vendida no que diz respeito à moeda estrangeira, elevando ainda mais o risco cambial incorrido pela instituição.

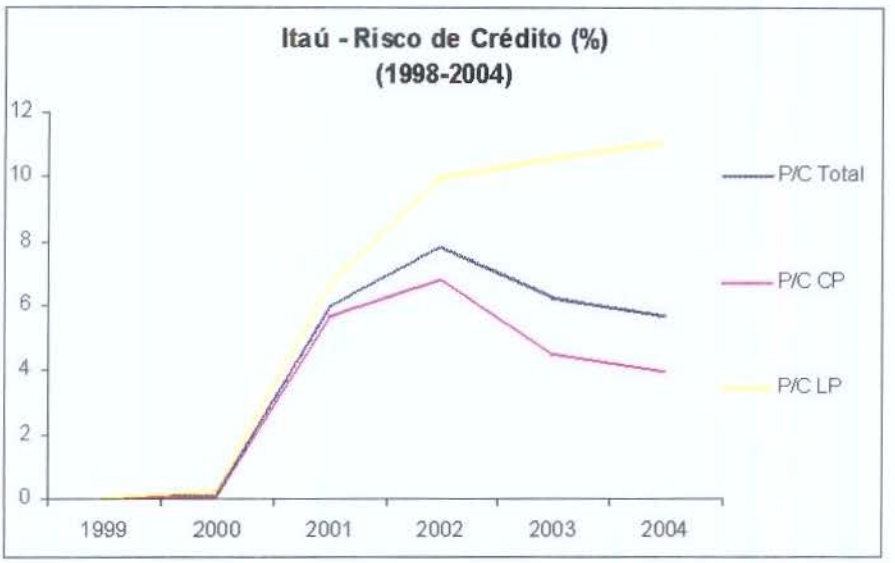


Quanto ao risco de crédito, pode-se dizer a princípio que o Itaú se expõe mais a este risco, já que a sua Carteira de Crédito aumenta ao longo do período estudado. Em 1999, em plena crise cambial, o banco aumenta a concessão de créditos, o que pode explicar por um lado a maior rentabilidade que o banco teve este ano. Segundo o site do banco, os avanços na gestão do risco de crédito permitiram um aumento do volume da carteira de crédito assumindo baixos níveis de risco. Para fins da análise aqui feita, à primeira vista, o Itaú se expôs a um risco maior porque aumentou a concessão de créditos. Em 2001 e 2002, entretanto, o banco assume posições coerentes com a análise pós keynesiana: inicialmente, na fase de euforia, aumenta a concessão de créditos buscando maior rentabilidade; com a crise, diminui a participação dos créditos no total do ativo, assumindo uma posição mais defensiva pelo aumento da percepção de risco causado pela maior incerteza e instabilidade, que eleva consideravelmente a possibilidade de "calote".



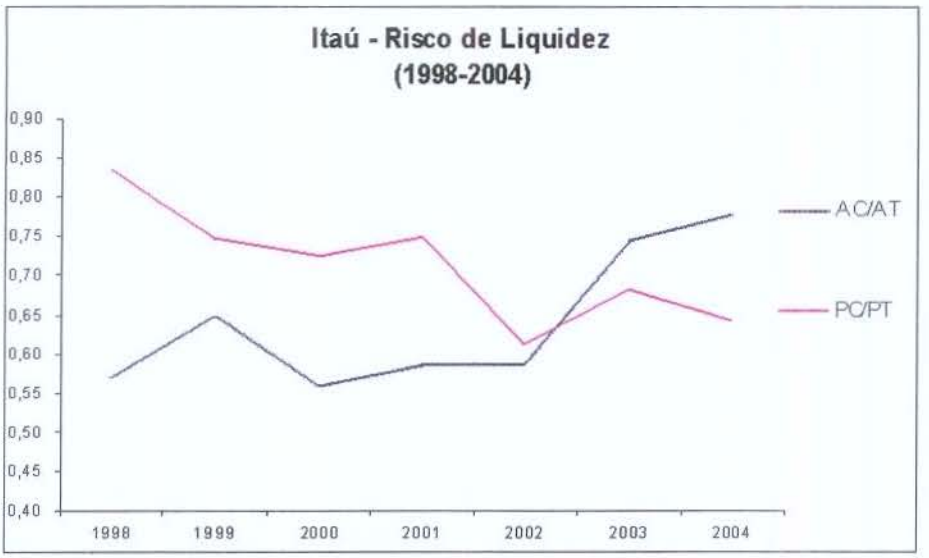
Quando olhamos as provisões do banco Itaú, percebemos que aumentaram muito entre 1999 e 2002, principalmente neste último, ano de acentuada crise econômica. Este movimento ocorreu

provavelmente porque a carteira de crédito piorou de qualidade, e por isso requer uma maior quantidade de recursos detidos sob a forma de provisões. Nos anos de 2003 e 2004, entretanto, as provisões em relação ao crédito diminuem (exceto para o indicador de longo prazo), o que pode indicar uma melhora na qualidade da carteira de crédito do Itaú.



Ainda quanto ao risco de crédito, se observarmos o Patrimônio Líquido como proporção da quantidade de créditos concedidos, pode-se perceber que esta relação diminuiu muito ao longo dos anos. O Patrimônio Líquido passou de 40% do total de empréstimos em 1998 para apenas 28% em 2004, o que expõe o banco a um risco adicional de insolvência caso seus clientes não paguem o que devem.

Finalmente, nos resta a análise do risco de liquidez. Entre 1999 e 2000, e de 2003 para 2004, o passivo circulante tendeu a cair, o que indica que o banco esperava uma queda dos juros, ao contrário do que espera em 2001 e em 2003. O ativo circulante, por sua vez, aumenta até 1999 e a partir de 2002, indicando que a instituição buscava melhorar sua liquidez, possivelmente pela maior aversão ao risco que as crises destes anos causaram. Se olharmos somente a tendência geral, o passivo circulante tendeu a cair em relação ao passivo total, o inverso do que ocorre com o ativo circulante, indicando que o banco provavelmente espera uma queda dos juros.



5.3 Banco Santander Banespa S/A

5.3.1 Histórico

O Banespa foi criado em 14 de junho de 1909, com o nome Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo, sendo inicialmente controlado por três principais acionistas: o Joseph Loste & Cie, o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e o governo estadual. Num primeiro momento, o banco tinha como objetivo financiar a atividade cafeeira no Estado de São Paulo. A história do banco passa a se alterar a partir de 1923. A instituição muda sua denominação para Banco do Estado de São Paulo, e passa a atender também à indústria e ao comércio. Neste período, o governo do Estado transformou-se em acionista majoritário.

Nas próximas décadas, o banco esteve numa fase de grande expansão, tanto pelo território nacional, quanto no mercado internacional, vindo a abrir seu capital em 1969, até que, em 1975, após uma fase de grandes incorporações, o nome Banespa passa a ser a marca oficial do banco.

Nos anos 90, logo no início da década, é incorporado ao Banespa o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, transformando o banco em banco múltiplo. No final de 1994, por conta da política macro que o então presidente Fernando Henrique Cardoso queria aplicar no país, uma intervenção federal é realizada, transferindo-se 51% das ações para o governo federal. Num leilão, o Banespa é vendido ao Grupo Santander, sendo assim incorporado a um dos principais grupos financeiros privados do mundo. A partir daí, o Banespa observou uma sensível redução no seu pessoal

O grupo Santander Já atuava no território brasileiro desde 1982, quando foi instalado seu primeiro escritório de representação. O investimento no mercado nacional, entretanto, só se daria 15

anos depois, a partir de 1997, quando o grupo adquire o Banco Geral do Comércio, o Noroeste e o Meridional, culminando este processo com a compra do Banespa, de onde surge o Conglomerado Financeiro Santander Banespa. O grupo controlador deste conglomerado, o Santander Central Hispano, é uma das dez principais organizações financeiras do mundo, tendo forte presença na Europa e na América Latina.

Atualmente, o Santander Banespa atua em todos os segmentos do mercado, concentrando suas operações de varejo nas regiões Sul e Sudeste, onde estabeleceu sua base de crescimento, e atendendo todo o país com produtos de atacado, sendo a instituição privada líder, no interior do Estado de São Paulo e no Estado do Rio Grande do Sul. Está para ser concluída este ano a integração entre as duas bandeiras, o que implicará na união dos correntistas dos bancos Santander e Banespa, aglomerando-os sobre uma mesma identidade. Isso significa uma melhora na prestação de serviços, já que a unificação disponibilizará um maior número de postos de atendimentos para os clientes dos dois bancos, e uma redução dos custos na ótica do banco, já que agências muito próximas poderão ser fechadas, diminuindo os gastos com pessoal e com imobilizado.

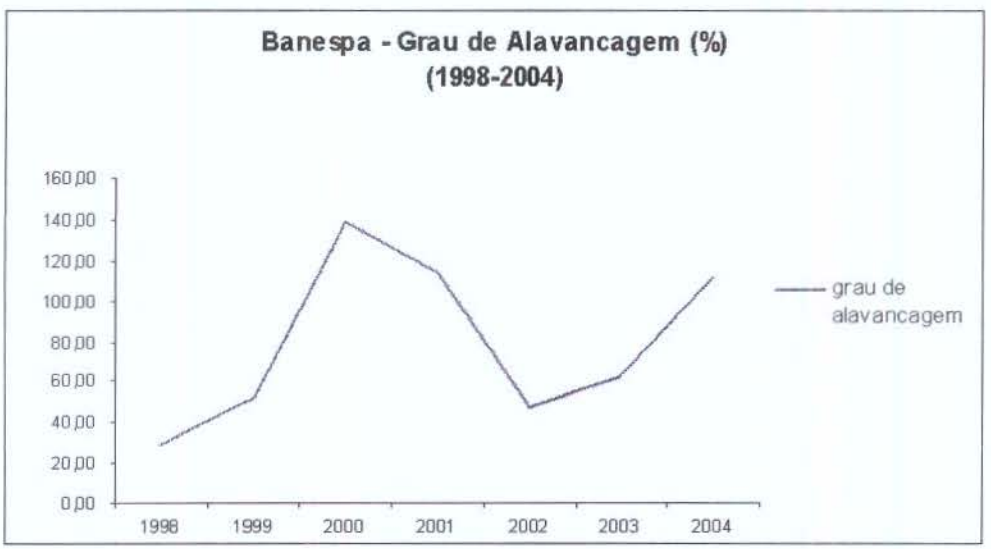
5.3.2 Análise do Balanço Patrimonial

Ao analisar o indicador "grau de alavancagem" do banco Santander, pode-se perceber que ele atinge seus valores mais altos em três anos: 2000 (139,22%), 2001 (114,77%), e 2004 (111,29%), anos estes nos quais o banco apresentou maior capacidade de alavancar seu capital, e, por isso, necessitou de uma menor quantidade relativa de capital de terceiros para se financiar. Nesta instituição bancária, a "Carteira de Terceiros" foi praticamente nula até 2003, tendo neste ano e em 2004 um valor aproximado de R$ 500 milhões. As "Captações no Mercado Aberto" apresentaram um crescimento mais ou menos constante até 2001, onde atingiu o valor de quase R$ 3,5 bilhões. Entretanto, em 2002, possivelmente devido a crise cambial que assolou o país neste ano, estas captações caíram para R$ 2 bilhões, voltando a recuperar seu valor anterior em 2003 e quase dobrando em 2004, ano em que atingiu a marca de R$ 6 bilhões.

O Patrimônio Líquido apresentou um comportamento tão instável quanto as captações. Este item cai de aproximadamente R$ 4 bilhões em 1998-1999 para R$ 2 bilhões em 2000, e só se recupera em 2002, atingindo em 2005 o patamar de mais de R$ 5 bilhões. Esta abrupta queda no Patrimônio Líquido pode ser explicada pelo fato do Banespa ter sido multado em R$ 2,8 bilhões no final do ano de 1999, multa esta que se referia a um fundo constituído pela instituição para pagamento de

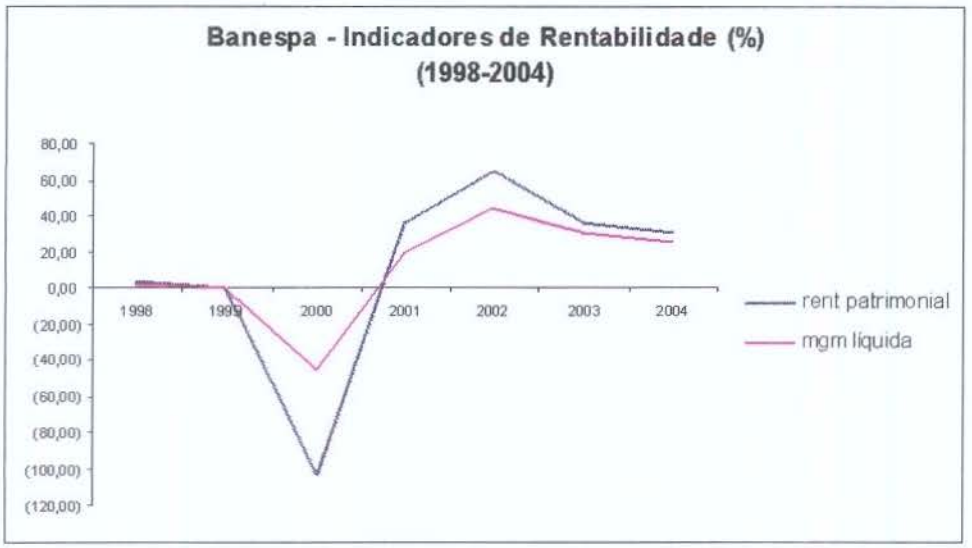
aposentadoria complementar dos funcionários admitidos até 1975, provocando enorme queda na cotação de suas ações no mercado.

Assim, a capacidade do Banespa em se financiar por meio de capitais de terceiros diminuiu muito, o que possivelmente levou o banco a elevar a alavancagem de seu capital próprio, aumentando portanto o indicador grau de alavancagem. No mais, pode-se perceber que o banco, assim como os outros dois bancos já analisados, também alavanca mais seu capital nos momentos de grande otimismo em busca de maior rentabilidade, como foram os anos de 2000, 2001 e 2004. Seguindo a tendência, nos anos de crise e incerteza (1999 e 2002), o banco assume uma posição mais cautelosa, alavancando menos seu capital pelo maior receio de problemas, já que a sua percepção de risco é maior. Vale lembrar também que o ano de 2001 foi o primeiro ano de gestão dos novos controladores do banco. Até esta data, o governo o administrava de maneira extremamente cautelosa. Este pode ser o motivo pelo qual o grau de alavancagem em 1998 é relativamente baixo.



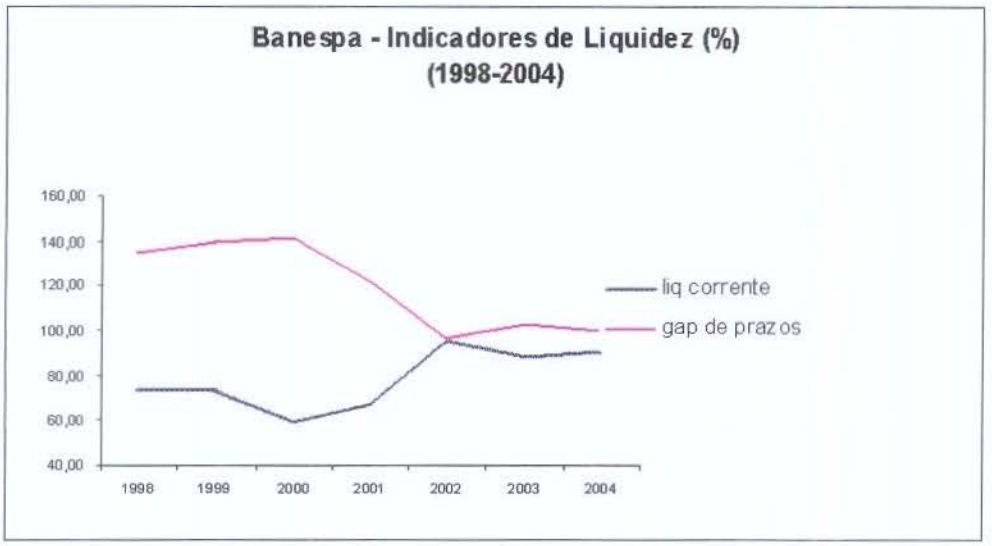
Os indicadores de rentabilidade do Banespa refletem os movimentos descritos acima: em 1998 e 1999, a rentabilidade é baixa pela cautela que a administração governamental impunha, e também provavelmente por causa da crise cambial que estourou neste último ano. Neste momento, o banco vai, pela decisão de se expor a menos riscos, privilegiar a liquidez em detrimento de rendimentos maiores, que envolveriam um "perigo" maior. No ano 2000, o banco incorre num prejuízo enorme, exatamente pela multa imposta pela Recita Federal. Em 2001, sob a nova administração, a rentabilidade se recupera, possivelmente pela maior eficiência de gestão, que reduz os custos, e pela maior agressividade dos controladores do Santander, que faz com que ela cresça ainda mais em 2002. Este aumento também deve ser creditado à explosão do valor dos títulos públicos indexados ao dólar, nos quais o banco mantinha grande parte de seu patrimônio aplicado, e maior rapidez com a qual o Banespa

consegue girar seu capital, obtendo assim mais ganhos do que seus concorrentes[7]. Por conta desta enorme rentabilidade, o Patrimônio Líquido se recupera e volta a crescer. Em 2003 e 2004, a rentabilidade recua um pouco, voltando a níveis mais baixos, possivelmente pelo fim dos ganhos extraordinários que o banco tinha até então por causa da sua reestruturação pós-privatização.



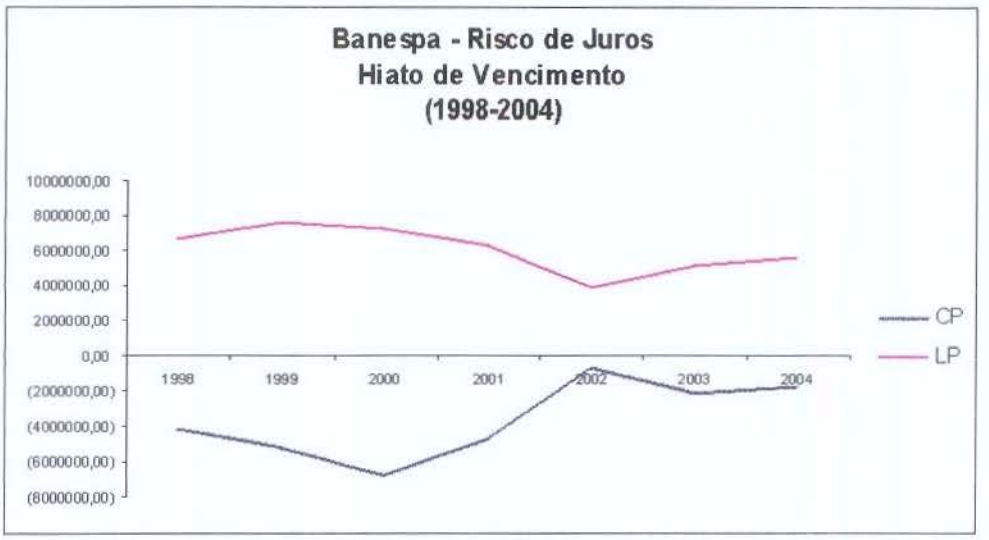
Com relação aos indicadores de liquidez do Banespa, o gap de prazos, apesar de ter diminuído ao longo do período analisado é sempre maior do que a liquidez corrente. Isso significa que o banco tenta manter o prazo de seus ativos maior do que o prazo de seus passivos, o que só se mostra coerente se esperar uma diminuição da taxa de juros. Vale lembrar que, a partir de 2000, a instituição tem tentado diminuir o gap de prazos e aumentar a liquidez corrente, melhorando assim suas chances de não cair na insolvência. No ano de 2002, esses dois indicadores se aproximam, o que quer dizer que o banco busca uma melhor situação de liquidez, possivelmente por causa da incerteza causada pela crise cambial.

[7] Segundo os analistas Carlos Daniel Coraldi, da EFC, e Alan Marinovic, da ABM Consulting, em entrevista ao site "Barão em Foco". Link: http://www.baraoemfoco.com.br/barao/economia/saopaulo.htm.



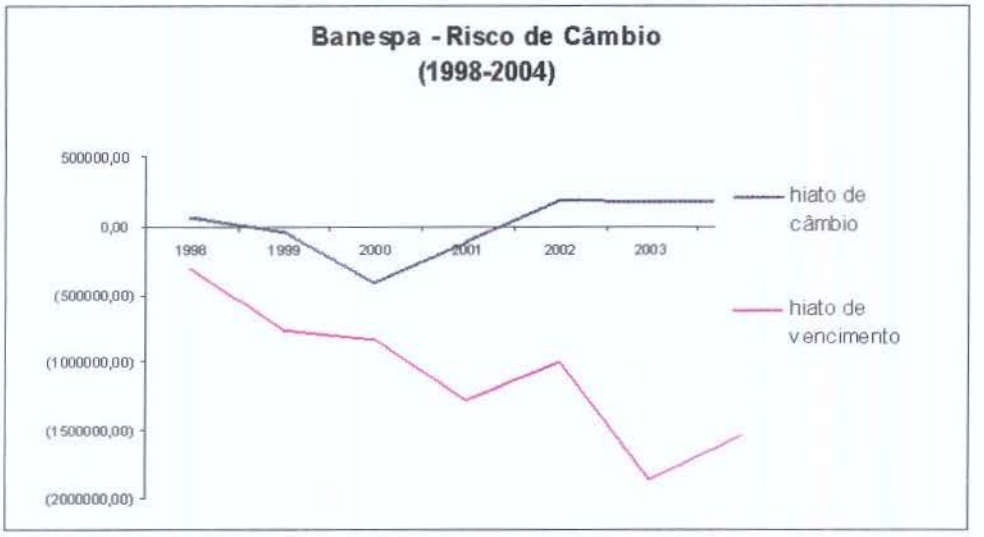
3.3 Análise da Gestão de Risco

Na análise dos indicadores de Gestão do Risco de Variação da Taxa de Juros, pode-se observar o que Banespa sempre mantém o hiato de vencimento de longo prazo positivo (isto é, mantém o Ativo Realizável maior do que o Passivo Exigível), e o hiato de vencimento de curto prazo negativo (ou seja, o Passivo Circulante sempre maior que o Ativo Circulante). Analisando os movimentos ano a ano, observamos que, de 1998 a 2000, o hiato de curto prazo diminui e o de longo prazo aumenta. Isso significa que o banco tentava encurtar a duration de suas dívidas e alongar os prazos de seus recebimentos. Essa atitude só faria sentido se o banco esperasse por uma queda na taxa de juros pela normalização das expectativas, o que seria uma perspectiva coerente se levarmos em conta que a taxa de juros estava muito elevada em 1999, já que o Banco Central a tinha usado como forma de segurar a crise. A partir de 2000, o banco diminui a duration de seu ativo e aumenta a do passivo, o que seria o mais certo a fazer se ele esperasse um aumento dos juros. Em 2002, esta expectativa atinge seu auge: a incerteza causada pelas eleições faz com que o banco espere um aumento dos juros, aumentando a duration de suas dívidas (diminui-se o indicador de longo prazo) e diminuindo os prazos de seus ativos (elevando o indicador de curto). A partir deste ano, pode-se presumir que o otimismo gerado pela retomada do crescimento econômico faz com que o banco espere nova queda nos juros, diminuindo o prazo médio de suas dívidas e alongando a duration dos recebimentos.

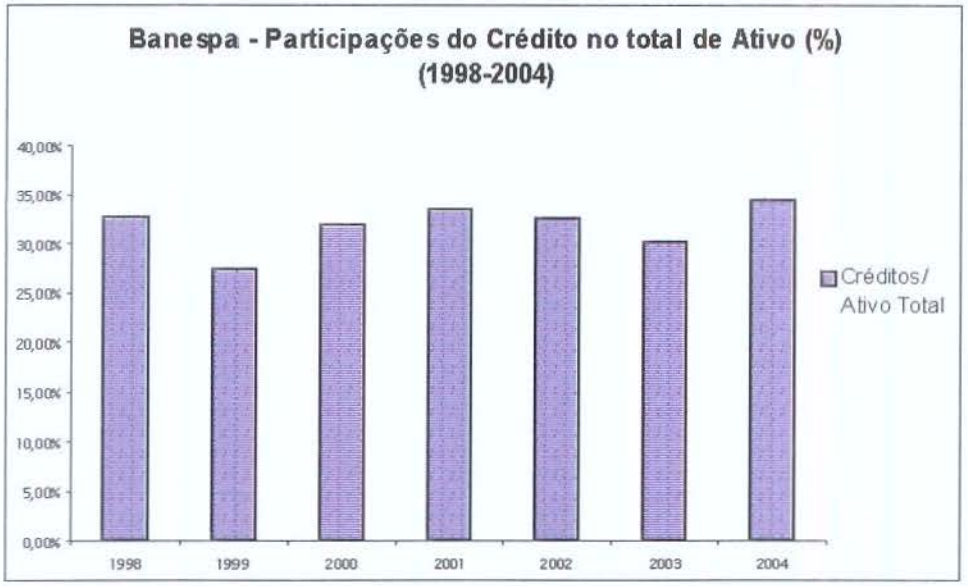


Os indicadores do Risco de Variação da Taxa de Câmbio nos revelam que, ao olharmos para o hiato de câmbio (isto é, somente para a carteira de câmbio no ativo e passivo), o Banespa tem, nos anos de 1998, 2002, 2003 e 2004, posição comprada em moeda estrangeira; e de 1999 a 2001, posição vendida. Isso quer dizer que provavelmente esperava que o real se desvalorizasse frente ao dólar, o que é coerente com a incerteza que as crises embutiam em 1999 e 2002, e com a recuperação da economia mundial e retomada das exportações em 2003 e 2004.

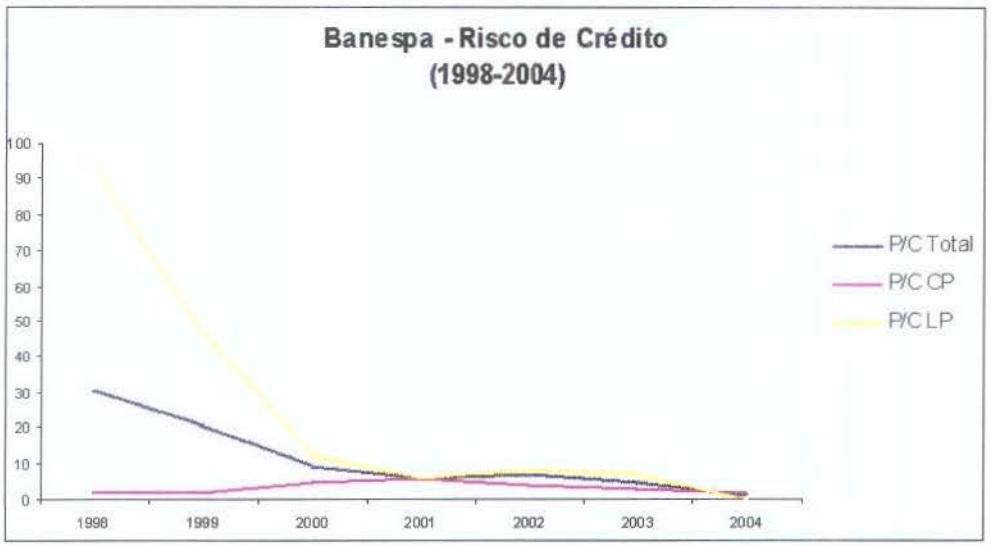
Se juntarmos a esta análise o hiato de divisas, veremos que o banco tem posição vendida em todo o período analisado, assumindo uma posição ainda mais passiva com o passar do tempo (exceto em 2002, provavelmente por conta da crise). Se analisarmos os instrumentos financeiros de derivativos, somente no ano de 2004 o Banespa vai contra arrestar sua posição no hiato por meio destes mecanismos, assumindo neste ano posição ativa no que tange aos derivativos.



Em relação ao Risco de Crédito, podemos observar que o banco, apesar de ter mudado a primeira vista para uma gestão mais ousada, não aumenta significativamente a participação de sua carteira de crédito no ativo, que continua, até 2004, em patamares menores do que os outros bancos privados. Assim, em relação ao volume de créditos no ativo, podemos dizer que o Banespa se expõe menos ao risco de crédito do que seus concorrentes. Olhando a movimentação da carteira em relação ao ativo ano a ano, podemos perceber que nos anos de crise (1999 e 2004), o banco assume uma postura ainda mais conservadora em relação ao crédito, aceitando diminuir a rentabilidade deles advinda em nome da liquidez, diminuindo assim ainda mais sua participação no total do ativo.

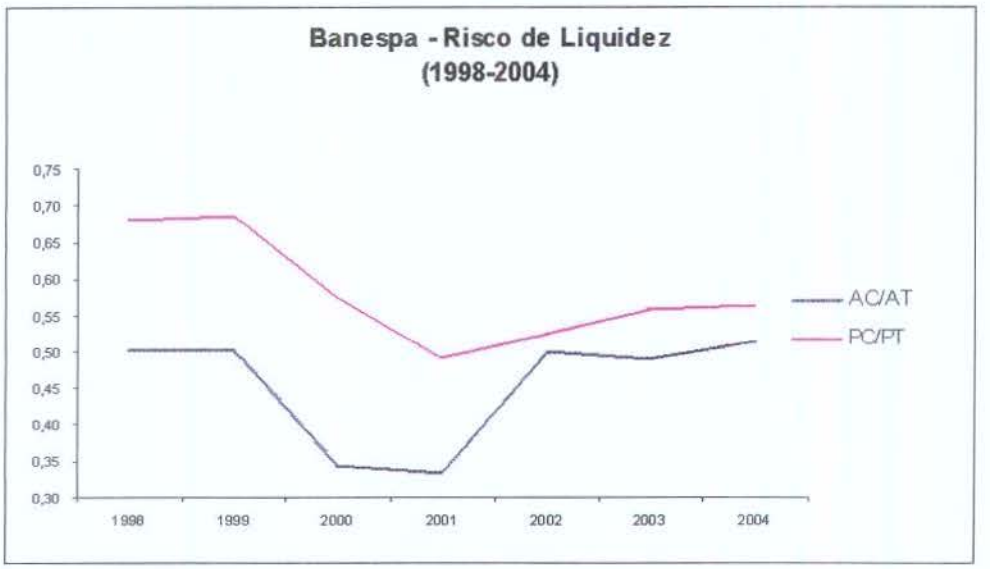


Quanto às provisões, pode-se observar pelo gráfico abaixo que elas diminuíram muito ao longo do período analisado, o que significa que a carteira de crédito do banco, especialmente a de longo prazo, melhorou significativamente. Provavelmente, a abrupta queda deste indicador se deve a privatização o banco, já que o instrumental dos bancos estaduais são orientados para outros fins além da racionalidade puramente econômica, como a promoção social e o desenvolvimento. Por isso, devem conceder empréstimos mesmo que estes tenham grandes possibilidades de não serem liquidados e não gerem boa rentabilidade. Segundo o "Informe Anual" da instituição, disponível em seu site, a enorme queda se deu pelo significativo aumento dos empréstimos de qualidade superior, diminuindo assim a quantidade de recursos que o banco necessitava dispor sob a forma de provisões. O único indicador que apresenta uma pequena piora é o de curto prazo, já que a quantidade de provisões para seus créditos aumenta. A adequação do capital do banco melhorou, já que o total de empréstimos em relação ao Patrimônio Líquido passa de 22% em 1998 para 30% em 2004.



O total do Patrimônio Líquido em relação aos empréstimos cai ao longo dos anos (vai de 78% em 1998 para 47% em 2004), mais intensamente em 2000 e 2001, piorando assim a adequação de capital do banco. Apesar da queda, esta adequação de capital se encontra em patamar muito superior ao encontrado nos outros bancos privados.

Por fim, como podemos analisar pelo gráfico abaixo, o banco mantém em queda o passivo e ativo circulante em relação a seus respectivos totais até 2001. Isso significa que, até este ano, o Banespa presencia, por um lado, um aumento na sua exposição ao risco de liquidez, já que diminui a quantidade de recursos de mais curto prazo no total de suas aplicações; e, por outro, uma diminuição nesta exposição, já que diminui o total de dívidas de prazo menor no seu passivo total. A partir deste ano, porém, os dois indicadores voltam a crescer, o que poderia indicar que o banco busca compensar um movimento com o outro.



5.4 Unibanco S/A

5.4.1 Histórico

O Unibanco foi criado em 1924, sob a denominação de Seção Bancária da Moreira Salles e Cia., em Poços de Caldas (MG). É somente em 1967, quando se funde ao Banco Agrícola Mercantil, que nasce a denominação União dos Bancos Brasileiros S/A, que perdura até os dias de hoje. Através de toda a sua história, o Unibanco sempre teve a característica de ser um grande realizador de aquisições, fusões e associações com outras instituições bancárias e empresas, estratégia que se intensifica a partir da segunda metade da década de 90. Assume em 1995 o controle do então falido Banco Nacional, operação que, apesar de polêmica e extremamente contestada pela enorme "facilitação" do Banco Central, quase dobra o número de seus clientes, e em 2000, adquire a Finivest, que é uma das principais empresas de financiamento do consumo no país, o que possibilita sua entrada no mercado de baixa renda sem a necessidade de associar a imagem do banco (já que continua operando sob mesmo nome).

Ainda neste ano, adquire o Credibanco, um dos maiores repassadores de recursos externos e internos, e o Banco Bandeirantes, responsável pelo aumento em 17% no número de clientes. Esta última aquisição, que veio a possibilitar um aumento de 48% nas redes de atendimento, se deu como uma troca: o Unibanco ficava com o Banco Bandeirantes, e o grupo português que o detinha ficava com um pedaço do capital do banco brasileiro. Em 2001, se associa com as redes de varejo Ponto Frio e Magazine Luiza, conquistando assim um importante segmento da concessão de crédito para o consumo de massa. Ainda seguindo esta estratégia de compras e parcerias, adquire em 2004 o HiperCard (principal bandeira de cartão de crédito no Nordeste) e o BLN do Brasil, além de se associar ao Grupo Sonae, uma grande rede de supermercado do país. Em meados de 2003, surgiram especulações de que o banco Citibank pudesse estar interessado em comprar o Unibanco. Esta operação nunca se concretizou, mas o simples fato da existência desta possibilidade fez as ações do banco disparar em no mercado.

Em relação a suas outras estratégias de mercado, na primeira metade da década de 90, o banco incorre numa tentativa de atrair clientes com maior capacidade financeira, criando para isso algumas exclusividades, como por exemplo o gerente de contas e o banco 30 horas. Em 1997, segmenta seus serviços em quatro áreas (Uni Class, Exclusivo, Especial e Pessoa Jurídica), inaugurando uma nova maneira de atendimento em suas agências. Ainda neste ano, o Unibanco se torna o primeiro banco brasileiro a negociar ações na Bolsa de Nova Iorque. Em 2000, lança o ContAtiva, um programa de crescimento baseado na atração de novos correntistas para o banco. Por todos estes fatores, o banco tem

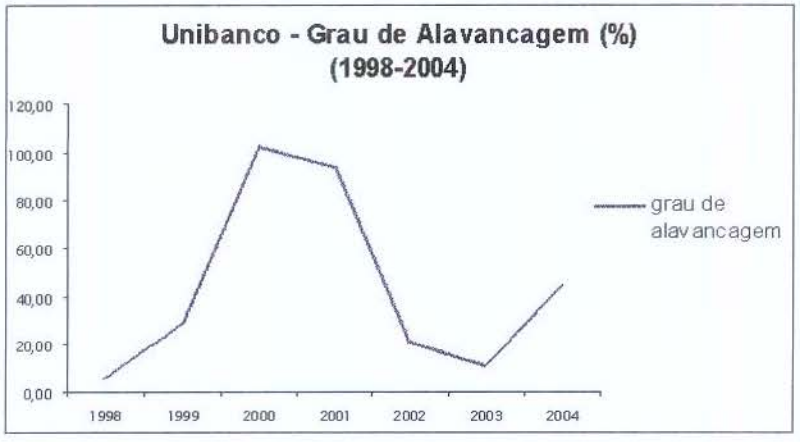
em 2001 lucro recorde, figurando entre os seis maiores bancos da América Latina e multiplicando por seis a rentabilidade por cliente em dez anos.

Atualmente, o banco busca um reposicionamento no mercado, remodelando sua marca e buscando maior transparência e proximidade com seus clientes. Apesar disto, alguns acionistas estrangeiros, como é o caso do banco português Caixa Geral de Depósitos, têm se retirado do Unibanco, vendendo as ações que possuem. São possíveis causas desta retirada o pequeno aumento no valor das ações do banco (se comparado a seus concorrentes) e a falta de confiança nos resultados futuros do banco, que tem tido lucros inferiores aos outros bancos privados do Brasil.

5.4.2 Análise do Balanço Patrimonial

Vamos começar pela análise do grau de alavancagem do Unibanco. Como podemos perceber, este indicador atinge valores muito elevados nos anos de 2000 e 2001 (102,4% e 93,9%, respectivamente), e um valor um pouco maior em 2004 (44,5%). Com relação aos valores que o compõem, o Patrimônio Líquido apresentou crescimento praticamente constante ao longo dos anos analisados, ao contrário das Captações no Mercado Aberto, que apresentam um movimento bem mais errático, atingindo seus maiores valores em 2000 e em 2002 (neste, as captações equivalem a pouco mais de R$ 13 bilhões). A Carteira de Terceiros, por sua vez, alcança seu maior valor em 2002, superando a marca dos R$ 12 bilhões.

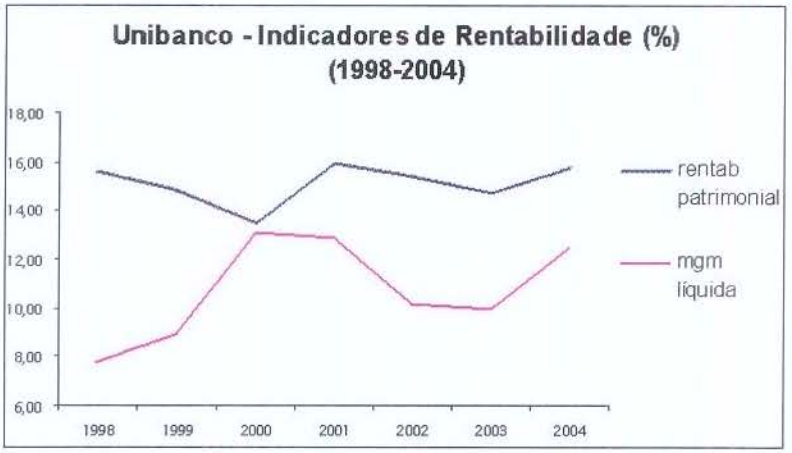
O movimento do grau de alavancagem do Unibanco pode ser visto no gráfico abaixo, e reflete a menor percepção do risco pelo banco nos anos de maior alavancagem, que deixava o banco menos cauteloso e buscando uma maior rentabilidade por meio do maior giro de seu capital, comportamento que se adequa as teses da corrente pós keynesiana.



Analisando separadamente os indicadores de rentabilidade do Unibanco, podemos perceber que a rentabilidade patrimonial cai até 2000, sobe deste ano para 2001, voltando a cair em 2003, e

recuperando-se no ano de 2004. A queda da rentabilidade em 1999 provavelmente se deve à crise cambial que assolou o país. Em 2000, essa diminuição pode ser explicada pelo intenso processo de aquisições do banco neste ano, aumentando as despesas e a imobilização de capital, provocando assim uma queda nos rendimentos líquidos do banco.

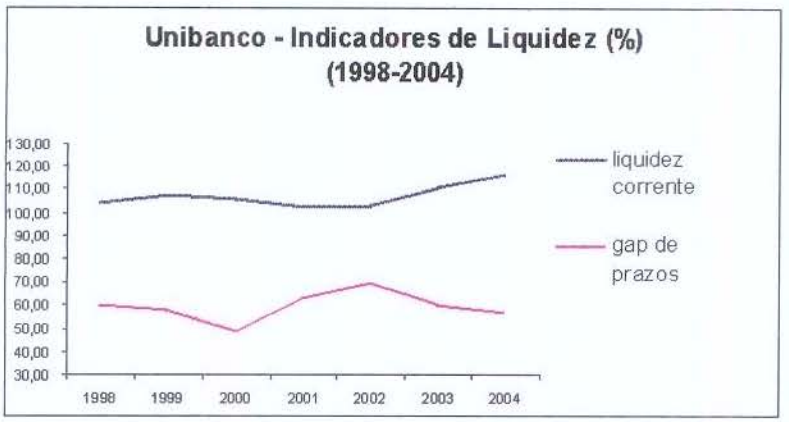
O aumento da rentabilidade em 2004 pode ser explicado pela venda da Credicard, companhia de cartão de crédito da qual o Unibanco detinha um terço, que rendeu R$ 1,7 bilhão e adicionou sozinha 1,5% a mais de rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido[8].



A margem líquida, por sua vez, é maior nos anos de 2000, 2001 e 2004, exatamente nos anos em que o giro do capital também foi maior, o que, obviamente não é mera coincidência. Com exceção do ano de 2003, o banco apresenta um comportamento extremamente minskyniano em relação a este indicador: obtendo maior rentabilidade nos anos de euforia graças a corrosão das margens de segurança, fazendo com que buscasse ganhos maiores mesmo que sua liquidez piore; e rendimentos menores nos anos de instabilidade e crise, por privilegiarem a liquidez pelo aumento na percepção do risco.

Os indicadores de liquidez nos revelam que a liquidez corrente do Unibanco teve um leve aumento durante o período analisado. O banco aumentou apresenta em 2004 um Ativo Circulante maior do que o Passivo de curto prazo, o que lhe confere uma melhor situação de liquidez imediata. O gap de prazos, entretanto, aumenta consideravelmente em 2002, sugerindo que, neste período, o banco apresentou um aumento no descasamento de seus prazos, situação esta que pode ser perigosa caso os juros variem contra as expectativas do banco. Em 2004, este índice volta a baixar, indicando que atualmente o banco melhorou seu descasamento, incorrendo portanto num nível de risco menor por este fator.

[8] segundo Marcelo Mota, jornalista do Yahoo News, fev de 2005



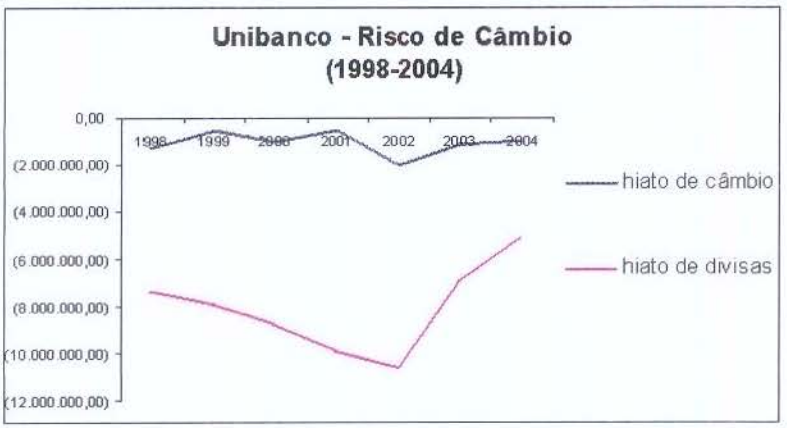
5.4.3 Análise da Gestão de Riscos

Analisando os indicadores do risco de juros, verificamos que o Unibanco realiza a partir de 2001 uma tentativa de diminuir os prazos de seus ativos (visto que eleva seu hiato de curto prazo, o que quer dizer que aumenta mais o Ativo Circulante do que o Passivo Circulante) e alongar os prazos de seus recebimentos (diminui o hiato de longo prazo, aumentando mais o Exigível a Longo Prazo que o Realizável a Longo Prazo). Esta atitude indica que o Unibanco provavelmente apostou ao longo destes anos no aumento dos juros, o que, num primeiro momento, é extremamente coerente com a conjuntura dada pela crise em 2002. Mesmo após ela, porém, o Unibanco continua apostando na subida dos juros.

Nos outros anos, o comportamento dos dois hiatos é bastante instável, apesar da oscilação não ser tão grande. Em 1999 e 2000, o banco aumenta o hiato de curto prazo e diminui o de longo prazo, por isso provavelmente esperava subida dos juros, expectativa que se adequa ao contexto macro instável. Em 2001, o banco diminui os dois hiatos, aumentando mais seu Passivo Circulante (do que o Ativo Circulante) e o Realizável a Longo Prazo (mais do que o Exigível a Longo Prazo), indicando que esperava uma queda nos juros, já que as expectativas estavam mais calmas pelo passar da crise e porque estas atingiram níveis estratosféricos em 1999.

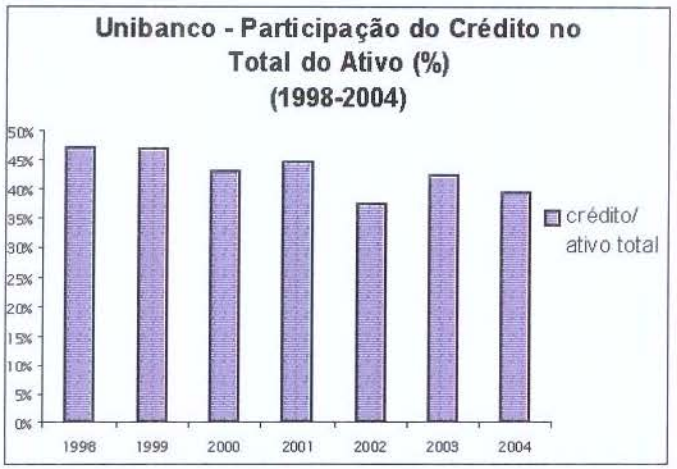
Quanto ao Risco de Variação da Taxa de Câmbio, pode-se observar que o Unibanco apresenta posição passiva líquida, tanto no que se refere ao hiato de câmbio quanto no que diz respeito ao hiato de divisas. Isso quer dizer que o banco se encontra durante todo o período vendido em moeda estrangeira, o que só é coerente se apostasse na desvalorização do real. Esta exposição cambial aumenta até 2002 e diminui a partir dele, levando-nos a sugerir que o banco, neste último período, esperava uma desvalorização acentuada do real, tanto pela crise eleitoral em 2002 quanto pela retomada do crescimento mundial em 2003 e 2004, alavancando as exportações nacionais. Estes fatores levam o banco a diminuir sua posição passiva, e ainda buscar mecanismos de proteção nos derivativos, já que em 2003 e 2004 o Unibanco assume posição comprada no câmbio no que tange aos contratos futuros, hedges, etc. Vale observar que, em 2002, o banco reforça sua exposição cambial, que já era muito alta, assumindo posição fortemente vendida também nos derivativos. Isso só pode nos levar a crer que o banco esperava uma valorização do real, o que é incoerente com as expectativas formadas pelo mercado na época. Talvez as perdas com esta "aposta" do câmbio sejam o motivo da baixa rentabilidade do banco em 2003.

O hiato de câmbio varia de modo mais instável ao longo dos anos, e só passa a apresentar uma tendência a partir de 2002, diminuindo até 2004. Este movimento corrobora as expectativas inferidas pelo movimento do hiato de divisas, indicando que possivelmente o banco aposta na desvalorização da moeda nacional.

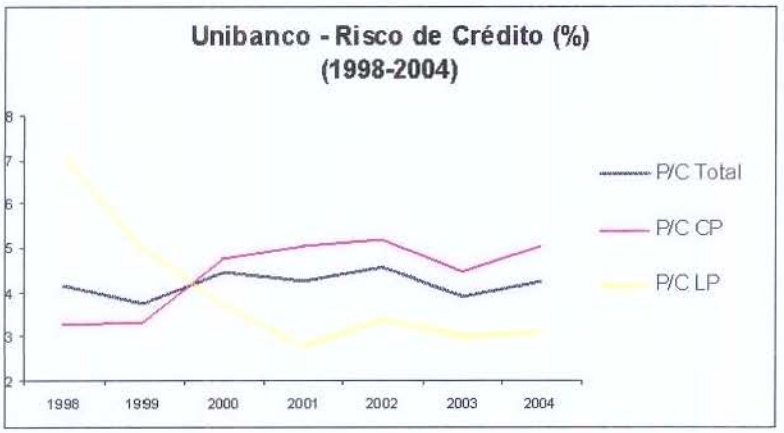


Com relação ao Risco de Crédito do Unibanco, ao observarmos a evolução da carteira de créditos no total de ativos podemos perceber que ela diminui de participação ao longo dos anos, e por isso, numa primeira análise, pode-se dizer que o risco de crédito desta instituição tem diminuído ao longo do tempo. Com exceção do ano de 1999, o banco também obedece aos preceitos da teoria pós keynesiana, diminuindo a concessão de crédito, que é um ativo mais rentável porém mais arriscado, nos anos turbulentos; e aumentando-os em sua carteira nos anos de otimismo mesmo que seus níveis de

liquidez sejam menores. Em 1999, a carteira de crédito aumenta um pouco no início do ano pela desvalorização do real, já que uma parte considerável dela era indexada ao dólar, e depois permanece constante pelos efeitos da crise.

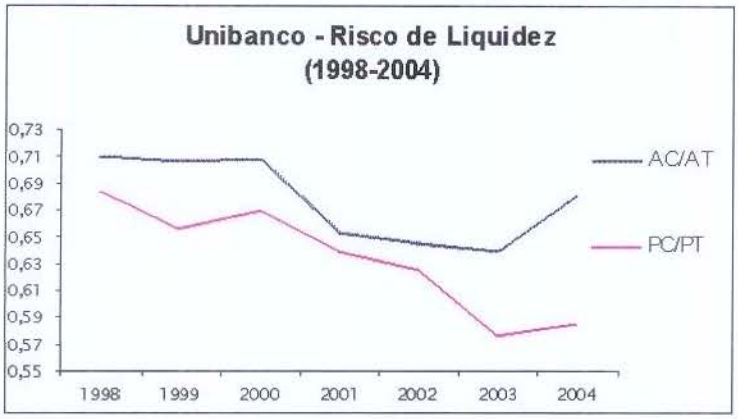


Analisando agora a relação do total das provisões com o total de crédito podemos perceber pelo gráfico abaixo que ela se mantém praticamente constante ao longo dos anos. Este movimento provavelmente reflete a evolução do comportamento das provisões de curto e longo prazo: enquanto a relação provisões/créditos diminui consideravelmente para as operações de prazos maiores, esta mesma relação aumenta para as de curto prazo, Isto nos leva a concluir que, enquanto a carteira de crédito de longo prazo melhorou de qualidade, a de curto piorou. Esses dois efeitos combinados fizeram com que a qualidade da carteira de crédito como um todo se mantivesse praticamente inalterada.



Os indicadores do Risco de Liquidez do Unibanco estão expostos nos gráficos abaixo. Como podemos ver, tanto o Ativo Circulante quanto o Passivo Circulante caíram em relação a seus respectivos totais, exceto no ano de 2004. Ao mesmo tempo que a queda do Passivo Circulante (isto é, o alongamento dos prazos das dívidas) indica uma melhora na situação de liquidez, a queda do Ativo

Circulante (o aumento da duration dos recebimentos) indica uma piora nesta situação no curto prazo, podendo até levar o banco a insolvência. Entretanto, o aumento da relação Ativo Circulante/Ativo Total em 2004 indica que o banco está tentando melhorar sua situação de liquidez.



5.5 Banco ABN Amro Real S/A

5.5.1 Histórico

Em 1925, é montada a Cooperativa Bancária, passando logo depois a se chamar Banco da Lavoura de Minas Gerais. A instituição mantém esta denominação até 1971, ano em que se torna "Banco Real", logo após de se estabelecer em São Paulo.

No Brasil, a história do ABN AMRO Bank começa há 87 anos, quando o Banco Holandês da América do Sul chega às cidades do Rio de Janeiro e Santos. Em 1963, a instituição adquiriu metade das ações da Aymoré Financiamentos, concluindo a compra desta instituição em 1970. Em 1993, o banco muda seu nome para ABN AMRO Bank, e transfere sua sede do Rio de Janeiro para São Paulo.

A história destes dois bancos permanece separada até 1998, ano no qual o ABN Amro compra o Banco Real, vindo a se integrar totalmente em 2000. Ainda neste ano, o grupo adquire o Bandepe, e em 2003, compra o Sudameris.

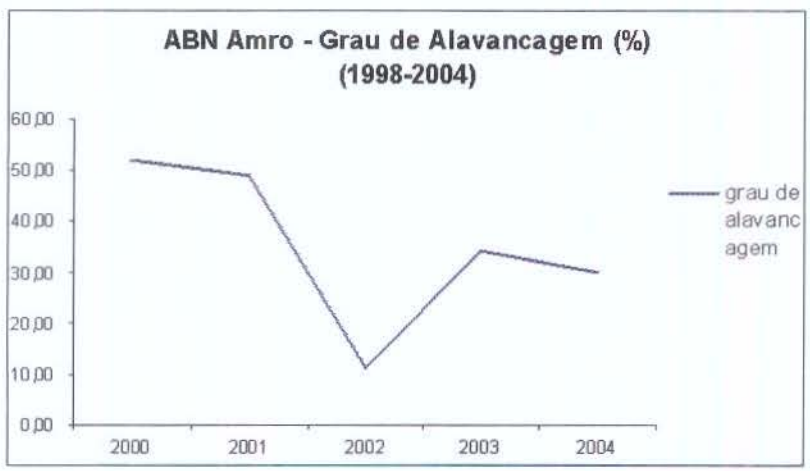
No ano de 2003, o banco começa a investir no segmento de microcrédito, mercado este que, para ser rentável, precisa de grande escala, já que os juros são mais baixos. Esses microcréditos são oferecidos a pessoas que não possuem conta bancária, geralmente moradores de favelas. Em 2005, o banco comprou a Araguaí, entrando assim no mercado de consórcios de carros. O grupo pretende ainda expandir esta participação, se lançando também no consórcio de motos, imóveis, equipamento médicos e agrícolas. O Real tem investido também no segmento mais abastado de seus clientes, ampliando a sua área Private e investindo na construção e decoração de agências mais elaboradas.

Atualmente, o Real ABN Amro tem buscado cada vez mais associar sua marca à responsabilidade sócio ambiental, privilegiando a concessão de créditos a empresas que compartilham desta preocupação. Na opinião do banco, as empresas socialmente irresponsáveis não são mais aceitas pela população, e por isso, oferece consultoria para seus clientes no que tange à ações que interfiram no meio ambiente, de modo a desenvolver um crescimento sustentável. Essa imagem consolidada no mercado já rendeu ao banco uma valorização no valor de sua marca.

5.5.2 Análise do Balanço Patrimonial

Analisemos agora os indicadores do Balanço Patrimonial do Banco ABN Amro. Vale ressaltar que, antes de 2000, o Balanço utilizado para calcular os dados é só do Banco Real, já que os dois balanços só foram consolidados neste ano.

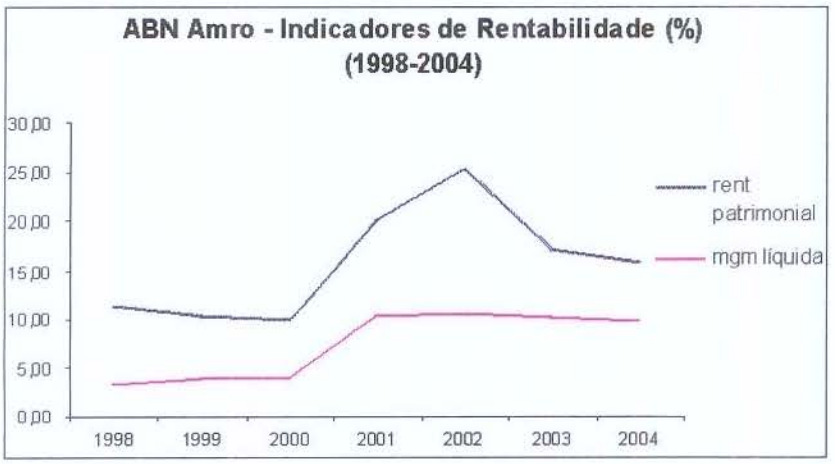
Em relação ao grau de alavancagem, não foi colocado no gráfico o ano de 1998 e 1999, já que os dados referentes a Carteira de Terceiros não está disponibilizado. Podemos perceber que as Captações no Mercado Aberto apresentaram um comportamento bastante instável ao longo dos anos: diminuíram drasticamente em 1999 e em 2002, possivelmente por causa das crises cambiais; e em 2004 seu valor é menor do que aquele apresentado em 1998. A Carteira de Terceiros, que é relativamente grande em 2000, é nula em 2002 e em 2004, seu valor é cinco vezes menor do que no ano de 2000. O Patrimônio Líquido apresentou uma tendência mais ou menos constante de alta ao longo dos anos, só tendo um aumento considerável em 2000, ano em que os balanços dos bancos Real e ABN foram unidos.



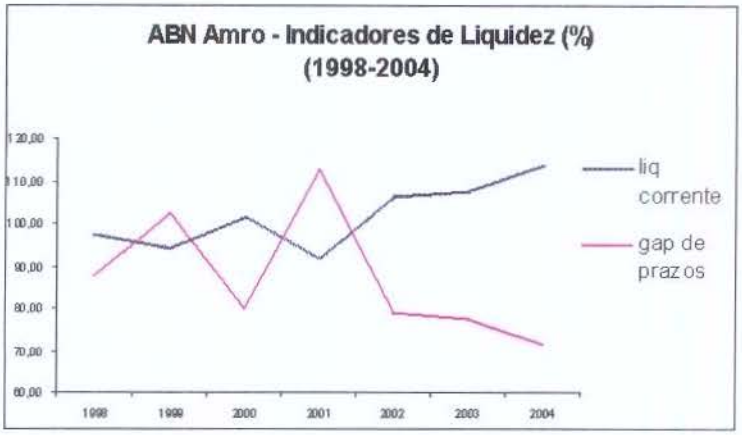
Como podemos observar, o grau de alavancagem cai no período analisado, observando uma queda mais acentuada em 2002, possivelmente por causa da crise eleitoral. Esta queda reflete a adoção por parte do banco de uma postura mais cautelosa, procurando girar menos seu capital mesmo que isto lhe custe alguma rentabilidade.

Os indicadores de rentabilidade do Banco Real ABN Amro revelam uma situação atípica: justamente no ano de maior incerteza (2002), sua rentabilidade foi mais elevada. Até 2000, a rentabilidade do banco se situava num patamar menor, possivelmente pelo menor número de ativos que o banco dispunha para aplicar. Estes índices crescem até 2002, quando atingem seu maior patamar, e caem levemente a partir de então. Se combinarmos a análise da rentabilidade com a da alavancagem, perceberemos que o banco consegue aumentar aquela ao mesmo tempo que diminui esta, isto é, ele consegue combinar a busca por maior segurança na alavancagem com a maior rentabilidade.

Por que a rentabilidade cresce em 2002? Provavelmente, o grande lucro e a enorme rentabilidade em 2002 refletem uma postura mais agressiva do banco, já que, num momento de crise, o grande risco envolvido nas operações abre caminho para uma grande rentabilidade, desde que se acerte os rumos que tomarão os ativos com os quais se aplica. É um fato curioso se levarmos em conta que neste ano, o lucro da holding detentora do banco caiu a nível mundial.



Em relação aos indicadores de liquidez, podemos perceber que a liquidez corrente do banco aumenta de 1998 a 2004, ao mesmo tempo em que, com exceção de 1999 e 2001, o gap de prazos cai. Isto reflete uma procura por parte do banco por uma maior adequação entre o ativo e o passivo circulante, melhorando sua situação de liquidez no curto prazo. Esta é uma postura revela uma busca por maior segurança, já que tanto a liquidez corrente quanto o gap de prazos nos levam a conclusão de que o banco tem buscado casar os prazos de suas aplicações, minando assim qualquer possibilidade de perdas (ou ganhos) decorrentes da inadequação de prazos entre as aplicações e os recebimentos.



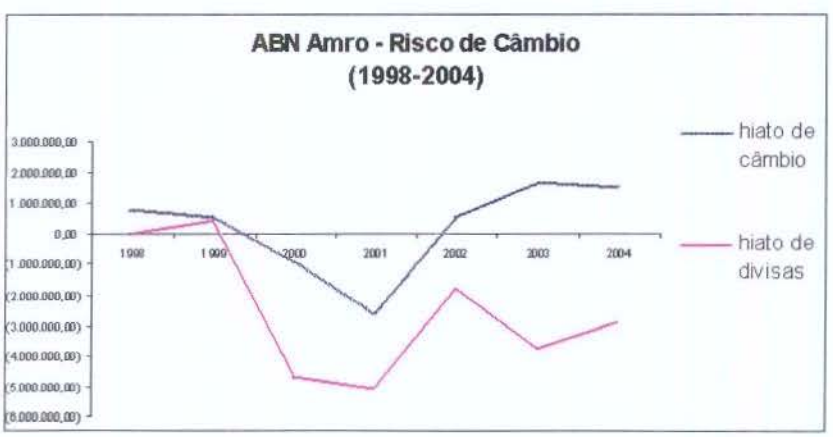
5.5.3 Análise da Gestão de Riscos

Quando olhamos para o hiato de vencimento do ABN, percebemos que, enquanto o hiato de longo prazo permaneceu sempre positivo, o hiato de curto prazo oscila bastante entre os anos. De 1998 a 1999, o banco aumenta o hiato de longo e diminui o de curto, alongando o prazo de suas aplicações e diminuindo o de suas dívidas, indicando que provavelmente o banco esperava uma queda na taxa de juros. No período seguinte, os dois hiatos são positivos, provavelmente por causa da consolidação dos balanços dos dois bancos, aumentando mais o banco seus ativos do que seus respectivos passivos. Em 2001, o ABN, assim como em 1999, aumenta mais seu Realizável a Longo Prazo e mais seu Passivo Circulante, e portanto é provável que novamente esperasse uma redução dos juros. A intensidade com que este movimento se deu indica que o banco confiava fortemente nas expectativas que estava formando.

Com a crise de 2002, entretanto, as expectativas se revertem totalmente: o hiato de longo prazo diminui de modo bastante intenso, e o hiato de curto aumenta significativamente, indicando que o banco provavelmente esperava um aumento nas taxas de juros. É esta reversão nas previsões que leva o banco, assim como todos os seus concorrentes, a tentar alongar ao máximo os prazos de seus pagamentos e encurtar a duration de seus recebimentos, para poder tirar proveito dos ganhos extras proporcionados pelo descasamento de prazos existente em seu Balanço, caso estas previsões venham a se confirmar. Apesar da mudança no contexto macro, esta mesma expectativa de alta de juros se mantém até 2004, já que continua o processo de alongar as dívidas (o que é visível pela diminuição do hiato de longo prazo) e encurtar o prazo dos ativos (podendo ser visualizado pelo crescimento do hiato de curto prazo).

Com relação ao Risco de Câmbio, podemos perceber que antes da união dos Balanços, o Banco Real mantinha suas posições em moeda estrangeira sempre no lado comprado, incorrendo assim no risco remoto risco para a época de que o Real se valorizasse. A partir da consolidação do Balanço e até a crise em 2002, o banco aumenta sua exposição ao risco de câmbio (já que aumenta a diferença existente entre as aplicações em câmbio no ativo e as do passivo) passando a ter posição fortemente vendida, apostando assim muito na desvalorização da moeda nacional. O aumento da percepção de risco deflagrado pela crise em 2002 leva o ABN a diminuir a exposição cambial, levando-o até a ter novamente uma posição comprada no que tange somente a Carteira de Câmbio. Em 2003 e 2004, o maior otimismo faz com que o banco volte a aumentar sua exposição a este tipo de risco, aumentando mais a parte cambial do passivo, apostando assim numa desvalorização da moeda nacional.

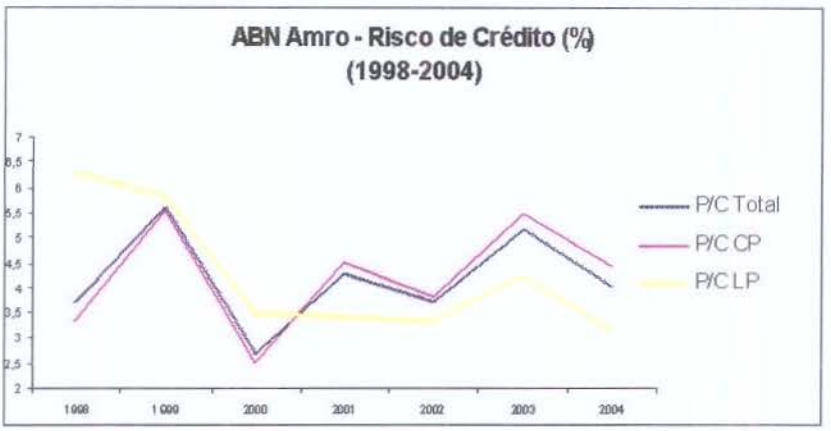
A instituição começa a fazer uso dos instrumentos de derivativos a partir de 2002. Neste ano, o banco reforça sua posição vendida no Balanço assumindo também posição vendida nos mecanismos de derivativos. Em 2003 e 2004, entretanto, o banco utiliza estes mecanismos para se proteger das posições que mantém, tomando assim uma posição comprada em derivativos ao longo destes dois anos.



Na análise da gestão do Risco de Crédito, vale lembrar que nos últimos anos o banco tem conseguido muitos empréstimos para repassar sob a forma de créditos para as empresas "politicamente corretas", alinhando assim sua imagem a banco ambiental e socialmente responsável. Como pode ser visualizado no gráfico abaixo, o ABN diminui muito a concessão de créditos como porcentagem do ativo nos anos de 2001 e 2002, diminuindo portanto a priori também sua exposição ao risco de não liquidação destes. Fábio Barbosa, presidente do Real, diz que[9] o banco foi mais conservador nestes dois anos, aumentando significativamente as provisões contra perdas com empréstimos de liquidação duvidosa porque a expectativa era de que a inadimplência iria aumentar bastante.

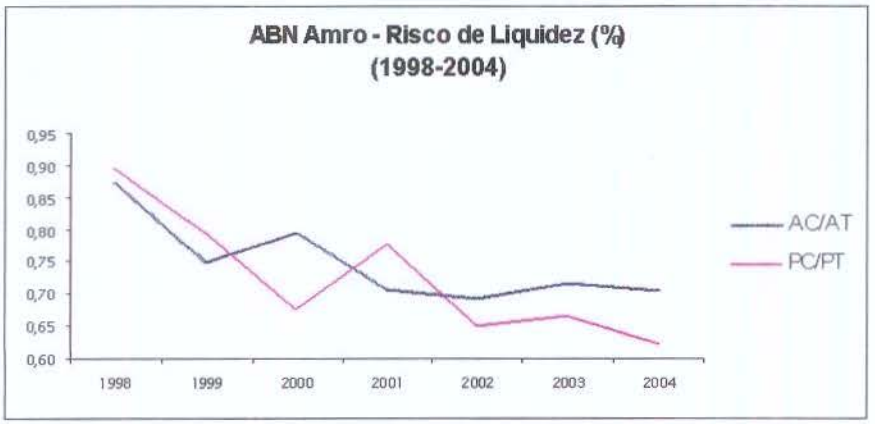
Como podemos ver pela relação Provisões e Crédito, realmente as provisões aumentam em 2001 e 2002 se comparadas ao nível visto em 2000, mas elas ainda são proporcionalmente menores das que se têm em 1999 e 2003. Nestes dois anos, o aumento das provisões em relação ao total de crédito nos indica que provavelmente a carteira de crédito do banco era pior, já que exigia um maior volume de recursos aprisionados para cada aplicação. Em 1999, isto provavelmente ocorre pela crise que estoura neste ano, aumentando a possibilidade de inadimplência pelo risco sistêmico. Em 2003, aparentemente o mesmo fenômeno se repete, só que por razões diferentes: provavelmente, o exacerbado otimismo faz com que o banco conceda créditos para clientes que apresentam uma situação não tão favorável, aumentando assim o risco específico de cada aplicação. Para efeitos da análise aqui realizada, vale a lembrança de que a carteira de créditos piora mais em 1999 e 2003, e melhora de qualidade em 2000 e 2004.

[9] Segundo informações do site www.bancariosbh.org.br/lucros/lucros_2001.htm



A Adequação de Capital do banco melhorou significativamente ao longo dos anos, já que a relação entre empréstimos e Patrimônio Líquido aumentou bastante. Apesar desta melhora, ela ainda é significativamente menor do que a apresentada pelos seus concorrentes, deixando o banco assim numa situação pior no caso de perdas.

Os indicadores de liquidez do ABN Amro nos levam a, numa primeira análise, achar que seu risco de liquidez está aumentando, já que a liquidez mais imediata apresentou um piora pela diminuição da parte Circulante do Ativo. Entretanto, devemos observar também que a parte Circulante do Passivo (com exceção de 2001) também está diminuindo. Assim, combinando esta análise àquela realizada na análise do balanço em relação à liquidez, podemos dizer que o banco aumentou sua liquidez, diminuindo portanto sua exposição ao risco de liquidação emergencial de seu patrimônio ou de falência.



5.6 HSBC Bank Brasil S/A

5.6.1 Histórico

Fundada em 1865 e com sede em Londres, a HSBC Holdings é uma das maiores organizações de serviços financeiros e bancários do mundo, tendo suas agências e serviços espalhados por todos os

lugares do globo. Em 1996, este conglomerado é um dos primeiros grandes financeiros internacionais a desembarcar no país, através da polêmica compra do Banco Bamerindus. Desde então, o banco tem feito jus a sua reputação internacional, ampliando sua base de clientes e se mostrando sempre como um banco pioneiro na prestação de novos serviços.

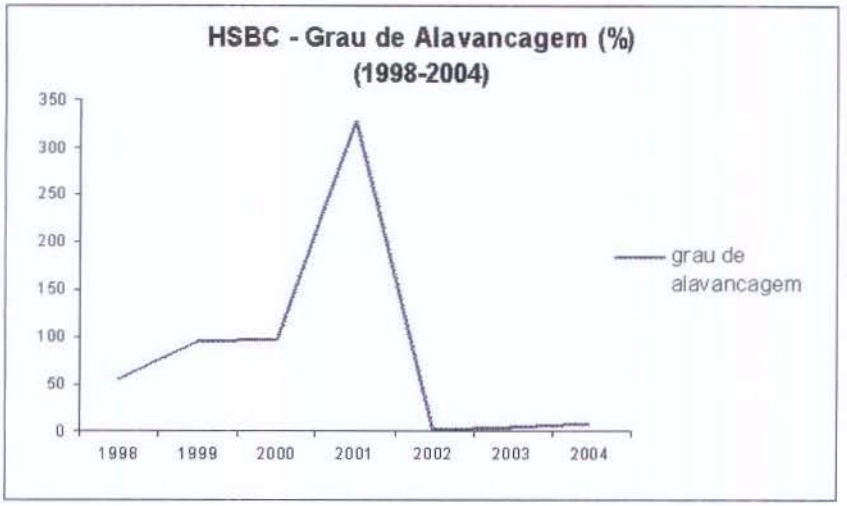
Atualmente, o banco tem apresentado uma estratégia cautelosa de crescimento lento no país, priorizando os clientes de renda mais alta, que possam usar o serviço premier, mas também ampliando seus negócios com a freguesia de renda menor. O banco é proprietário da rede de créditos Losango, que tem como público alvo as classes D e E, considerado por muitos o segmento mais promissor nos mercados emergentes. Ademais, adotou também uma estratégia de grande corte de juros e tarifas, o que mais que dobrou o número de cartões com a bandeira do banco; além de implementar um programa para melhorar o atendimento e diminuir as queixas. Isto tudo é uma tentativa de alinhar sua imagem no Brasil a de provedor de serviços de primeira linha, marca registrada do banco no mundo.

Como estratégia de diferenciação de seus serviços, o HSBC também ampliou nos últimos anos o horário de atendimento: uma boa parcela de suas agências funciona das 9 às 18 horas, dando assim uma maior margem de tempo para seus clientes utilizarem seus serviços. Como resultado, o banco viu a carteira de clientes dos postos de serviço com o novo horário crescer 20%, mais do que o dobro dos que os que trabalham no horário normal.

As aquisições estão, por enquanto, fora de sua estratégia. Na visão do HSBC, os bancos no país, por serem muito lucrativos, estão muito caros, e por isso, o HSBC não estuda por enquanto nenhuma nova compra no Brasil. O conglomerado prefere crescer com segurança para não apresentar problemas, mesmo que lucre menos que seus rivais, se expandindo com o dinheiro economizado com programas de cortes de custos.

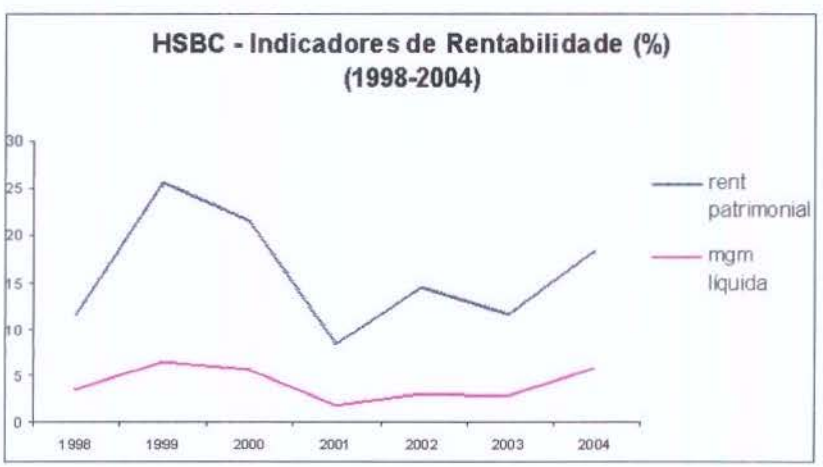
5.6.2 Análise do Balanço Patrimonial

Com relação ao grau de alavancagem do HSBC, podemos perceber que este indicador apresenta um nível extremamente elevado até o ano de 2001 (neste ano, a alavancagem chega a mais de 300%). Provavelmente, isto é o resultado da combinação de queda no Patrimônio Líquido e na Carteira de Terceiros, e aumento nas Captações do Mercado Aberto. Isto reflete uma postura mais agressiva do banco até o ano de 2002, fazendo girar mais seu capital esperando com isso obter uma maior rentabilidade. A partir deste ano, assume uma postura mais cautelosa no que diz respeito à alavancagem, provavelmente por causa da crise eleitoral que assola o país em 2002, que aumenta a percepção do risco na economia como um todo.



Em relação aos indicadores de rentabilidade do banco, podemos observar que sua rentabilidade é muito elevada em 1999 e 2000, voltando a ser alta em 2004. Neste último ano, a obtenção do lucro recorde se deveu principalmente a enorme expansão do crédito ao consumo e ao grande volume de negociação com títulos públicos, ativos muito rentáveis (principalmente a segunda aplicação, que além de tudo é extremamente segura). Os créditos, por sua vez, pressupõem um risco maior, e por isso sua concessão provavelmente só aumentou graças à melhora das perspectivas com relação à economia brasileira[10].

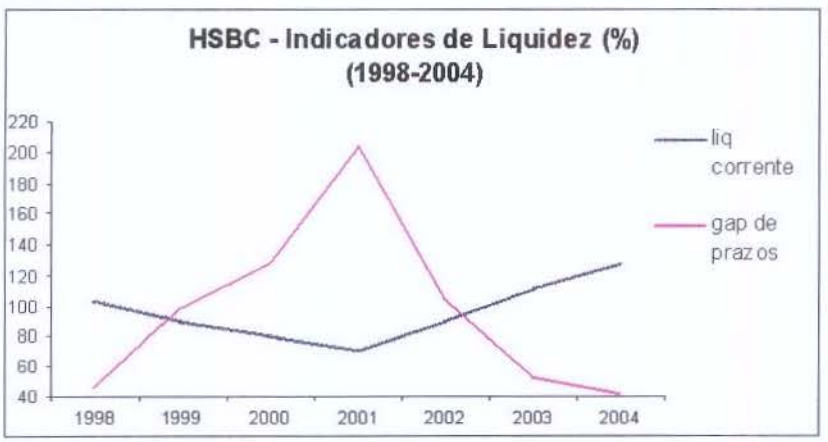
Em 1999, a alta rentabilidade pode ser explicada pela desvalorização cambial e alta dos juros: aproximadamente 73% do lucro obtido se deveu a estes dois fatores. Como se sabe, a crise cambial de 1999 teve como grande perdedor o Banco Central, que absorveu a maior parte de seus impactos desfavoráveis, lançando para isso títulos com indexação cambial e aumentando muito os juros. Isso impulsionou enormemente a lucratividade dos bancos em geral no período[11].



[10] Segundo informações do DIEESE (site www.cnbcut.com.br/dieese/hsbc_2001.htm)
[11] Segundo informações do DIEESE (www.cnbcut.com.br/dieese/hsbc1999.htm)

CEDOC/IE

Em relação à liquidez do HSBC, podemos observar pelo gráfico abaixo que a liquidez corrente declina até 2001, e aumenta após este ano. O gap de prazos, por sua vez, faz o caminho inverso: aumenta até 2001 e a partir daí cai. Este movimento nos leva a concluir que o banco, até 2001, verificou uma piora na sua situação de liquidez no curto prazo, provavelmente porque suas expectativas eram boas, e assim o banco abria mão da liquidez em troca de uma maior rentabilidade. Corroborando esta afirmação, até este ano, o gap de prazos aumenta, o que quer dizer que o descasamento de prazos se agravava, e desta maneira podendo gerar maiores ganhos, mas também maiores perdas. A partir de 2001, o HSBC busca aumentar sua liquidez corrente, melhorando portanto sua liquidez num prazo menor, ao mesmo tempo que tenta diminuir o descasamento existente entre os prazos do ativo e do passivo. Isso significa que o banco tem procurado maior segurança, mesmo que lhe custe a perda de uma certa rentabilidade pela eliminação da possibilidade de ganhos advindos do descasamento.

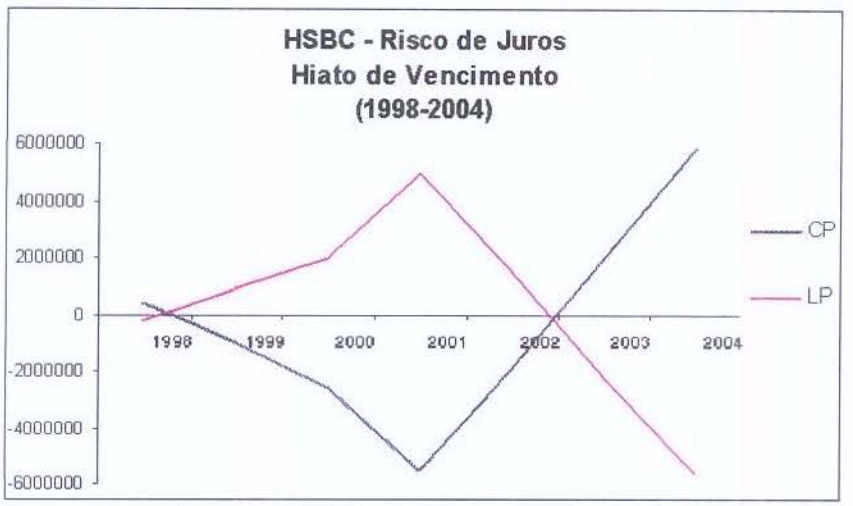


5.6.3 Análise da Gestão de Riscos

Assim como os indicadores de liquidez do HSBC, o hiato de vencimento do banco também apresenta duas linhas de tendência bem claras e delimitadas. Até 2001, seu hiato de longo prazo era ampliado e o hiato de curto diminuído. Isso nos leva a concluir que o banco tentava aumentar seu Ativo Realizável a Longo Prazo e seu Passivo Circulante, o que quer dizer o mesmo que ampliar o prazo de seus ativos e encurtar os prazos de suas dívidas. Esse movimento só faria sentido se o banco esperasse uma queda das taxas de juros, já que assim garantiria uma remuneração mais alta para recursos que poderiam ser captados por um juro menor.

A partir de 2001, pode-se observar pelo gráfico que o banco inverte esta tendência, tentando ampliar seu Passivo Exigível a Longo Prazo (alongando a duration de suas dívidas) e seu Ativo Circulante (diminuindo o prazo de suas aplicações), o que só se mostra uma atitude coerente se o banco esperasse uma alta nos juros. As expectativas do banco, portanto, se revertem brutalmente a partir de

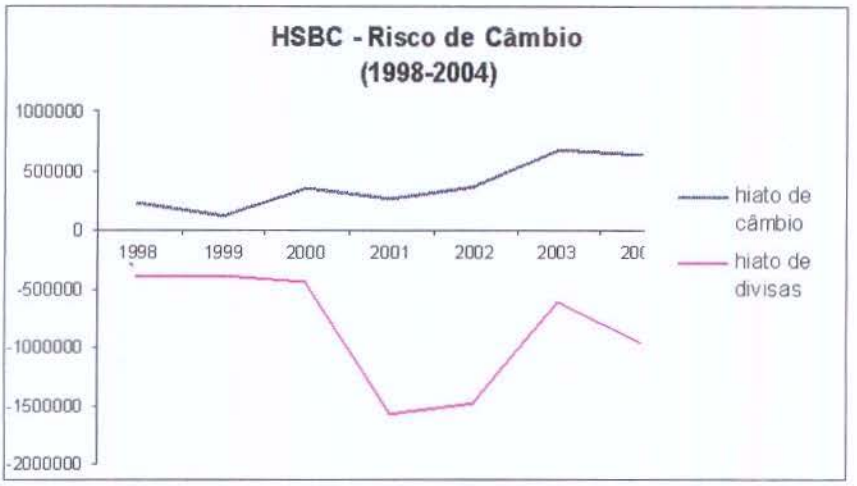
2002, provavelmente pela grande incerteza e instabilidade causada pela crise eleitoral neste ano. Vale observar que nos anos de 2001 e 2004 foram os anos nos quais os hiatos foram, em módulo, mais elevados, o que nos leva a concluir que estes foram os períodos nos quais o banco mais se expôs ao risco de que a taxa de juros variasse de maneira desfavorável a suas expectativas.



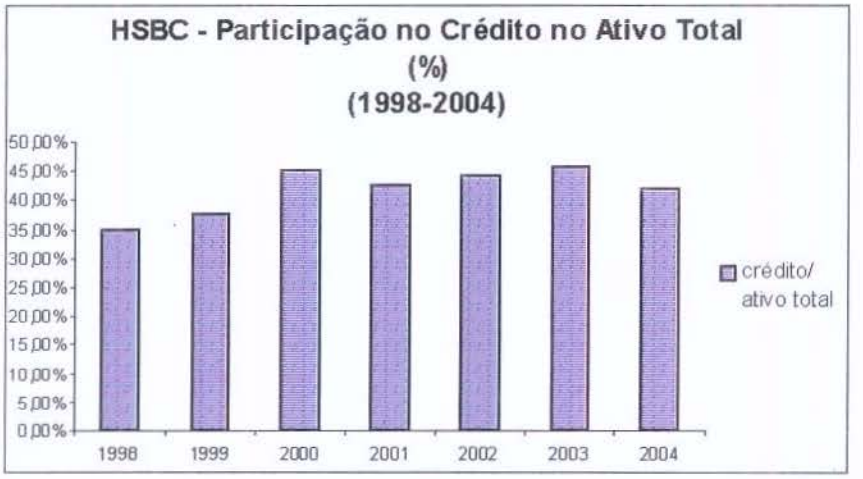
Quanto ao Risco de Câmbio, o HSBC manteve ao longo dos sete anos analisados posição comprada em moeda estrangeira no que tange somente a Carteira de Câmbio; e posição vendida ao se levar em conta também os empréstimos e os títulos do exterior. Essas duas posições se deram em maior ou menor grau durante o período. De 1998 a 2000, o banco mantém suas posições num nível mais ou menos constante, com exceção de 1999, ano no qual o hiato de câmbio cai, o que indica que esperava uma desvalorização da moeda nacional, o que é muito racional se levarmos em consideração o contexto da época, auge da crise cambial.

Em 2001 e 2002, a posição comprada do hiato de câmbio foi levemente atenuada e a posição vendida do hiato de recursos foi acentuada, o que indica que, provavelmente o banco apostasse fortemente neste período numa valorização do Real, que não aconteceu. Nestes dois anos, o banco se expõe (e posteriormente realmente incorre) de maneira mais intensa ao risco de que o Real se desvalorize. Talvez seja esta a causa dos lucros um pouco menores nestes anos. Em 2003, o banco inverte este movimento, diminuindo sua posição vendida e aumentando sua posição comprada na carteira de câmbio. O banco portanto incorre no risco de que o Real se valorize, apostando assim na desvalorização, que efetivamente ocorreu com a retomada do crescimento da economia mundial. No ano de 2004, o HSBC muda novamente sua posição e passa a esperar uma valorização, acentuando assim sua posição vendida.

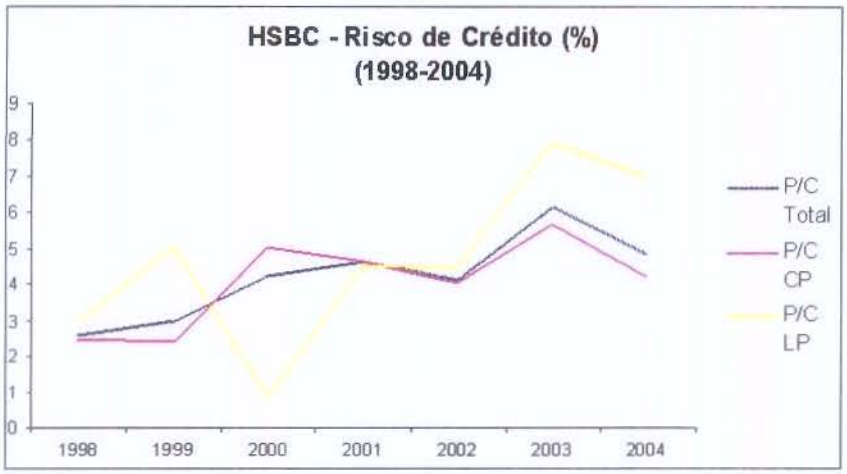
O banco começa a fazer uso dos derivativos em 2002, e sempre teve posição comprada nestes mecanismos, especialmente no ano da crise. Isso revela que, em 2002 e 2004, o banco usa os derivativos como mecanismo de proteção, atenuando sua posição vendida em moeda estrangeira; já em 2003, a posição vendida é reforçada por estes instrumentos, indicando que o banco apostava realmente na desvalorização.



Como podemos ver pelo gráfico abaixo, o volume de créditos concedidos como proporção do ativo aumenta significativamente a partir de 2000. Segundo o Relatório da Administração do banco, este incremento na concessão de créditos foi possível graças à adoção de uma nova abordagem no relacionamento com os clientes, além do lançamento de novos produtos e serviços oferecidos pelo banco. Assim, a priori, o banco se expõe mais ao risco de crédito, voltando a aumentar esta exposição em 2003, ano de exacerbado otimismo, que provavelmente levou o banco a privilegiar a maior rentabilidade do crédito em detrimento de lucros menores com mais segurança.

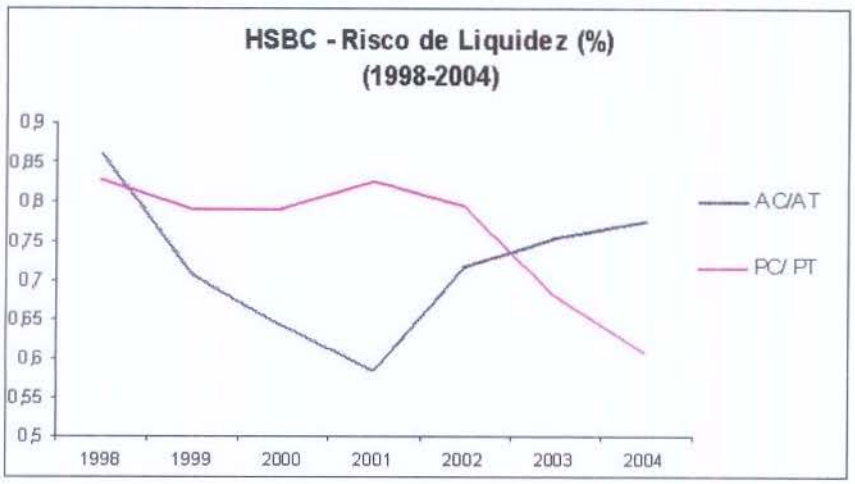


Em relação à qualidade dos créditos concedidos, podemos ver que aparentemente decaiu, já que a proporção de provisões necessárias aumentou em relação aos créditos concedidos, tanto no total deles como no de curto e no de longo prazo. Essa piora na qualidade da carteira foi pior em 2000 (com exceção do crédito de longo prazo) e em 2003-2004, provavelmente porque estes são anos de grande otimismo nos quais o banco, pela menor percepção de risco, se dispõe a conceder um número maior de empréstimos e de mais alto risco, esperando assim aumentar sua rentabilidade, mesmo que sua situação se torne mais arriscada.



A Adequação do Capital do HSBC, entretanto, piora muito, atingindo níveis extremamente baixos em 2001, ano no qual o Patrimônio Líquido corresponde somente a 9% do total de empréstimos, enquanto em 1998, correspondia a 20%. Como todas as perdas impactam diretamente no patrimônio, o banco pode vivenciar com estes níveis de alavancagem uma situação perigosa de falência, já que no caso de perdas muito grandes, não terá patrimônio suficiente para liquidá-las.

Assim como os indicadores do Risco de Juros, os números referentes a liquidez também mostram uma leve inversão de tendência a partir de 2001. Até este ano, o banco diminuía o Ativo Circulante em relação ao Ativo Total, enquanto mantinha o Passivo Circulante como parte mais ou menos constante no Passivo. Isso indica, a primeira vista, que o banco se expunha mais ao risco de liquidez, podendo assim ter que liquidar parte de seu patrimônio rapidamente no caso de problemas. A partir de 2001, entretanto, o banco diminui sua exposição a este risco, já que aumenta o Ativo Circulante e diminui as dívidas de curto prazo, melhorando assim sua situação de liquidez imediata.


HSBC - Risco de Liquidez (%)
(1998-2004)
0,9
0,85
0,8
0,75
0,7
0,65
0,6
0,55
0,5
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
AC/AT
PC/ PT

Conclusão

A análise do Balanço Patrimonial e da Gestão de Riscos dos seis bancos analisados nos revelam que estas instituições obedecem à estratégias distintas quanto à gestão de seu portfólio de aplicações e quanto aos riscos envolvidos na atividade bancária. O Bradesco e o Itaú, por exemplo, se orientam por uma ótica totalmente minskyniana, se expondo muito aos riscos em busca de rentabilidade nos períodos de euforia, e procurando um nível maior de liquidez quando o contexto se torna menos favorável. Vale lembrar que os dois são líderes no segmento varejista, e apresentam também estratégias muito semelhantes no que diz respeito à expansão de seus serviços e de sua base de clientes.

Quanto ao Banespa e ao Unibanco, podemos dizer que ambos apresentam uma gestão um pouco menos conservadora de exposição ao risco, "preferindo" se expor mais a certos tipos de riscos do que outros. Pela análise, podemos perceber que ambos são mais agressivos no que diz respeito ao risco de câmbio (já que utilizam os derivativos para reforçar a posição assumida mesmo nos anos de maior instabilidade), e bem mais conservadores no que diz respeito a concessão de créditos e a sua administração na carteira (diminuindo a participação da carteira de crédito no total do Ativo ao longo do período analisado).

O ABN e o HSBC, por sua vez, adotam estratégias de administração do portfólio bem mais agressivas no que diz respeito à gestão dos riscos assumidos. Ambos reforçam a posição assumida através dos derivativos, aumentam a concessão de crédito ao longo do período analisado e trabalham num nível bem mais baixo de adequação do capital do que seus concorrentes.

Assim, observando o perfil traçado no capítulo anterior, torna-se claro que a proposição que se pretendia testar é verdadeira. Apesar de muitas das posições tomadas pelas diversas instituições bancárias serem semelhantes (como por exemplo, no que tange ao aumento da liquidez ao longo do período), outras muitas de suas decisões foram conflitantes (como no que diz respeito a exposição ao risco de câmbio e crédito), embora todos reajam e se defrontam com o mesmo contexto e as mesmas condições macro econômicas. Foi possível observar, portanto, que há espaço para se tomar decisões diferentes daquela que, a primeira vista, pareceria mais coerente dada a situação que se apresenta. Essa desigualdade no padrão decisório está totalmente ligada ao fato da escala de preferência pela liquidez e do nível considerado adequado de exposição ao risco serem individuais para cada agente, o que leva os bancos a arbitrar de maneira distinta no trade off liquidez e rentabilidade, e na gestão de seu portfólio de ativos, diferenciando os produtos e os serviços oferecidos aos clientes .

O mercado bancário brasileiro apresenta, portanto características que o configuram como oligopólio diferenciado. As instituições bancárias competem entre si através da diferenciação dos produtos oferecidos, distinguindo-se de acordo com a qualidade e variedade dos serviços que prestam, sem competir muito em preços[12]. Deste modo, a estrutura básica do setor de bancos no Brasil caracteriza-se pela existência de alguns poucos grandes bancos, que conseguem manter as barreiras à entrada no mercado pela melhora e diferenciação nos serviços, além da escala de atendimento e da confiabilidade da marca. A competição ocorre, principalmente, via localização e disponibilidade de agências e postos de serviços, qualidade dos serviços oferecidos e segurança. As pessoas físicas escolhem seus bancos arbitrando entre estes fatores, permanecendo fiéis à instituição que escolhem na maioria dos casos, fazendo com que a maior parte da conquista de novas carteiras se dê através das fusões e aquisições de outras firmas bancárias. Assim, os maiores bancos ampliam suas economias de escala com o aumento da carteira de clientes e o corte de estruturas desnecessárias em termos de agências e pessoal.

Concluindo, a análise dinâmica do Balanço Patrimonial, feita através dos indicadores de desempenho e de exposição ao risco, se revelou de enorme utilidade para compreender a atuação dos bancos, já que nos permitiu traçar hipóteses quanto às expectativas ex ante que os impulsionaram a adotar determinado comportamento frente a um certo contexto. Deste modo, foi possível entender melhor a lógica que norteava as decisões de cada firma bancária analisada, e a forma como estas buscaram imunizar os riscos que corriam frente à mudanças não previstas na conjuntura. O trabalho termina, portanto, com o objetivo principal alcançado, já que a análise realizada permitiu traçar o perfil de atuação dos bancos, e assim possibilitou testar a hipótese inicial proposta pela monografia.

[12] Entretanto, essa modalidade de competição vem aumentando sua relevância no período mais recente.

Bibliografia

Banco Central do Brasil (2004) *"Comunicado BC 12.746"*. Disponível no site da Febraban www.febraban.org.br .

Carneiro, Fabio Lacerda et alli (2004) *"O Novo Acordo de Basiléia: um Estudo de Caso para o Contexto Brasileiro"* . Disponível no site do Banco Central do Brasil www.bcb.gov.br .

Carvalho, Carlos Eduardo et alli (2002) *"Desnacionalização do Setor Bancário e Financiamento da Empresas: a experiência brasileira recente"* IPEA, Texto para Discussão n° 882.

Carvalho, Fernando J. Cardim de (2003) *"Sistema Financeiro, crescimento e inclusão"*. Texto apresentado no seminário Financiamento do Desenvolvimento, promovido por IE/UFRJ, CEPAL e DDAS/UFRRJ, em 15/09/2003.

Chick, Victoria (1994) *"A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros"*. Ensaios FEE. Porto Alegre, vol. 15 n° 1.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) *Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados dos Bancos*. Site: www.cvm.gov.br.

Fortuna, Eduardo (2001) *"Mercado Financeiro: Produtos e Serviços"*. 14ª Ed., Qualitymark, Rio de Janeiro.

Ono, Fábio Hidecki (2002) *"O Acordo de Basiléia, a Adequação de Capital e a Implementação no Sistema Bancário Brasileiro"*. Monografia UNICAMP/IE.

Paula, Luiz Fernando Rodriguez et alli (1999) *"Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real: uma análise a partir de um referencial teórico pós-keynesiano"*. Ed. Mimeo.

Paula, Luiz Fernando Rodriguez e **Alves Jr., Antônio José** (2001) *"Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiniano"*. Revista Análise Econômica, ano 21, n° 39.

Saunders, Anthony (2000) *"Administração de Instituições Financeiras"* São Paulo, Ed.Atlas.

ANEXOS

ANEXO I: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Banco Bradesco S/A.

I.I Balanço Patrimonial

scrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	Descrição da Conta	31/12/01	31/12/00	31/12/99	Descrição da Conta	31/12/
vo Total	149.950.667	140.888.310	104.225.333	Ativo Total	83.393.370	64.377.649	56.219.242	Ativo Total	49.376.0
vo Circulante	100.625.228	99.765.662	73.985.725	Ativo Circulante	57.923.525	40.930.463	37.564.273	Ativo Circulante	34.104.5
sponibilidades	2.582.410	2.191.480	1.780.121	Disponibilidades	2.450.945	1.109.647	742.766	Disponibilidades	650.2
licações Interfinanceiras De Liquidez	28.952.636	37.345.577	27.597.746	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	9.162.216	4.008.032	2.732.055	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	2.897.1
licações No Mercado Aberto	16.526.159	27.894.620	17.885.554	Aplicações No Mercado Aberto	3.915.755	687.117	1.106.798	Aplicações No Mercado Aberto	1.772.4
licações Em Depósitos Interfinanceiros	12.426.480	9.450.957	9.717.242	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	4.246.986	3.320.915	1.625.257	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	1.124.6
ovisões Para Perdas	-1.983	0	-5.050	Provisao Para Perdas	-525	0	0		
ulos E Valores Mobiliários	10.721.599	9.971.314	2.073.433	Títulos E Valores Mobiliários	11.716.809	4.627.264	9.507.912	Títulos E Valores Mobiliários	9.659.2
rteira Própria	1.632.668	3.800.342	1.047.631	Carteira Própria	3.967.036	850.674	5.140.400	Carteira Própria	4.108.5
nculados A Compromissos De Recompra	3.409.541	1.823.897	265.642	Vinculados A Compromissos De Recompra	6.775.623	3.240.156	3.382.990	Vinculados A Compromissos De Recompra	4.750.8
no. A Neg. E Intermediação De Valores	0	0	0	Vinculados A Prestação De Garantias	104.667	392.885	92.509		
nculados Ao Banco Central	4.279.088	2.545.405	207.071	Vinculados Ao Banco Central	566.470	380.439	946.281	Vinculados Ao Banco Central	844.2
edas De Privatização	13.880	23.946	0	Vino. A Neg. E Intermediação De Valores	526.219	0	0	Provisões Para Desvalorizações	-44.3
nculados À Prestação De Garantias	935.681	1.416.235	508.581	Provisoes Para Desvalorizacoes	-223.206	-236.890	-54.268	Relações Interfinanceiras	5.550.9
trumentos Financeiros Derivativos	449.901	361.489	44.508	Relações Interfinanceiras	4.629.657	4.499.056	5.571.623	Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	644.5
s.objeto.de Op.comprom.ofivre Mov.	840	0	0	Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	4.163	2.946	4.190	Depósitos No Banco Central	4.885.8
ovisões Para Desvalorizações	0	0	0	Depósitos No Banco Central	4.607.682	4.436.450	5.550.222	Tesouro Nacional-recursos Do Créd. Rural	7.
lações Interfinanceiras	15.728.621	12.743.720	11.248.196	Tesouro Nacional-recursos Do Créd. Rural	712	134	134	Sfh - Sistema Financeiro Da Habitação	19.7
gamentos E Recebimentos A Liquidar	22.145	12.182	11.997	Sfh - Sistema Financeiro Da Habitação	17.097	59.526	17.077	Correspondentes	
pósitos No Banco Central	15.682.386	12.716.803	11.221.714	Correspondentes	3	0	0	Relações Interdependências	35.4
souro Nacional-recursos Do Créd. Rural	578	578	578	Relações Interdependências	168.994	104.111	45.525	Transferências Internas De Recursos	35.4
- Sistema Financeiro Da Habitação	18.419	13.319	13.815	Transferências Internas De Recursos	168.994	104.111	45.525	Operações De Crédito	10.755.1
rrespondentes	5.093	838	92	Operações De Crédito	20.525.871	16.897.000	12.434.091	Setor Público	2.1
lações Interdependências	145.123	495.279	177.039	Setor Público	25.357	107.431	2.676	Setor Privado	11.095.6
nsferências Internas De Recursos	145.123	495.279	177.039	Setor Privado	22.071.460	17.995.854	12.966.299	Prov.p/créditos De Liquidação Duvidosa	-342.6
erações De Crédito	30.270.420	21.608.969	18.663.274	Prov.p/créditos De Liquidação Duvidosa	-1.570.976	-1.206.285	-534.884	Operações De Arrendamento Mercantil	
tor Público	335.765	5.802	7.940	Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	Operações De Arrendamento A Receber:	
tor Privado	32.465.921	23.786.049	20.536.268	Operações De Arrendamento A Receber:	0	0	0	Setor Público	
ov.p/ Operações Créd. De Liq. Duvidosa	-2.531.266	-2.182.882	-1.880.934	Setor Público	0	0	0	Setor Privado	5.5
erações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	Setor Privado	0	0	0	Rendas A Apropriar De Arrend. Mercantil	-5.5
tros Créditos	11.973.613	15.294.760	12.246.268	Rendas A Apropriar De Arrend. Mercantil	0	0	0	Outros Créditos	4.263.0
éditos Por Avais E Fianças Honrados	811	589	1.529	Outros Créditos	10.091.312	9.519.034	6.348.857	Créditos Por Avais E Fianças Honrados	6
rteira De Câmbio	7.336.806	10.916.404	8.982.641	Créditos Por Avais E Fianças Honrados	1.097	1.544	0	Carteira De Câmbio	2.005.4
ndas A Receber	1.150.502	895.025	491.112	Carteira De Câmbio	5.166.633	5.450.492	2.526.595	Rendas A Receber	1.132.1
gociação E Intermediação De Valores	296.715	350.463	92.053	Rendas A Receber	753.101	753.025	455.644	Negociação E Intermediação De Valores	22.0
éditos Específicos	0	0	0	Negociação E Intermediação De Valores	818.085	155.003	72.703	Créditos Específicos	20.7
versos	3.326.327	3.224.517	2.759.730	Créditos Específicos	139.985	0	64.613	Diversos	1.094.9
ov. P/outros Cred. De Liq. Duvidosa	-137.548	-92.238	-80.797	Diversos	3.233.510	3.206.748	3.238.456	Prov. P/outros Cred De Liq. Duvidosa	-12.8
tros Valores E Bens	250.806	114.563	199.648	Prov. P/outros Cred De Liq. Duvidosa	-21.099	-47.778	-9.354	Outros Valores E Bens	293.2
tros Valores E Bens	211.243	188.251	290.812	Outros Valores E Bens	177.731	166.309	181.644	Outros Valores E Bens	358.1
ovisões Para Desvalorizações	-120.296	-103.711	-152.838	Outros Valores E Bens	260.869	230.448	248.004	Provisões Para Desvalorizações	-158.8
spesas Antecipadas	159.859	30.023	61.674	Provisões Para Desvalorizações	-116.914	-114.985	-114.821	Despesas Antecipadas	93.9
vo Realizável A Longo Prazo	31.787.143	21.204.714	15.400.314	Despesas Antecipadas	33.776	50.826	48.461	Ativo Realizável A Longo Prazo	8.382.4
licações Interfinanceiras De Liquidez	3.842.474	603.457	302.546	Ativo Realizável A Longo Prazo	13.011.038	14.487.455	9.917.001	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	7.

licações Em Depósitos Interfinanceiros	3.643.456	603.457	306.103	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	126.729	14.374	0	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros
ovisões Para Perdas	-982	0	-3.557	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	129.142	14.374	0	Títulos E Valores Mobiliários
ulos E Valores Mobiliários	9.553.114	7.500.329	4.874.111	Provisoes Para Perdas	-2.413	0	0	Carteira Própria
rteira Própria	5.546.888	1.933.266	534.002	Títulos E Valores Mobiliários	3.446.611	6.028.466	2.838.774	Vinculados A Compromissos De Recompra
nculados A Compromissos De Recompra	3.290.366	5.307.714	1.114.730	Carteira Própria	1.474.195	3.236.471	2.085.428	Vinculados Ao Banco Central
nculados Ao Banco Central	233.475	91.837	2.470.045	Vinculados A Compromissos De Recompra	594.474	2.786.777	140.414	Provisões Para Desvalorizações
edas De Privatização	10.267	0	19.674	Vinculados Ao Banco Central	1.082.149	24.200	677.670	Relações Interfinanceiras
nculados À Prestação De Garantias	356.927	0	612.897	Vinculados A Prestação De Garantias	332.805	0	0	Sfh - Sistema Financeiro Da Habitação
trumentos Financeiros Derivativos	115.191	167.492	122.763	Provisoes Para Desvalorizaçoes	-37.012	-18.992	-64.738	Relações Interdependências
ovisões Para Desvalorizações	0	0	0	Relações Interfinanceiras	143.413	111.905	121.797	Operações De Crédito
lações Interfinanceiras	161.618	142.534	141.892	Sfh - Sistema Financeiro Da Habitação	143.413	111.905	121.797	Setor Público
ı - Sistema Financeiro Da Habitação	161.618	142.534	141.892	Relações Interdependências	0	0	0	Setor Privado
lações Interdependências	0	0	0	Operações De Crédito	7.894.667	6.873.089	5.583.896	Operações De Crédito De Liquid.duvidosa:
erações De Crédito	13.565.376	9.812.720	7.730.930	Setor Público	51.124	64.921	41.606	Setor Público
tor Público	201.210	51.263	70.070	Setor Privado	8.498.683	7.351.653	5.986.362	Setor Privado
tor Privado	14.469.756	10.525.483	8.334.005	Operações De Crédito De Liquid.duvidosa:	0	0	0	Prov.p/créditos De Liquidação Duvidosa
ov.p/ Operações Créd. De Liq.duvidosa	-1.095.590	-864.026	-673.145	Setor Público	0	0	0	Operações De Arrendamento Mercantil
erações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	Setor Privado	0	0	0	Operações De Arrendamento A Receber:
tros Créditos	4.647.239	2.886.275	2.085.228	Prov.p/créditos De Liquidação Duvidosa	-655.140	-543.485	-444.072	Setor Privado
éditos Específicos	0	0	0	Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	Rendas A Apropriar De Arrend. Mercantil
ersos	4.662.201	2.893.737	2.087.784	Operações De Arrendamento A Receber:	0	0	0	Outros Créditos
ov. P/ Outros Cred. De Liq. Duvidosa	-4.962	-7.462	-2.556	Setor Privado	0	0	0	Rendas A Receber
tros Valores E Bens	217.322	259.399	265.607	Rendas A Apropriar De Arrend. Mercantil	0	0	0	Negociação E Intermediação De Valores
spesas Antecipadas	217.322	259.399	265.607	Outros Créditos	1.389.061	1.431.554	1.345.767	Créditos Específicos
vo Permanente	17.538.316	19.917.934	14.839.294	Rendas A Receber	0	216	56	Diversos
estimentos	15.389.848	18.266.277	13.476.598	Negociação E Intermediação De Valores	117.825	7.616	213	Créditos De Liq. Duvidosa-setor Privado
pendências No Exterior	0	0	0	Créditos Específicos	2.071	115.852	132.378	Prov. P/ Outros Cred De Liq. Duvidosa
rticipações Em Controladas	15.424.526	18.316.072	13.507.277	Diversos	1.271.401	1.308.924	1.297.819	Outros Valores E Bens
o País	14.701.056	17.659.304	13.274.497	Créditos De Liq. Duvidosa-setor Privado	0	0	0	Despesas Antecipadas
o Exterior	723.470	656.768	232.780	Prov. P/ Outros Cred De Liq. Duvidosa	-2.236	-1.054	-84.699	Ativo Permanente
rticipações Em Coligadas	0	0	0	Outros Valores E Bens	10.557	28.077	26.767	Investimentos
tros Investimentos	82.802	57.994	54.910	Despesas Antecipadas	10.557	28.077	26.767	Dependências No Exterior
ovisão Para Perdas	-117.480	-107.789	-85.589	Ativo Permanente	12.458.807	8.959.741	8.737.968	Participações Em Controladas
obilizado De Uso	1.348.180	1.222.393	1.063.942	Investimentos	10.879.989	7.704.035	7.743.234	- No País
óveis De Uso	513.669	426.490	507.678	Dependências No Exterior	0	0	0	- No Exterior
tras Imobilizações De Uso	2.770.072	2.546.769	2.187.495	Participações Em Controladas	11.113.718	7.867.649	7.732.290	Participações Em Coligadas
preciações Acumuladas	-1.935.561	-1.750.866	-1.631.231	- No País	10.972.233	7.803.509	7.675.968	Outros Investimentos
obilizado De Arrendamento	0	0	0	- No Exterior	141.485	64.140	56.322	Provisão Para Perdas
erido	800.289	429.264	298.754	Participações Em Coligadas	0	0	0	Imobilizado De Uso
stos De Organização E Expansão	1.968.908	924.572	670.785	Outros Investimentos	54.788	53.742	52.707	Imóveis De Uso
ortização Acumulada	-1.168.620	-495.308	-372.031	Provisão Para Perdas	-288.537	-217.356	-41.763	Outras Imobilizações De Uso
				Imobilizado De Uso	1.314.126	1.014.913	783.402	Depreciações Acumuladas
				Imóveis De Uso	675.017	672.442	356.913	Imobilizado De Arrendamento
				Outras Imobilizações De Uso	2.219.736	1.845.417	1.942.914	Bens Arrendados
				Depreciações Acumuladas	-1.580.627	-1.502.946	-1.536.425	Depreciações Acumuladas
				Imobilizado De Arrendamento	0	5	5	Diferido
				Bens Arrendados	0	5	5	Gastos De Organização E Expansão
				Depreciações Acumuladas	0	0	0	Amortização Acumulada
				Diferido	264.712	240.788	231.327	
				Gastos De Organização E Expansão	561.115	461.888	383.238	
				Amortização Acumulada	-296.403	-221.100	-151.911	

scrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	Descrição da Conta	31/12/01	31/12/00	31/12/99	Descrição da Conta	31/12/
ssivo Total	149.950.687	140.888.310	104.225.333	Passivo Total	83.393.370	64.377.649	56.219.242	Passivo Total	49.375.0
ssivo Circulante	98.227.692	99.557.485	73.380.042	Passivo Circulante	65.379.826	48.106.930	44.421.354	Passivo Circulante	39.654.7
pósitos	55.259.593	43.699.653	37.990.627	Depósitos	34.784.354	29.206.010	28.729.902	Depósitos	25.468.9
pósitos À Vista	15.161.742	11.974.072	11.649.433	Depósitos À Vista	7.499.851	6.830.461	6.021.246	Depósitos À Vista	4.884.3
pósitos De Poupança	24.782.646	21.370.959	19.402.609	Depósitos De Poupança	17.571.194	16.840.067	16.201.398	Depósitos De Poupança	15.446.4
pósitos Interfinanceiros	2.489.211	2.070.056	587.735	Depósitos Interfinanceiros	14.070	443.674	235.073	Depósitos Interfinanceiros	20.0
pósitos A Prazo	12.741.759	8.284.566	6.370.850	Depósitos A Prazo	9.599.239	5.291.808	6.272.085	Depósitos A Prazo	5.318.1
tros Depósitos	84.235	0	0	Captações No Mercado Aberto	13.381.029	5.174.129	4.486.282	Captações No Mercado Aberto	5.672.9
ptações No Mercado Aberto	20.983.678	32.557.847	14.764.377	Carteira Própria	9.697.375	4.527.240	3.398.990	Carteira Própria	4.841.7
rteira Própria	6.291.538	4.807.391	846.690	Carteira De Terceiros	3.683.654	646.889	1.087.292	Carteira De Terceiros	831.2
rteira De Terceiros	14.483.896	18.355.121	12.340.130	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	3.529.343	1.794.379	2.359.053	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	144.8
rteira Livre Movimentação	208.244	9.395.335	1.577.557	Recursos De Letras Hipotecárias	340.865	131.413	156.939	Recursos De Letras Hipotecárias	144.8
oursos De Aceites E Emissão De Títulos	2.366.538	3.932.903	2.184.975	Obrigações Por Tit. E Val. Mob. No Ext.	3.188.478	1.662.966	2.202.114	Relações Interfinanceiras	496.8
oursos De Letras Hipotecárias	663.600	858.180	213.564	Relações Interfinanceiras	191.259	188.901	117.525	Recebimentos E Pagamentos A Liquidar	472.1
rigações Por Tit. E Val. Mob. No Ext.	1.702.938	3.074.723	1.971.411	Recebimentos E Pagamentos A Liquidar	0	0	0	Repasses Interfinanceiros	10.1
lações Interfinanceiras	174.068	543.826	583.008	Repasses Interfinanceiros	5.630	84.973	68.075	Correspondentes	14.5
ecebimentos E Pagamentos A Liquidar	2	0	0	Correspondentes	185.729	103.928	49.450	Relações Interdependências	516.1
passes Interfinanceiros	0	174.296	35.886	Relações Interdependências	700.893	822.887	800.613	Recursos Em Trânsito De Terceiros	516.1
rrespondentes	174.066	369.530	547.322	Recursos Em Trânsito De Terceiros	700.893	822.887	800.613	Obrigações Por Empréstimos	3.138.8
lações Interdependências	1.743.464	1.709.525	1.185.206	Obrigações Por Empréstimos	6.314.965	4.519.118	3.714.207	Emprést. No País-instituições Oficiais	
oursos Em Trânsito De Terceiros	1.743.464	1.709.525	1.185.206	Emprést. No País-instituições Oficiais	0	0	0	Empréstimos No Exterior	3.138.8
rigações Por Empréstimos	6.875.197	6.392.589	6.484.365	Empréstimos No Exterior	6.314.965	4.519.118	3.714.207	Obrigações Por Repasse Do País	948.1
mpréstimos No Exterior	6.875.197	6.392.589	6.484.365	Obrigações Por Repasse Do País	1.193.150	1.523.390	1.365.516	Bndes	254.3
rigações Por Repasse Do País	2.562.400	1.584.239	1.870.158	Bndes	652.299	924.304	691.335	Cef	8
souro Nacional	72.165	51.398	0	Cef	1.834	334	557	Finame	679.0
des	987.294	781.621	1.279.875	Finame	530.493	588.202	653.501	Outras Instituições	13.8
f	32.428	1.443	1.639	Outras Instituições	8.524	10.550	20.123	Obrigações Por Repasse Do Exterior	671.3
ame	1.469.554	748.890	587.083	Obrigações Por Repasse Do Exterior	295.872	58.810	118.940	Outras Obrigações	2.595.6
tras Instituições	961	887	1.561	Outras Obrigações	4.988.961	4.819.306	2.729.416	Cobrança E Arrec. De Trib.e Assemelhados	115.0
rigações Por Repasse Do Exterior	8.189	14.053	38.821	Cobrança E Arrec. De Trib.e Assemelhados	131.960	83.333	70.277	Carteira De Câmbio	744.2
tras Obrigações	8.254.565	9.122.860	8.278.505	Carteira De Câmbio	1.344.697	1.945.428	520.999	Sociais E Estatutárias	356.1
brança E Arrec. De Trib.e semelhados	152.999	85.526	58.462	Sociais E Estatutárias	557.571	546.835	583.619	Fiscais E Previdênciárias	242.4
rteira De Câmbio	3.011.421	5.107.731	4.849.386	Fiscais E Previdênciárias	177.131	176.362	141.898	Negociação E Intermediação De Valores	103.2
ciais E Estatutárias	879.550	832.311	631.178	Negociação E Intermediação De Valores	1.107.974	189.052	95.737	Diversas	1.035.3
cais E Previdênciárias	293.209	502.799	525.920	Dívidas Subordinadas	1.387	0	0	Passivo Exigível A Longo Prazo	3.396.9
gociação E Intermediação De Valores	272.810	353.885	44.521	Diversas	1.668.241	1.878.296	1.316.896	Depósitos	864.0
ridas Subordinadas	44.543	33.527	12.081	Passivo Exigível A Longo Prazo	8.239.504	8.174.486	5.023.897	Depósitos Interfinanceiros	7
trumentos Financeiros Derivativos	167.494	20.335	64.551	Depósitos	2.748.426	1.859.448	1.391.664	Depósitos A Prazo	863.3
ersas	3.432.539	2.186.746	2.092.416	Depósitos Interfinanceiros	570.736	1.077	0	Captações No Mercado Aberto	
ssivo Exigível A Longo Prazo	36.503.508	27.776.315	19.992.837	Depósitos A Prazo	2.177.690	1.858.371	1.391.664	Carteira Própria	
pósitos	18.013.943	13.090.389	10.956.676	Captações No Mercado Aberto	68.436	1.464.575	113.002	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	
pósitos Interfinanceiros	2.488.195	2.142.315	1.535.152	Carteira Própria	68.436	1.464.575	113.002	Recursos De Letras Hipotecárias	
pósitos A Prazo	15.525.748	10.948.074	9.420.524	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	352.893	1.212.947	705.538	Relações Interfinanceiras	
ptações No Mercado Aberto	2.008.978	1.893.406	1.376	Recursos De Letras Hipotecárias	78.158	96.819	5.248	Relações Interdependências	
rteira Própria	2.008.978	1.893.406	1.376	Obrigações Por Tit. E Val. Mob. No Ext.	274.735	1.116.128	700.290	Obrigações Por Empréstimos	160.3
oursos De Aceites E Emissão De Títulos	3.231.488	2.527.162	460.364	Relações Interfinanceiras	0	0	0	Empréstimos No Exterior	160.3
oursos De Letras Hipotecárias	10.832	57.420	743	Relações Interdependências	0	0	0	Obrigações Por Repasse Do País	1.748.0
rigações Por Tit. E Val. Mob. No Ext.	3.220.656	2.469.742	459.621	Obrigações Por Empréstimos	452.439	359.662	157.044	Bndes	619.7

lações Interfinanceiras	0	0	0	Empréstimos No Exterior	452.439	359.662	157.044	Cef	2.4
lações Interdependências	0	0	0	Obrigações Por Repasse Do País	3.175.894	2.287.189	1.766.848	Finame	1.125.8
rigações Por Empréstimos	666.149	771.923	1.402.597	Bndes	2.231.623	1.410.182	803.369	Outras Instituições	
ıpréstimos No Exterior	666.149	771.923	1.402.597	Cef	0	1.807	2.070	Obrigações Por Repasse Do Exterior	89.6
rigações Por Repasse Do País	5.588.602	3.985.604	3.174.091	Finame	944.271	875.200	961.409	Outras Obrigações	534.8
souro Nacional	0	0	62.187	Outras Instituições	0	0	0	Fiscais E Previdenciárias	480.5
des	2.664.713	2.445.941	1.936.296	Obrigações Por Repasse Do Exterior	19.765	46.345	53.562	Negociação E Intermediação De Valores	2
f	351.316	0	0	Outras Obrigações	1.421.651	944.320	836.239	Diversas	54.0
ıame	2.549.890	1.539.663	1.175.608	Fiscais E Previdenciárias	932.011	829.149	689.082	Resultados De Exercícios Futuros	2.4
tras Instituições	2.683	0	0	Negociação E Intermediação De Valores	3.807	13.969	6.851	Patimônio Líquido	6.320.9
rigações Por Repasse Do Exterior	0	2.755	8.189	Dívidas Subordinadas	342.067	0	0	Capital Social Realizado	3.464.3
tras Obrigações	6.972.348	5.705.076	3.990.544	Diversas	143.766	101.202	140.306	- De Domiciliados No País	3.659.8
cais E Previdenciárias	1.055.434	850.006	1.016.304	Resultados De Exercícios Futuros	6.094	4.031	4.772	- De Domiciliados No Exterior	50.6
ridas Subordinadas	5.303.358	4.333.875	2.679.705	Patimônio Líquido	9.767.946	8.092.202	6.769.219	Capital A Realizar	-246.0
trumentos Financeiros Derivativos	8.873	20.474	129.388	Capital Social Realizado	5.200.000	4.746.000	3.800.000	Reservas De Capital	11.7
ersas	604.683	500.721	185.147	- De Domiciliados No País	4.940.004	5.072.071	4.206.844	Incentivos Fiscais Do Imposto De Renda	3.7
sultados De Exercícios Futuros	4.841	7.620	6.725	- De Domiciliados No Exterior	259.996	74.429	58.856	Outras	8.0
trimônio Líquido	15.214.646	13.546.880	10.845.729	Capital A Realizar	0	-400.500	-466.500	Reservas De Reavaliação	
pital Social Realizado	7.000.000	7.000.000	5.200.000	Reservas De Capital	7.495	19.002	5.843	Ativos Próprios	
e Domiciliados No País	6.959.015	6.343.955	4.960.425	Incentivos Fiscais Do Imposto De Renda	0	0	0	Controladas/coligadas	
e Domiciliados No Exterior	740.985	656.045	239.575	Outras	7.495	19.002	5.843	Reservas De Lucro	2.844.9
pital A Realizar	-700.000	0	0	Reservas De Reavaliação	0	0	0	Legal	441.8
servas De Capital	10.853	8.865	7.435	Ativos Próprios	0	0	0	Estatutária	2.403.1
entivos Fiscais Do Imposto De Renda	2.103	844	0	Controladas/coligadas	0	0	0	Para Contingências	
tras	8.750	7.821	7.435	Reservas De Lucro	4.560.511	3.327.200	2.963.576	De Lucros A Realizar	
servas De Reavaliação	0	0	0	Legal	692.577	584.071	497.062	Retenção De Lucros	
vos Próprios	0	0	0	Estatutária	3.921.533	2.818.949	2.466.514	Especial Para Dividendos Não Distribuído	
ntroladas/coligadas	0	0	0	Para Contingências	0	0	0	Outras Reservas De Lucro	
servas De Lucro	8.203.793	6.538.215	5.638.294	De Lucros A Realizar	0	0	0	Lucros/prejuízos Acumulados	
gal	1.067.637	914.629	799.312	Retenção De Lucros	0	0	0		
tatutária	6.676.076	5.152.011	4.916.005	Especial P/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0		
ra Contingências	0	0	0	Outras Reservas De Lucro	-53.599	-75.820	0		
Lucros A Realizar	0	0	0	Ações Em Tesouraria	-53.599	-75.820	0		
tenção De Lucros	0	0	0	Lucros/prejuízos Acumulados	0	0	0		
ecial P/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0						
tras Reservas De Lucro	458.080	471.575	-77.023						
uste Ao Vr. De Mercado - Próprias	-48.013	-43.019	100.871						
uste Ao Vr De Mercado- colig. E Control	506.093	521.936	-91.719						
ões Em Tesouraria	0	-7.342	-86.175						
cros/prejuízos Acumulados	0	0	0						

I.II Demonstração de Resultados

	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Receitas Da Intermediação Financeira	19.684.272	18.337.397	19.820.734	13.479.070	9.022.968	11.188.695	8.268.058
Operações De Crédito	10.487.637	8.826.955	10.369.311	8.202.266	5.734.892	7.148.200	5.425.840
Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	0	0	22.400	8.025
Resultado De Oper. C/tits.e Valores Mob.	6.107.239	7.416.257	6.739.378	3.236.407	2.336.025	2.286.412	1.927.923
Resultado Com Instr. Financ. Derivativos	1.272.030	46.016	-1.625.585	1.815.488	742.478	1.449.471	506.329
Resultado De Operações De Câmbio	686.495	811.747	3.856.721	224.909	209.573	283.212	399.941

Resultado Das Aplicações Compulsórias	1.130.871	1.236.422	480.909	-10.163.303	-6.787.477	-9.455.163	-5.905.242
Despesas Da Intermediação Financeira	-12.995.817	-13.977.123	-16.168.975	-5.320.756	-3.923.413	-3.830.139	-3.478.196
Operações De Captações No Mercado	-9.839.145	-10.673.277	-7.764.430	-3.059.363	-1.520.572	-4.026.298	-1.067.464
Operações De Empréstimos E Repasses	-1.349.198	-1.041.228	-6.115.713	0	0	-18.852	-2.629
Prov. P/créditos De Liquidação Duvidosa	-1.797.474	-2.262.618	-2.288.832	-1.783.184	-1.348.492	-1.579.874	-1.356.953
Resultado Bruto Intermediação Financeira	6.698.455	4.360.274	3.651.759	3.315.767	2.235.491	1.733.532	2.362.816
Outras Despesas/receitas Operacionais	-3.672.532	-2.703.518	-1.928.798	-1.856.426	-1.299.074	-1.845.508	-1.516.526
Receitas De Prestação De Serviços	4.170.936	3.177.995	2.699.318	2.690.439	2.480.105	1.887.594	1.549.815
Despesas De Pessoal	-4.203.207	-3.622.225	-2.899.718	-2.458.592	-2.291.602	-2.018.541	-1.969.360
Outras Despesas Administrativas	-3.929.830	-3.343.773	-2.716.879	-2.458.982	-2.291.874	-2.057.751	-1.839.386
Despesas Tributárias	-844.994	-552.905	-441.282	-428.884	-363.109	-342.296	-168.158
Outras Receitas Operacionais	480.370	754.218	423.408	581.728	711.427	526.993	173.862
Outras Despesas Operacionais	-1.445.897	-1.101.236	-1.101.108	581.728	310.814	526.993	-394.138
Resultado Da Equivalência Patrimonial	2.090.090	1.984.408	2.107.463	0	400.813	0	1.130.839
Resultado Operacional	3.025.923	1.656.756	1.722.961	-1.643.191	-1.245.400	-1.329.598	846.290
Resultado Não Operacional	-58.580	174.187	34.870	1.861.056	1.701.379	1.688.091	-237.594
Receitas	108.085	374.355	289.715	1.459.341	936.417	88.024	31.969
Despesas	-166.665	-200.168	-254.845	-134.714	-110.418	-185.291	-269.563
Resultado Antes Tributação/participações	2.967.343	1.830.943	1.757.831	121.504	116.231	116.776	608.696
Provisão Para Ir E Contribuição Social	92.808	475.396	264.757	-256.218	-226.649	-302.067	466.348
Ir Diferido	0	0	0	1.324.627	825.999	-97.267	0
Participações/contribuições Estatutárias	0	0	0	161.653	283.553	416.456	-62.624
Participações	0	0	0	0	0	0	-62.624
Contribuições	0	0	0	-119.456	-78.666	-70.350	-62.624
Reversão Dos Juros Sobre Capital Próprio	0	0	0	-119.456	-78.666	-70.350	0
Lucro/prejuízo Do Exercício	3.060.151	2.306.339	2.022.588	2.170.130	1.740.165	1.104.806	1.012.420

ANEXO II: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Itaú Holding Financeira S/A.

II.I Balanço Patrimonial

Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	Descrição da Conta	31/12/02	31/12/01	31/12/00 Descrição da Conta	31/12/99	31/12/98
Ativo Total	118.498.858,00	105.175.658,00	Ativo Total	80.241.630	70.003.085	57.754.524 Ativo Total	44.746.277	38.926.166
Ativo Circulante	92.405.729,00	78.478.084,00	Ativo Circulante	46.999.051	40.971.038	32.350.422 Ativo Circulante	29.029.795	22.198.962
Disponibilidades	1.816.204,00	1.972.051,00	Disponibilidades	1.475.638	1.519.104	1.291.964 Disponibilidades	1.323.979	1.130.423
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	24.590.736,00	21.580.265,00	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	11.705.052	8.991.211	8.045.341 Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	6.624.158	4.807.060
Aplicações No Mercado Aberto	10.943.970,00	10.533.818,00	Aplicações No Mercado Aberto	6.088.767	6.167.455	5.791.112 Aplicações No Mercado Aberto	3.784.092	3.846.561
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	13.464.684,00	11.046.447,00	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	5.616.762	2.824.224	2.254.260 Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	2.840.066	988.983
(provisões Para Perdas)			(provisões Para Perdas)	-2.477	-468	-31 (provisões Para Perdas)	0	-7.484
Títulos E Valores Mobiliários	16.769.163,00	14.541.376,00	Títulos E Valores Mobiliários	5.294.939	6.714.531	7.266.872 Títulos E Valores Mobiliários	6.446.950	3.983.075
Carteira Própria	5.256.600,00	6.278.701,00	Carteira Própria	2.553.972	2.558.991	4.932.079 Carteira Própria	5.938.848	3.820.828
Vinculados A Compromisso De Recompra	405.305,00	903.082,00	Vinculados A Compromisso De Recompra	1.276.764	3.473.527	2.338.463 Vinculados A Compromisso De Recompra	187.158	50.040
Vinculados A Negoc. E Interm. Valores	9.511.266,00	5.581.193,00	Vinculados A Negoc. E Interm. Valores	0	62.491	79.788 Vinculados A Negoc. E Interm. Valores	19.971	133.385
Vinculados Ao Banco Central	0,00	176.864,00	Vinculados Ao Banco Central	14.474	0	0 Vinculados A Captações Externas	318.591	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.058.323,00	696.584,00	Instrumentos Financeiros Derivativos	517.022	0	0 Vinculados Ao Banco Central	34.292	133.375
Vinculados A Prestação De Garantias	537.679,00	904.952,00	Vinculados A Prestação De Garantias	832.707	1.058.278	674.669 Moedas De Privatização	11.652	0
(provisões Para Desvalorizações)			(provisões Para Desvalorizações)	0	-438.756	-758.127 Vinculados A Prestação De Garantias	667.833	0
Relações Interfinanceiras	10.483.003,00	8.012.494,00	Relações Interfinanceiras	8.937.476	3.936.996	3.178.505 (provisões Para Desvalorizações)	-752.195	-154.553
Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	18.272,00	17.857,00	Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	11.496	68.853	8.759 Relações Interfinanceiras	3.995.164	3.659.719
Créditos Vinculados/Depósitos BC	10.462.202,00	7.981.574,00	Créditos Vinculados	8.925.864	3.867.835	3.169.387 Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	8.081	821.073
Repasses Interfinanceiros/SFH	8.029,00	10.035,00	Repasses Interfinanceiros	0	0	353 Créditos Vinculados	3.929.325	2.821.750
Correspondentes	4.500,00	3.028,00	Correspondentes	116	308	6 Repasses Interfinanceiros	57.203	16.780
Relações Interdependências	16.095,00	12.391,00	Relações Interdependências	9.317	1.578	9.073 Correspondentes	555	116
Operações De Crédito	22.564.491,00	19.625.629,00	Operações De Crédito	11.606.168	11.514.484	8.154.669 Relações Interdependências	11.018	3.353
Operações De Crédito	24.074.573,00	21.072.639,00	Operações De Crédito	12.876.963	12.616.646	8.154.669 Operações De Crédito	6.574.727	3.467.059
(prov. P/ Outs. Créd. Liq. Duvidosa)	(1.510.082,00)	(1.447.010,00)	(prov. P/ Outs. Créd. Liq. Duvidosa)	-1.270.795	-1.102.162	0 Operações De Crédito	6.574.727	3.467.059
Operações De Arrendamento Mercantil	0,00	0,00	Operações De Arrendamento Mercantil	79.372	55.702	0 Operações De Arrendamento Mercantil	202	1.523
Outros Créditos	15.486.285,00	12.133.988,00	Outros Créditos	7.593.809	7.998.823	4.190.182 Outros Créditos	3.903.463	4.917.699
Carteira De Câmbio	9.152.556,00	6.719.866,00	Carteira De Câmbio	5.108.981	5.857.212	2.176.455 Carteira De Câmbio	1.769.600	2.823.086
Rendas A Receber	568.089,00	656.314,00	Rendas A Receber	301.925	125.666	99.507 Rendas A Receber	438.403	788.426
Negociação E Intermediação De Valores	259.534,00	84.910,00	Negociação E Intermediação De Valores	19.989	458.696	384.653 Negociação E Intermediação De Valores	432.714	168.638
Créditos Específicos/Prêmio de seg a receber	646.989,00	569.926,00	Créditos Específicos	0	1.380	0 Créditos Específicos	1.089	0
Diversos	4.859.117,00	4.102.972,00	Diversos	2.207.764	1.563.171	1.537.808 Diversos	1.269.004	1.137.549
(prov. P/ Outs. Créd. Liq. Duvidosa)			(prov. P/ Outs. Créd. Liq. Duvidosa)	-44.950	-7.302	-8.241 (prov. P/ Outs. Créd. Liq. Duvidosa)	-7.327	0
Outros Valores E Bens	669.756,00	599.790,00	Outros Valores E Bens	297.280	238.609	213.826 Outros Valores E Bens	151.114	229.051
Ativo Realizável A Longo Prazo	23.047.846,00	23.547.175,00	Ativo Realizável A Longo Prazo	19.930.925	16.907.848	14.465.022 Ativo Realizável A Longo Prazo	9.906.955	7.153.967
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	3.402.836,00	976.746,00	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	143.725	296.122	30.543 Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	51.671	186.556
Títulos E Valores Mobiliários	6.858.288,00	9.857.524,00	Títulos E Valores Mobiliários	10.436.513	8.255.537	7.456.596 Títulos E Valores Mobiliários	4.857.243	2.516.278
Carteira Própria	4.492.004,00	4.400.492,00	Carteira Própria	3.725.148	2.658.249	4.922.067 Carteira Própria	3.400.958	2.179.699
Vinculados A Compromissos De Recompra	408.757,00	1.595.519,00	Vinculados A Compromissos De Recompra	4.984.963	5.288.199	3.243.126 Vinculados A Compromissos De Recompra	1.285.557	194.191
Vinculados Ao Banco Central	484.552,00	750.673,00	Vinculados Ao Banco Central	848.050	230.818	0 Vinculados Ao Banco Central	184	142.389
Instrumentos Financeiros Derivativos	267.459,00	205.434,00	Instrumentos Financeiros Derivativos	251.214	0	0 Moedas De Privatização	75.072	0
Vinculados A Prestação De Garantias	327.427,00	1.149.803,00	Vinculados A Prestação De Garantias	627.138	280.237	23.886 Vinculados A Prestação De Garantias	28.651	0
(provisões Para Desvalorizações)	878.089,00	1.555.603,00	(provisões Para Desvalorizações)	0	-211.966	-132.483 (provisões Para Desvalorizações)	-133.079	-1
Relações Interfinanceiras	261.497,00	267.251,00	Relações Interfinanceiras	46.208	49.523	61.985 Relações Interfinanceiras	70.694	121.803
Créditos Vinculados			Créditos Vinculados	46.208	49.523	52.208 Créditos Vinculados	61.749	57.230
Repasses Interfinanceiros			Repasses Interfinanceiros	0	0	9.777 Repasses Interfinanceiros	8.945	64.573
Relações Interdependências			Relações Interdependências	0	0	0 Relações Interdependências	0	0

Operações De Crédito	7.769.147,00	7.362.556,00	Operações De Crédito	7.249.762	7.008.833	5.730.401 Operações De Crédito	4.277.239	3.786.135
Operações De Crédito	9.102.581,00	8.648.430,00	Operações De Crédito	8.129.892	7.542.274	0 Operações De Arrendamento Mercantil	0	135
(prov. P/ Outs. Créd. Liq. Duvidosa)	(1.333.434,00)	(1.285.874,00)	(prov. P/ Outs. Créd. Liq. Duvidosa)	-880.130	-533.641	0 Outros Créditos	839.344	542.863
Operações De Arrendamento Mercantil			Operações De Arrendamento Mercantil	39.440	132.166	0 Carteira De Câmbio	51.205	0
Outros Créditos	4.256.286,00	4.775.127,00	Outros Créditos	1.744.339	1.122.528	1.179.315 Negociação E Intermediação De Valores	14.773	63.111
Carteira De Câmbio	9.159.294	7.525.531	Carteira De Câmbio	1.980	60.942	17.903 Créditos Específicos	1.095	1.923
Negociação E Intermediação De Valores			Negociação E Intermediação De Valores	0	64.858	18.555 Rendas A Receber	208	0
Créditos Específicos			Créditos Específicos	0	0	1.232 Diversos	776.138	477.829
Rendas A Receber			Rendas A Receber	1.807	3.001	1.585 (provisão Outros Créditos Liq. Duvidosa)	-4.075	0
Diversos			Diversos	1.753.772	1.006.730	1.158.089 Outros Valores E Bens	10.764	197
(provisão Outros Créditos Liq. Duvidosa)			(provisão Outros Créditos Liq. Duvidosa)	-13.020	-12.803	-18.049 Ativo Permanente	5.809.527	9.573.227
Outros Valores E Bens	499.812,00	507.971,00	Outros Valores E Bens	270.938	43.339	6.182 Investimentos	4.131.178	8.011.583
Ativo Permanente	3.043.283,00	3.150.399,00	Ativo Permanente	13.311.654	12.124.199	10.939.080 Dependências No Exterior	0	0
Investimentos	905.480,00	909.766,00	Investimentos	10.514.549	8.591.008	8.031.360 Participações Em Controladas	3.915.028	7.811.048
Dependências No Exterior			Dependências No Exterior	0	0	0 Participações Em Coligadas	89.991	83.577
Participações Em Controladas			Participações Em Controladas	10.281.586	8.453.412	7.899.388 Outros Investimentos	127.967	118.737
Participações Em Coligadas	773.353,00	792.806,00	Participações Em Coligadas	189.891	0	0 Provisão Para Perdas	-1.808	-1.779
Outros Investimentos	236.076,00	228.586,00	Outros Investimentos	46.672	139.403	133.779 Imobilizado De Uso	1.181.022	1.092.567
Provisão Para Perdas	(103.949,00)	(111.626,00)	Provisão Para Perdas	-3.800	-1.807	-1.807 Imóveis De Uso	781.512	609.807
Imobilizado De Uso	1.925.742,00	1.979.795,00	Imobilizado De Uso	1.174.936	1.301.346	1.222.823 Outras Imobilizações	399.510	483.760
Imóveis De Uso	2.135.549,00	2.132.566,00	Imóveis De Uso	1.179.822	1.463.217	1.464.649 Imobilizado De Arrendamento	0	0
Outras Imobilizações De Uso	3.049.096,00	2.479.370,00	Outras Imobilizações De Uso	1.747.510	1.575.714	1.412.515 Diferido	497.327	469.077
(depreciações Acumuladas)	(3.258.903,00)	(2.632.141,00)	(depreciações Acumuladas)	-1.752.396	-1.737.585	-1.844.541		
Imobilizado De Arrendamento			Imobilizado De Arrendamento	0	0	0		
Diferido	212.061,00	260.838,00	Diferido	1.622.169	2.231.845	1.685.097		

Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	Descrição da Conta	31/12/02	31/12/01	31/12/00 Descrição da Conta	31/12/99	31/12/98
Passivo Total	133.550.675,00	117.783.421,00	Passivo Total	80.241.630	70.003.085	57.754.524 Passivo Total	44.746.277	38.926.156
Passivo Circulante	76.320.117,00	71.748.058,00	Passivo Circulante	49.192.407	52.495.445	41.798.264 Passivo Circulante	33.528.746	32.448.399
Depósitos	41.984.882,00	34.834.293,00	Depósitos	27.032.831	24.865.491	21.907.337 Depósitos	20.799.910	22.726.501
A Vista	10.954.791,00	9.576.574,00	A Vista	8.449.952	5.775.991	5.081.851 A Vista	3.946.342	2.637.361
De Poupança	19.197.331,00	17.667.397,00	De Poupança	15.199.612	13.335.463	12.398.635 De Poupança	12.726.825	12.474.234
Interfinanceiros	2.924.648,00	1.401.455,00	Interfinanceiros	1.822.359	5.138.861	3.547.741 Interfinanceiros	3.075.897	7.057.575
A Prazo	8.757.513,00	6.188.867,00	A Prazo	1.560.908	615.176	879.110 A Prazo	1.151.846	557.331
Captações No Mercado Aberto	9.826.844,00	13.956.128,00	Captações No Mercado Aberto	6.780.933	11.675.542	10.464.420 Captações No Mercado Aberto	4.844.964	1.448.665
Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	883.148,00	1.019.044,00	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	1.843.933	1.610.391	1.246.454 Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	1.010.870	736.899
Relações Interfinanceiras	136.229,00	93.597,00	Relações Interfinanceiras	265.334	52.474	35.263 Relações Interfinanceiras	30.584	857.807
Relações Interdependências	748.375,00	513.234,00	Relações Interdependências	496.167	434.078	446.539 Relações Interdependências	441.417	516.803
Obrigações Por Empréstimos	1.220.998,00	2.797.253,00	Obrigações Por Empréstimos	3.716.324	4.233.285	2.862.922 Obrigações Por Empréstimos	2.898.951	2.101.855
No País - Outras Instituições			No País - Outras Instituições	67.096	239.866	206.154 No País - Instituições Oficiais	204.951	0
No Exterior			No Exterior	3.649.228	3.993.419	2.446.768 No Exterior	2.691.900	2.101.855
Obrigações Por Repasse Do País	405.340,00	987.002,00	Obrigações Por Repasse Do País	779.457	888.498	902.273 Obrigações Por Repasse Do País	842.360	219.696
Obrigações Por Repasse Do Exterior			Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0	0 Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	23
Outras Obrigações	17.934.131,00	14.403.988,00	Outras Obrigações	8.277.428	8.735.686	4.143.056 Outras Obrigações	2.661.789	3.840.360
Arreca de Trib	264.007,00	142.656,00	Cobrança E Arrecad. Trib. E Assemelhados	251.207	568.510	Cobrança E Arrecad. Trib. E 126.763 Assemelhados	61.468	323.546
Carteira De Câmbio	9.300.134,00	6.911.384,00	Carteira De Câmbio	3.579.440	4.922.780	1.054.415 Carteira De Câmbio	545.683	1.792.921
Sociais E Estatutárias	591.143,00	701.270,00	Sociais E Estatutárias	708.425	693.664	487.982 Sociais E Estatutárias	466.435	209.921
Fiscais E Previdenciárias	783.611,00	1.208.676,00	Fiscais E Previdenciárias	618.253	925.855	298.858 Fiscais E Previdenciárias	331.291	277.759

Negociação E Intermediação De Valores	314.807,00	289.395,00	Negociação E Intermediação De Valores	113.535	544.564	268.527	Negociação E Intermediação De Valores	212.567	351.954
cartões de cred	3.675.328,00	2.523.612,00	Diversas	2.256.859	1.061.180	1.906.713	Diversas	1.044.355	884.249
securitização	526.710,00	198.423,00	Dívidas Subordinadas	38.549	19.133	0	Passivo Exigível A Longo Prazo	4.791.020	1.379.798
Diversas	2.410.942,00	2.351.759,00	Instrumentos Financeiros Derivativos	711.360	0	0	Depósitos	2.535.084	169.272
Dívidas Subordinadas	67.449,00	76.813,00	Passivo Exigível A Longo Prazo	21.135.901	8.916.118	8.793.907	Interfinanceiros	2.535.084	169.272
Provisões	2.466.845,00	2.792.823,00	Depósitos	6.919.960	2.597.859	4.267.580	A Prazo	0	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	713.325,00	360.896,00	Interfinanceiros	6.429.841	2.473.076	4.267.580	Captações No Mercado Aberto	126.640	83.881
Passivo Exigível A Longo Prazo	39.886.079,00	31.053.677,00	A Prazo	490.109	124.783	0	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	780.805	239.102
Depósitos	2.378.977,00	208.582,00	Captações No Mercado Aberto	4.160.238	885.660	1.029.105	Relações Interfinanceiras	0	0
Interfinanceiros	1.441.788,00	57.760,00	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	846.376	948.265	685.355	Relações Interdependências	0	0
A Prazo	937.189,00	150.802,00	Relações Interfinanceiras	0	0	0	Obrigações Por Empréstimos	216.387	156.654
Captações No Mercado Aberto	5.827.712,00	2.814.384,00	Relações Interdependências	0	0	0	No País	10.226	0
Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	2.675.286,00	2.493.769,00	Obrigações Por Empréstimos	1.569.411	1.186.016	582.885	No Exterior	206.161	156.654
Relações Interfinanceiras			No País - Outras Instituições	83.387	142.441	91.821	Obrigações Por Repasse Do País	1.019.707	339.529
Relações Interdependências			No Exterior	1.486.024	1.043.575	491.064	Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0
Obrigações Por Empréstimos	351.705,00	994.632,00	Obrigações Por Repasse Do País	2.409.360	2.241.646	1.952.060	Outras Obrigações	102.397	391.360
No País - Outras Instituições			Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0	0	Fiscais E Previdenciárias	79	0
No Exterior			Outras Obrigações	5.230.566	1.056.672	276.922	Negociação E Intermediação De Valores	21.519	4.760
Obrigações Por Repasse Do País	429.191,00	1.978.724,00	Carteira De Câmbio	0	4.178	0	Diversas	80.799	386.600
Obrigações Por Repasse Do Exterior			Fiscais E Previdenciárias	0	8.062	55.345	Resultados De Exercícios Futuros	16.621	19.603
Outras Obrigações	19.472.397,00	17.535.872,00	Negociação E Intermediação De Valores	1.432.489	194.815	94.969	Patrimônio Líquido	6.419.891	5.078.366
Carteira De Câmbio	9.405.346	7.786.305	Diversas	47.976	46.063	126.607	Capital Social Realizado	2.500.000	2.000.000
Fiscais E Previdenciárias	2.411.658,00	1.768.286,00	Dívidas Subordinadas	3.469.074	804.554	0	De Domiciliados No País	1.963.508	1.591.828
Sec de pgmentos no exterior	1.376.317,00	1.776.517,00	Instrumentos Financeiros Derivativos	281.027	0	0	De Domiciliados No Exterior	536.492	408.172
Diversas	1.633.771,00	1.525.191,00	Resultados De Exercícios Futuros	28.722	27.556	17.288	Correção Monetária Do Capital	0	0
Dívidas Subordinadas	4.645.305,00	4.679.594,00	Patrimônio Líquido	9.884.600	8.563.966	7.146.065	Reservas De Capital	264.390	421.257
Instrumentos Financeiros Derivativos	194.583,00	131.540,00	Capital Social Realizado	4.260.500	3.650.121	3.000.000	Reserva Especial - Lei 8200	261.282	411.282
Provisões	8.556.228,00	4.896.294,00	De Domiciliados No País	3.448.475	3.038.189	2.406.347	Outras Reservas De Capital	3.108	9.975
Resultados De Exercícios Futuros	36.646,00	98.786,00	De Domiciliados No Exterior	812.025	611.932	593.653	Reservas De Reavaliação	12.739	15.506
Part minorit nas subsid	3.336.751,00	3.003.692,00	Correção Monetária Do Capital	0	0	0	Ativos Próprios	0	0
Patrimônio Líquido	13.971.082,00	11.879.208,00	Reservas De Capital	167.484	182.326	202.218	Controladas/coligadas	12.739	15.506
Capital Social Realizado			Reserva Especial - Lei 8200	165.922	181.414	201.282	Reservas De Lucro	3.642.762	2.641.593
De Domiciliados No País	5.547.163,00	5.525.000,00	Outras Reservas De Capital	1.562	912	936	Legal	344.612	246.834
De Domiciliados No Exterior			Reservas De Reavaliação	0	0	0	Estatutária	3.009.567	2.280.322
Correção Monetária Do Capital			Ativos Próprios	0	0	0	Para Contingências	0	0
Reservas De Capital	160.542,00	149.022,00	Controladas/coligadas	0	0	0	De Lucros A Realizar	390.781	212.008
Reserva Especial - Lei 8200			Reservas De Lucro	5.456.616	4.731.519	3.942.847	Retenção De Lucros	0	0
Outras Reservas De Capital			Legal	692.073	579.740	436.129	Especial Para Dividendos Não Distribuído	0	0
Reservas De Reavaliação	15.802,00		Estatutária	4.994.492	4.395.218	3.818.091	Outras Reservas De Lucro	-102.198	-97.571
Ativos Próprios			Para Contingências	0	0	0	Ações Em Tesouraria	-102.198	-97.571
Controladas/coligadas			De Lucros A Realizar	0	0	0	Lucros/prejuízos Acumulados	0	0
Reservas De Lucro	2.168.457,00	1.082.553,00	Retenção De Lucros	0	0	0			
Legal			Especial P/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0			
Estatutária			Outras Reservas De Lucro	-229.949	-243.439	-311.373			
Para Contingências			Ações Em Tesouraria	-261.905	-243.439	-311.373			
De Lucros A Realizar			Ajuste Ao Valor Mercado - Tvm E Derivat.	31.956	0	0			
Retenção De Lucros			Lucros/prejuízos Acumulados	0	0	0			
Especial P/ Dividendos Não Distribuídos									
Outras Reservas De Lucro									
Ações Em Tesouraria	(43.322,00)	(225.305,00)							
Ajuste Ao Valor Mercado - Tvm E Derivat.	473.769,00	525.480,00							
Lucros/prejuízos Acumulados									

II.II Resumo das Demonstrações de Resultados

	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
lucro líquido	3.775.816	3.151.820	2.376.723	2.872.224	1.830.336	1.955.567	1.300.993
resultado da interm financ	17.271.070	14.358.844	24.214.191	10.244.237	7.292.174	6.660.040	6.193.614
receit de serviços	6.165.296,00	5.121.169,00	4276698	2.507.894	2.172.139	2.097.607	1.418.520

ANEXO III: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Banco Santander Banespa S/A.

III.I Balanço Patrimonial

Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	Descrição da Conta	31/12/01	31/12/00	31/12/99	Descrição da Conta	31/12/98
Ativo Total	35.227.022	30.807.049	28.244.612	Ativo Total	29.390.284	29.482.917	27.937.994	Ativo Total	23.354.007
Ativo Circulante	18.098.940	15.093.208	14.140.738	Ativo Circulante	9.823.476	10.121.089	14.052.243	Ativo Circulante	11.761.226
Disponibilidades	541.723	578.766	603.960	Disponibilidades	807.821	467.545	821.517	Disponibilidades	334.669
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	4.964.842	5.051.454	5.493.170	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	1.176.631	626.883	3.420.674	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	2.885.528
Aplicações No Mercado Aberto	93.955	554.163	1.353.667	Aplicações No Mercado Aberto	229.999	133.514	2.946.271	Aplicações No Mercado Aberto	2.541.413
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	4.870.877	4.497.291	4.139.503	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	946.632	493.369	474.403	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	301.499
Aplicações Voluntárias No Bacen	0	0	0	Aplicações Voluntárias No Bacen	0	0	0	Aplicações Voluntárias No Bacen	42.626
Títulos E Valores Mobiliários	3.961.430	2.253.235	1.618.012	Títulos E Valores Mobiliários	2.920.366	3.735.115	3.725.091	Títulos E Valores Mobiliários	2.969.916
Carteira Própria	1.893.501	1.585.757	1.521.670	Carteira Própria	1.936.348	3.435.660	3.130.733	Carteira Própria	3.401.126
Vinculados A Compromissos De Recompra	1.439.657	0	75.288	Vinculados A Compromissos De Recompra	1.139.753	709.534	1.048.974	Vinculados A Compromissos De Recompra	378.485
Vinculados A Negoc. E Interm. Valores	0	0	0	Vinculados A Negoc. E Interm. Valores	74.542	0	0	Vinculados Ao Banco Central	0
Vinculados Ao Banco Central	0	17.446	0	Vinculados Ao Banco Central	0	0	0	(provisões Para Desvalorizações)	-809.695
Vinculados A Prestaçao De Garantias	103.141	127.633	12.468	Vinculados A Prestaçao De Garantia	55.867	4.979	0	Relações Interfinanceiras	1.755.730
Instrumentos Financeiros Derivativos	47.220	24.257	8.596	(provisões Para Desvalorizações)	-286.144	-415.058	-454.616	Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	186.526
Tít Obj. Op. Comprom. Livre Movim.	477.911	498.142	0	Relações Interfinanceiras	995.206	1.178.602	1.625.135	Créditos Vinculados	1.568.705
(provisões Para Desvalorizações)	0	0	0	Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	6.493	3.212	2.131	Correspondentes	499
Relações Interfinanceiras	2.601.314	2.369.008	2.186.788	Créditos Vinculados	986.883	1.172.692	1.621.619	Relações Interdependências	100.083
Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	1.825	2.153	5.573	Correspondentes	2.030	2.698	1.385	Recursos Em Trânsito De Terceiros	493
Créditos Vinculados	2.597.441	2.364.085	2.179.961	Relações Interdependências	3.514	39.340	11.197	Transferências Internas De Recursos	99.590
Correspondentes	2.048	2.770	1.254	Recursos Em Trânsito De Terceiros	1.606	241	97	Operações De Crédito	2.376.760
Relações Interdependências	307	594	1.140	Transferências Internas De Recursos	1.908	39.099	11.100	Setor Público	35.947
Recursos Em Trânsito De Terceiros	9	61	63	Operações De Crédito	3.059.524	3.033.855	2.746.279	Setor Privado	2.409.751
Transferências Internas De Recursos	298	523	1.077	Setor Público	8.282	83.656	57.638	(provisão P/ Créditos Liquid. Duvidosa)	-68.938
Operações De Crédito	4.919.066	3.818.954	3.233.383	Setor Privado	3.240.948	3.110.496	2.757.915	Operações De Arrendamento Mercantil	0
Setor Público	8.392	7.744	7.562	(provisão P/ Créditos Liquid. Duvidosa)	-189.706	-160.297	-69.274	Oper. Arrendam. A Receber-setor Privado	0
Setor Privado	5.022.235	3.937.357	3.390.186	Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	(rendas A Apropriar De Arrend.mercantil)	0
(provisão P/ Créditos Liquid. Duvidosa)	-111.561	-126.147	-164.365	Oper. Arrendam. A Receber-setor Privado	0	0	0	Outros Créditos	1.290.380
Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	(rendas A Apropriar De Arrend.mercantil)	0	0	0	Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0
Oper. Arrendam. A Receber-setor Privado	0	0	0	Outros Créditos	786.886	965.941	1.643.605	Créditos Específicos	20.161
(rendas A Apropriar De Arrend.mercantil)	0	0	0	Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0	0	0	Carteira De Câmbio	262.723
Outros Créditos	1.019.106	941.060	929.710	Créditos Específicos	51.755	841	24.639	Rendas A Receber	118.279
Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0	0	9	Carteira De Câmbio	337.835	681.805	227.160	Negociação E Intermediação De Valores	24
Créditos Específicos	0	0	186	Rendas A Receber	65.939	37.744	103.083	Diversos	869.193
Carteira De Câmbio	268.195	214.169	333.014	Negociação E Intermediação De Valores	31.900	1.549	713	Outros Valores E Bens	48.160
Rendas A Receber	118.651	21.671	191.160	Diversos	334.903	272.848	1.288.010	Outros Valores E Bens	87.169
Negociação E Intermediação De Valores	7.600	22.836	863	(provisão Para Outros Créditos)	-35.446	-28.846	0	(provisões Para Desvalorizações)	-40.156
Diversos	638.301	666.182	417.045	Outros Valores E Bens	73.528	73.808	58.745	Despesas Antecipadas	1.147
(provisão P/ Outros Créditos Liq.duvid.)	-3.641	-3.598	-12.557	Outros Valores E Bens	213.547	115.253	98.822	Ativo Realizável A Longo Prazo	10.029.728
Outros Valores E Bens	91.152	80.147	74.575	(provisões Para Desvalorizações)	-153.036	-43.354	-41.907	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	0
Outros Valores E Bens	194.990	146.812	208.795	Despesas Antecipadas	13.017	1.909	1.830	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	0
(provisões Para Desvalorizações)	-128.488	-114.267	-169.685	Ativo Realizável A Longo Prazo	18.205.316	17.755.529	12.229.190	Títulos E Valores Mobiliários	8.381.157
Despesas Anteoipadas	34.650	47.602	35.485	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	0	0	0	Carteira Própria	7.496.292
Ativo Realizável A Longo Prazo	15.268.022	14.012.986	12.916.563	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	0	0	0	Vinculados A Compromissos De Recompra	723.671
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	0	0	0	Títulos E Valores Mobiliários	12.193.880	12.333.845	8.991.641	Vinculados Ao Banco Central	744.132

Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	0	0	0	Carteira Própria	9.205.443	10.241.620	8.196.405	(provisões Para Desvalorizações)	-582.938
Títulos E Valores Mobiliários	9.030.042	9.423.478	7.854.466	Vinculados A Compromissos De Recompra	2.319.375	2.149.265	1.154.418	Relações Interfinanceiras	0
Carteira Própria	4.570.909	6.728.528	4.923.788	Vinculados A Negoc. E Interm. De Valores	18.513	0	0	Relações Interdependências	0
Vinculados A Compromissos De Recompra	3.517.144	2.110.522	1.934.163	Vinculados A Prestação De Garantia	391.012	75.881	0	Operações De Crédito	1.404.630
Vinculados A Negoc. E Interm. De Valores	0	0	0	Vinculados Ao Banco Central	359.348	202.042	0	Setor Público	117.341
Vinculados A Prestação De Garantia	328.133	198.473	352.348	(provisões Para Desvalorizações)	-99.811	-334.963	-359.182	Setor Privado	1.321.990
Vinculados Ao Banco Central	402.120	385.955	644.167	Relações Interfinanceiras	544	0	0	Operações De Crédito Liquidação Duvidosa	1.237.754
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	0	Relações Interdependências	0	0	0	(provisão P/ Créditos Liquid. Duvidosa)	-1.272.455
Tít. Obj. Op. Comprom. Livre Movim.	211.736	0	0	Operações De Crédito	1.649.009	1.150.609	1.195.162	Operações De Arrendamento Mercantil	-12.027
(provisões Para Desvalorizações)	0	0	0	Setor Público	49.732	56.366	99.310	Oper.arrend.merc.liq.duvid.-setor Priv.	283
Relações Interfinanceiras	29.655	27.576	24.964	Setor Privado	1.916.932	1.655.067	1.139.291	(rendas A Apropriar De Arrend.mercantil)	0
Créditos Vinculados	0	27.576	24.964	Operações De Crédito Liquidação Duvidosa	0	0	1.211.223	(provisão P/créd.arrend.merc.liq.duvid.)	-12.310
Relações Interdependências	0	0	0	(provisão P/ Créditos Liquid. Duvidosa)	-317.855	-560.824	-1.254.662	Outros Créditos	239.784
Operações De Crédito	2.807.478	1.656.515	1.645.729	Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	-20.898	Créditos Específicos	40.322
Setor Público	30.031	37.809	44.051	Oper.arrend.merc.liq.duvid.-setor Priv.	0	0	283	Diversos	199.462
Setor Privado	3.128.226	1.929.910	2.041.912	(rendas A Apropriar De Arrend.mercantil)	0	0	0	Créditos De Liquidação Duvidosa	272.541
Operações De Crédito Liquidação Duvidosa	-350.779	0	0	(provisão P/créd.arrend.merc.liq.duvid.)	0	0	-21.181	(provisão P/ Outros Créd. Liq. Duvidosa)	-272.541
(provisão P/ Créditos Liquid. Duvidosa)	0	-311.204	-440.234	Outros Créditos	4.338.085	4.269.486	2.050.199	Outros Valores E Bens	16.194
Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	Créditos Por Avais E Fianças Honrados	116	32.090	0	Investimentos Temporários	30.537
Oper.arrend.merc.liq.duvid.-setor Priv.	0	0	0	Carteira De Câmbio	532	0	0	(provisões Para Perdas)	-14.353
(rendas A Apropriar De Arrend.mercantil)	0	0	0	Rendas A Receber	0	0	0	Ativo Permanente	1.563.053
(provisão P/créd.arrend.merc.liq.duvid.)	0	0	0	Créditos Específicos	0	43.360	49.277	Investimentos	1.067.088
Outros Créditos	3.368.649	2.901.908	3.368.006	Diversos	4.364.823	4.303.611	2.000.922	Dependências No Exterior	0
Créditos Por Avais E Fianças Honrados	10	13	88	Créditos De Liquidação Duvidosa	0	0	275.138	Participações Em Controladas	1.063.888
Carteira De Câmbio	4.054	4.331	5.545	(provisões Para Outros Créditos)	-27.386	-109.575	-275.138	No País	1.024.570
Rendas A Receber	0	0	0	Outros Valores E Bens	23.798	1.589	13.086	No Exterior	39.318
Créditos Específicos	0	0	0	Investimentos Temporários	41.622	42.287	33.030	Participações Em Coligadas	0
Diversos	3.374.469	2.903.782	3.366.827	(provisões Para Perdas)	-21.354	-42.287	-19.944	Outros Investimentos	9.065
Créditos De Liquidação Duvidosa	0	0	0	Despesas Antecipadas	3.530	1.589	0	Provisão Para Perdas	-5.865
(provisões P/outros Créditos Liq.duvid.)	-9.884	-6.218	-4.454	Ativo Permanente	1.361.492	1.806.299	1.656.561	Imobilizado De Uso	449.894
Outros Valores E Bens	22.198	3.509	23.398	Investimentos	622.728	1.129.547	1.168.878	Imóveis De Uso	566.654
Investimentos Temporários	0	0	41.512	Dependências No Exterior	0	0	0	Outras Imobilizações De Uso	364.311
(provisões Para Perdas)	0	0	-21.711	Participações Em Controladas	618.129	1.126.592	1.165.623	(depreciações Acumuladas)	-481.081
Despesas Antecipadas	22.198	3.509	3.597	No País	531.952	1.054.695	1.102.414	Imobilizado De Arrendamento	12.027
Ativo Permanente	1.870.060	1.700.855	1.187.311	No Exterior	86.177	71.897	63.209	Bens Arrendados	6.365
Investimentos	543.304	534.989	437.686	Participações Em Coligadas	0	0	0	(depreciações Acumuladas)	5.662
Dependências No Exterior	0	0	0	Outros Investimentos	11.509	9.112	9.125	Diferido	34.054
Participações Em Controladas	536.899	530.393	431.811	Provisão Para Perdas	-6.910	-6.157	-5.870	Gastos De Organização E Expansão	76.722
No País	536.899	0	431.811	Imobilizado De Uso	590.320	424.270	437.621	(amortização Acumulada)	-42.668
No Exterior	0	0	0	Imóveis De Uso	559.053	566.241	567.020		
Participações Em Coligadas	0	0	0	Outras Imobilizações De Uso	565.606	377.805	373.110		
Outros Investimentos	12.813	11.508	12.787	(depreciações Acumuladas)	-534.339	-519.776	-502.509		
Provisão Para Perdas	-6.408	-6.912	-6.912	Imobilizado De Arrendamento	0	0	20.898		
Imobilizado De Uso	466.872	508.091	476.010	Bens Arrendados	0	0	6.364		
Imóveis De Uso	253.351	300.856	374.905	(depreciações Acumuladas)	0	0	14.534		
Outras Imobilizações De Uso	788.011	712.904	561.134	Diferido	148.444	52.482	29.164		
(depreciações Acumuladas)	-574.490	-505.669	-460.029	Gastos De Organização E Expansão	196.829	92.216	64.076		
Imobilizado De Arrendamento	0	0	0	(amortização Acumulada)	-48.385	-39.734	-34.912		
Bens Arrendados	0	0	0						
(depreciações Acumuladas)	0	0	0						
Diferido	859.884	657.775	273.615						
Gastos De Organização E Expansão	1.150.525	807.840	342.436						
(amortização Acumulada)	-290.641	-150.065	-68.821						

Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	Descrição da Conta	31/12/01	31/12/00	31/12/99	Descrição da Conta	31/12/98
Passivo Total	35.227.022	30.807.049	28.244.612	Passivo Total	29.390.284	29.482.917	27.937.994	Passivo Total	23.364.007
Passivo Circulante	19.879.589	17.183.446	14.832.011	Passivo Circulante	14.490.265	16.930.106	19.206.801	Passivo Circulante	15.909.026
Depósitos	10.212.002	10.032.201	10.132.293	Depósitos	8.448.421	11.894.240	11.012.088	Depósitos	11.470.704
Depósitos À Vista	3.128.918	2.982.044	2.892.642	Depósitos À Vista	2.708.619	2.695.427	2.387.488	Depósitos À Vista	2.146.974
Depósitos De Poupança	3.683.377	3.345.115	3.359.249	Depósitos De Poupança	2.592.429	2.484.778	2.702.269	Depósitos De Poupança	2.784.795
Depósitos Interfinanceiros	108.208	676.992	103.783	Depósitos Interfinanceiros	0	141.139	61.410	Depósitos Interfinanceiros	485.591
Depósitos A Prazo	3.273.573	3.028.050	3.776.619	Depósitos A Prazo	3.147.373	6.572.896	5.860.941	Depósitos A Prazo	6.053.344
Outros Depósitos	17.926	0	0	Captações No Mercado Aberto	3.434.826	2.832.049	2.192.887	Captações No Mercado Aberto	1.197.587
Captações No Mercado Aberto	6.335.155	3.440.590	2.026.118	Carteira Própria	3.434.826	2.832.049	2.192.887	Carteira Própria	1.097.587
Carteira Própria	5.636.222	2.409.608	2.026.118	Carteira De Terceiros	0	0	0	Carteira De Terceiros	100.000
Carteira De Terceiros	573	478.997	0	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	0	0	0	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	0
Carteira De Livre Movimentação	698.360	551.985	0	Relações Interfinanceiras	2.270	5.928	2.288	Relações Interfinanceiras	147.981
Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	422.220	706.653	0	Recebimentos E Pagtos. A Liquidar	31	148	148	Recebimentos E Pagtos. A Liquidar	147.210
Obrigações Por Tvm No Exterior	422.220	706.653	0	Correspondentes	2.239	5.780	2.140	Correspondentes	771
Relações Interfinanceiras	1.620	1.264	4.060	Relações Interdependências	143.400	151.465	175.527	Relações Interdependências	251.303
Recebimentos E Pagtos. A Liquidar	0	5	0	Recursos Em Trânsito De Terceiros	126.577	136.432	171.981	Recursos Em Trânsito De Terceiros	153.713
Correspondentes	1.620	1.259	4.060	Transferências Internas De Recursos	16.823	15.033	3.546	Transferências Internas De Recursos	97.590
Relações Interdependências	172.751	166.815	152.956	Obrigações Por Empréstimos	691.727	407.095	694.793	Obrigações Por Empréstimos	372.167
Recursos Em Trânsito De Terceiros	171.780	165.358	149.765	Empréstimos No País - Instit. Oficiais	0	0	0	Empréstimos No País - Instit. Oficiais	0
Transferências Internas De Recursos	971	1.457	3.191	Empréstimos No Exterior	691.727	407.095	694.793	Empréstimos No Exterior	372.167
Obrigações Por Empréstimos	524.033	541.134	434.454	Obrigações Por Aquisição Títulos Feder.	0	0	0	Obrigações Por Aquisição Títulos Feder.	0
Empréstimos No País - Instit. Oficiais	0	0	0	Obrigações Por Repasse Do País	212.324	205.499	157.254	Obrigações Por Repasse Do País	120.814
Empréstimos No Exterior	524.033	541.134	434.454	Tesouro Nacional	1.125	996	945	Tesouro Nacional	651
Obrigações Por Aquisição Títulos Feder.	0	0	0	Bndes	53.159	90.582	80.977	Bndes	50.507
Obrigações Por Repasse Do País	352.102	269.685	252.646	Cef	13.844	15.867	14.429	Cef	14.026
Tesouro Nacional	4.716	0	41	Finame	144.196	98.054	60.843	Finame	55.514
Bndes	52.119	52.306	58.633	Outras Instituições	0	0	60	Outras Instituições	116
Cef	15.091	14.378	14.889	Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0	0	Obrigações Por Repasse Do Exterior	0
Finame	208.473	180.037	154.437	Outras Obrigações	1.557.297	1.433.830	4.971.964	Outras Obrigações	2.348.470
Outras Instituições	71.703	22.964	24.646	Cobrança Arrecad.de Tributos	33.235	36.108	26.086	Cobrança Arrecad.de Tributos E Assemelh.	51.904
Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0	0	Carteira De Câmbio	102.877	420.865	51.482	Carteira De Câmbio	185.473
Outras Obrigações	1.959.706	2.025.104	1.829.484	Sociais E Estatutárias	171.332	7.938	23.862	Sociais E Estatutárias	81.685
Cobrança Arrecad.de Tributos	17.909	30.605	20.387	Fiscais E Previdenciárias	69.108	44.379	3.751.700	Fiscais E Previdenciárias	998.158
Carteira De Câmbio	78.472	39.741	143.151	Negociação E Intermediação De Valores	43.186	11.127	7.728	Negociação E Intermediação De Valores	2.905
Sociais E Estatutárias	106.708	493.752	46.800	Fundos Financeiros E De Desenvolvimento	120	5.175	0	Fundos Financeiros E De Desenvolvimento	0
Fiscais E Previdenciárias	71.346	56.267	54.924	Diversas	1.137.439	908.238	1.111.106	Diversas	490.611
Negociação E Intermediação De Valores	1.181	21.155	8.829	Passivo Exigível A Longo Prazo	11.890.603	10.517.119	4.554.318	Obrigações Trabalhistas	537.734
Fundos Financeiros E De Desenvolvimento	7	1	0	Depósitos	985.000	158.139	241.946	Passivo Exigível A Longo Prazo	3.300.850
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.113	135.824	68.503	Depósitos Interfinanceiros	153.633	0	142.669	Depósitos	44.309
Diversas	1.555.970	1.247.759	1.486.880	Depósitos A Prazo	831.367	158.139	99.277	Depósitos Interfinanceiros	0
Passivo Exigível A Longo Prazo	9.631.232	8.843.115	9.091.569	Captações No Mercado Aberto	0	0	0	Depósitos A Prazo	44.309
Depósitos	1.187.498	1.096.619	1.146.237	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	0	0	0	Captações No Mercado Aberto	0
Depósitos Interfinanceiros	148.343	133.743	140.327	Relações Interfinanceiras	0	0	0	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	0
Depósitos A Prazo	1.039.155	962.876	1.004.910	Relações Interdependências	0	0	0	Relações Interfinanceiras	0
Captações No Mercado Aberto	0	0	0	Obrigações Por Empréstimos	477.054	1.195	8.454	Relações Interdependências	0
Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	269.946	432.560	0	Empréstimos No Exterior	477.054	1.195	8.454	Obrigações Por Empréstimos	12.523
Obrigações Por Tvm No Exterior	269.946	432.560	0	Obrigações Por Repasse Do País	559.890	523.623	339.366	Empréstimos No Exterior	12.523

Relações Interfinanceiras	0	0	0	Tesouro Nacional	0	875	1.602	Obrigações Por Repasse Do País	293.998
Relações Interdependências	0	0	0	Bndes	118.585	130.466	98.524	Tesouro Nacional	1.623
Obrigações Por Empréstimos	491.875	348.251	755.885	Cef	86.408	96.120	108.977	Bndes	83.361
Empréstimos No Exterior	491.875	348.251	755.885	Finame	354.817	296.162	130.263	Cef	115.914
Obrigações Por Repasse Do País	602.483	567.516	552.630	Outras Instituições	0	0	0	Finame	93.042
Tesouro Nacional	0	0	0	Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0	0	Outras Instituições	58
Bndes	149.722	122.753	96.370	Outras Obrigações	9.868.659	9.834.162	3.964.552	Obrigações Por Repasse Do Exterior	0
Cef	52.392	65.040	74.499	Fiscais E Previdenciárias	3.982.148	3.857.805	54.841	Outras Obrigações	2.950.020
Finame	376.030	340.562	360.550	Negociação E Intermediação De Valores	61.466	0	0	Fiscais E Previdenciárias	64.352
Outras Instituições	24.339	39.161	21.211	Diversas	5.825.045	6.176.357	3.909.711	Obrigações Trabalhistas	2.885.669
Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0	0	Resultados De Exercícios Futuros	16.667	1.420	942	Diversas	0
Outras Obrigações	7.079.430	6.398.169	6.637.817	Patrimônio Líquido	2.992.749	2.034.272	4.175.933	Resultados De Exercícios Futuros	931
Fiscais E Previdenciárias	1.749.663	1.271.385	1.165.715	Capital Social Realizado	2.409.319	2.409.319	2.409.319	Patrimônio Líquido	4.143.200
Negociação E Intermediação De Valores	0	0	0	Reservas De Capital	153.704	150.576	128.112	Capital Social Realizado	2.409.319
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	0	Reserva Especial - Lei Nº 8.200	0	0	0	Reservas De Capital	105.765
Carteira De Câmbio	3.070	2.846	1.968	Outras	153.704	150.576	128.112	Reserva Especial - Lei Nº 8.200	0
Diversas	5.326.697	5.123.938	5.470.134	Reservas De Reavaliação	0	0	0	Outras	105.765
Resultados De Exercícios Futuros	24.000	23.913	15.380	Ativos Próprios	0	0	0	Reservas De Reavaliação	0
Patrimônio Líquido	5.692.201	4.756.675	4.305.652	Controladas/coligadas	0	0	0	Ativos Próprios	0
Capital Social Realizado	2.536.794	2.536.794	2.536.794	Reservas De Lucro	28.179	41.280	48.052	Controladas/coligadas	0
De Domiciliados No País	2.536.668	2.536.668	2.535.603	Legal	28.179	10.059	10.059	Reservas De Lucro	48.630
De Domiciliados No Exterior	126	126	1.191	Estatutária	0	0	0	Legal	7.922
Reservas De Capital	155.847	155.542	153.704	Para Contingências	0	0	0	Estatutária	0
Reserva Especial - Lei Nº 8.200	0	0	0	De Lucros A Realizar	0	31.221	37.993	Para Contingências	0
Outras	155.847	155.542	153.704	Retenção De Lucros	0	0	0	De Lucros A Realizar	40.708
Reservas De Reavaliação	0	0	0	Especial P/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0	Retenção De Lucros	0
Ativos Próprios	0	0	0	Outras Reservas De Lucro	0	0	0	Especial Para Dividendos Não Distribuído	0
Controladas/coligadas	0	0	0	Lucros/prejuízos Acumulados	401.547	-566.903	1.590.450	Outras Reservas De Lucro	0
Reservas De Lucro	563.536	69.863	-633.002					Lucros/prejuízos Acumulados	1.579.466
Legal	343.945	256.436	169.086						
Estatutária	0	0	0						
Para Contingências	0	0	0						
De Lucros A Realizar	0	0	0						
Retenção De Lucros	0	0	0						
Especial P/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0						
Outras Reservas De Lucro	219.591	-186.583	-802.088						
Ajuste Valor Mercado - Tvm E Derivativos	219.591	-186.583	-802.088						
Lucros/prejuízos Acumulados	2.435.024	1.994.466	2.248.156						

III.II Demonstração de Resultados

	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Receitas Da Intermediação Financeira	5.815.879	4.915.543	5.582.361	4.934.708	4.059.701	5.510.300	5.369.395
Operações De Crédito	2.551.264	2.431.848	2.022.717	1.831.549	1.455.532	1.658.795	1.354.365
Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	0	2.213	9.039	2.877
Resultado Operações C/ Títulos Val. Mob.	2.974.164	2.384.582	3.970.836	2.960.605	2.466.893	3.672.572	3.746.763
Resultado De Operações De Câmbio	42.069	54.716	135.848	110.603	102.919	121.318	89.672
Resultado Das Aplicações Compulsórias	161.145	222.114	84.522	31.951	32.144	48.577	175.718
Despesas Da Intermediação Financeira	-2.057.411	-2.141.563	-2.308.100	-1.783.650	-1.773.885	-2.051.486	-3.853.599
Operações De Captação No Mercado	-1.623.482	-1.869.392	-1.449.840	-1.459.161	-1.255.177	-1.684.110	-3.682.943
Operações De Empréstimos E Repasses	-104.344	20.659	-493.914	-205.334	-124.003	-244.218	-115.167

Operações De Arrendamento Mercantil	-329.585	0	0	0	-58	-180	-182
Provisão P/ Créditos Liquid.duvidosa	0	-292.830	-364.346	-119.155	-394.447	-122.978	-55.307
Resultado Bruto Intermediação Financeira	3.758.468	2.773.980	3.274.261	3.151.058	2.286.016	3.458.814	1.515.796
Outras Despesas/receitas Operacionais	-2.007.431	-1.066.788	-190.289	-2.105.974	-4.148.559	-3.643.534	-995.220
Receitas De Prestação De Serviços	1.270.064	894.332	694.862	590.747	464.932	520.458	472.733
Despesas De Pessoal	-1.329.590	-1.217.626	-1.150.177	-1.892.744	-2.283.226	-2.448.480	-1.352.336
Outras Despesas Administrativas	-1.291.327	-924.963	-782.111	-721.390	-631.371	-1.302.360	-530.915
Despesas Tributárias	-330.679	-242.482	-283.767	-201.258	-159.040	-142.838	-70.353
Outras Receitas Operacionais	399.296	1.022.201	2.834.403	1.115.334	489.053	803.186	798.090
Outras Despesas Operacionais	-1.033.521	-904.663	-1.565.567	-1.251.307	-2.092.087	-1.382.687	-596.790
Resultado Da Equivalência Patrimonial	308.326	366.413	262.068	254.644	53.180	309.187	284.351
Resultado Operacional	1.751.037	1.707.192	3.083.972	1.046.084	-1.862.543	-184.720	520.576
Resultado Não Operacional	-31.868	43.257	95.699	-18.690	-200.337	-69.976	-97.347
Receitas	0	0	0	0	0	0	0
Despesas	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Antes Tributação/participações	1.719.169	1.750.449	3.179.671	1.026.394	-2.062.880	-254.696	423.229
Provisão Para Ir E Contribuição Social	-67.083	-372	-399.449	117.814	4.953	306.551	-234.765
Ir Diferido	98.085	-3.080	37.927	0	0	0	0
Participações/contribuições Estatutárias	0	0	0	-55.010	-27.750	-30.462	-30.032
Participações	0	0	0	-55.010	-27.750	-30.462	-30.032
Contribuições	0	0	0	0	0	0	0
Reversão Dos Juros Sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
Lucro/prejuízo Do Exercício	1.750.171	1.746.997	2.818.149	1.089.198	-2.085.777	21.393	158.432

ANEXO IV: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Unibanco S/A.

IV.I Balanço Patrimonial

Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	Descrição da Conta	31/12/01	31/12/00	31/12/99	Descrição da Conta	31/12/
Ativo Total	68.092.295	59.933.318	68.290.904	Ativo Total	49.139.763	41.549.377	31.162.211	Ativo Total	27.297.6
Ativo Circulante	46.314.501	38.284.902	44.081.816	Ativo Circulante	32.083.892	29.424.608	22.026.101	Ativo Circulante	19.382.0
Disponibilidades	1.329.115	848.223	973.583	Disponibilidades	837.711	301.129	461.462	Disponibilidades	881.6
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	18.857.552	12.514.267	17.270.410	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	5.531.254	6.550.525	5.234.472	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	5.541.5
Aplicações No Mercado Aberto	11.628.038	9.018.010	13.836.496	Aplicações No Mercado Aberto	2.426.487	5.378.794	4.499.332	Aplicações No Mercado Aberto	5.092.2
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	7.126.050	3.490.966	3.424.042	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	3.042.203	1.169.874	706.073	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	441.2
Aplicações Em Moedas Estrangeiras	104.464	5.291	9.872	Aplicações Em Moedas Estrangeiras	62.564	1.857	29.067	Aplicações Em Moedas Estrangeiras	7.9
Títulos E Valores Mobiliários	5.034.206	5.265.361	4.935.129	Títulos E Valores Mobiliários	9.728.662	8.712.166	4.054.988	Títulos E Valores Mobiliários	1.878.1
Carteira Própria	1.496.909	2.710.401	2.284.845	Carteira Própria	3.107.340	2.778.985	2.015.111	Carteira Própria	1.288.6
Vinculados A Compromissos De Recompra	1.512.704	120.959	643.602	Vinculados A Compromissos De Recompra	6.028.029	5.790.411	1.139.510	Vinculados A Compromissos De Recompra	179.2
Vinculados Ao Banco Central	1.305.352	1.335.929	1.206.999	Vinc.neg.int.vals.ctrs.prêmios A Exercer	0	1.041	0	Vinculados A Negoc.e Interm.de Valores	
Tít. Objeto De Oper. Comprom. Livre Mov.	3.947	0	0	Vinculados Ao Banco Central	564.247	22.336	43.054	Compras A Termo A Receber	
Vinculados À Prestação De Garantias	131.165	663.041	666.209	Moedas De Privatização	0	62	0	Contratos E Prêmios A Exercer	34.9
Instrumentos Financeiros Derivativos	584.129	435.031	133.474	Vinculados À Prestação De Garantias	40.221	131.324	860.319	Vinculados Ao Banco Central	387.1
Relações Interfinanceiras	4.597.369	3.893.974	3.911.502	Provisões Para Desvalorizações	-11.175	-11.993	-3.006	Provisões Para Desvalorizações	-11.9
Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	6.855	7.473	11.483	Relações Interfinanceiras	1.456.845	1.089.311	1.369.264	Relações Interfinanceiras	905.9
Créditos Vinculados-dep.no Banco Central	4.558.523	3.877.831	3.833.765	Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	9.907	10.771	6.576	Pagamentos E Recebimentos A Liquidar	383.9
Créditos Vinculados-sfh-sist.fin.habit.	2.678	2.029	3.998	Créditos Vinculados-dep.no Banco Central	1.437.911	1.069.972	1.099.897	Créditos Vinculados - Dep. Banco Central	455.3
Créds.vinc.-tesouro Nac.-rec.cred. Rural	0	0	0	Créditos Vinculados-sfh-sist.fin.habit.	3.808	3.443	3.896	Créd. Vinc.-créd.rural-proagro A Receber	6
Repasses Interfinanceiros	0	0	54.473	Créds.vinc.-tesouro Nac.-rec.cred. Rural	564	578	578	Créditos Vinc.-sfh - Sist.fin.da Habit.	3.6
Correspondentes	29.313	6.841	7.783	Repasses Interfinanceiros	945	0	257.114	Repasses Interfinanceiros	46.5
Relações Interdependências	142.462	12.463	2.975	Correspondentes	3.710	4.547	1.203	Correspondentes	15.3
Recursos Em Trânsito De Terceiros	663	27	202	Relações Interdependências	4.330	649	3.059	Relações Interdependências	43.1
Transferências Internas De Recursos	141.799	12.426	2.773	Recursos Em Trânsito De Terceiros	2.828	572	483	Operações De Crédito	6.729.2
Operações De Crédito	12.792.321	11.364.410	12.007.704	Transferências Internas De Recursos	1.502	77	2.576	Operações De Crédito - Setor Público	121.5
-setor Público	234.725	245.421	41.049	Operações De Crédito	11.491.510	8.286.496	7.800.977	Operações De Crédito - Setor Privado	6.899.6
-setor Privado	13.344.969	11.789.750	12.799.448	Operações De Crédito-setor Público	12.781	896	26.989	Opers.de Crédito Em Atraso-s.privado	
Provisão Para Perdas Em Opers.de Crédito	-787.373	-670.761	-832.793	Operações De Crédito-setor Privado	12.178.687	8.859.897	8.118.642	Prov. P/créd.de Liquidação Duvidosa	-291.9
Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	100	Provisão Para Perdas Em Opers.de Crédito	-699.958	-574.297	-344.654	Operações De Arrendamento Mercantil	
Opers.arrend.e Subar.a Rec.setor Privado	0	0	101	Operações De Arrendamento Mercantil	109	144	28.227	Oper.arrend.e Subarrend.a Rec.-s.privado	3.7
Prov.para Perdas Em Opers.ar.mercantil	0	0	-1	Opers.arrend.e Subar.a Rec.setor Privado	112	149	28.227	Rendas A Apropriar De Arrend. Mercantil	-3.7
Outros Créditos	3.365.436	4.156.886	4.930.475	Prov.p/perdas Em Opers.arrend.mercantil	-3	-5	0	Outros Créditos	3.257.0
Carteira De Câmbio	2.014.363	2.712.683	3.574.646	Outros Créditos	2.946.479	4.389.985	2.958.326	Carteira De Câmbio	2.147.6
Rendas A Receber	128.463	217.490	266.139	Carteira De Câmbio	1.792.260	2.953.871	1.719.938	Rendas A Receber	57.0
Negociação E Intermediação De Valores	68	88.332	32.103	Rendas A Receber	167.386	89.010	64.743	Negociação E Interm.de Valores	231.4
Diversos	1.248.455	1.160.856	1.101.494	Negociação E Intermediação De Valores	481.704	278.204	341.388	Diversos	858.8
Provisão Para Perdas Em Outros Créditos	-25.913	-22.675	-49.907	Créditos Específicos	0	0	14.876	Prov.p/outros Créd. De Liq.duvidosa	-37.7
Outros Valores E Bens	196.040	229.528	149.938	Diversos	536.198	1.098.368	830.526	Outros Valores E Bens	146.8
Outros Valores E Bens	58.470	83.811	75.846	Provisão Para Perdas Em Outros Créditos	-31.069	-29.468	-13.145	Ativo Realizável A Longo Prazo	5.202.0
Provisão Para Desv.de Outros Vals.e Bens	-16.511	-24.540	-33.823	Outros Valores E Bens	86.992	94.203	125.336	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	40.7
Despesas Antecipadas	154.081	170.257	107.915	Outros Valores E Bens	92.775	138.517	144.074	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	40.7
Ativo Realizável A Longo Prazo	15.946.567	15.228.596	18.044.552	Provisão Para Desv.de Outros Vals.e Bens	-41.494	-64.477	-36.559	Títulos E Valores Mobiliários	1.991.3
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	921.094	327.755	388.890	Despesas Antecipadas	35.711	20.163	17.821	Carteira Própria	1.305.8
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	921.094	327.755	388.890	Ativo Realizável A Longo Prazo	11.092.225	6.820.069	6.185.900	Vinc.a Neg.int.vals.-contrs.prêm.exercer	34.0
Títulos E Valores Mobiliários	4.197.690	5.064.351	9.181.185	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	24.701	20.433	13.532	Vinculados Ao Banco Central	691.8
Carteira Própria	2.126.400	2.726.896	5.114.027	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	24.701	20.433	13.532	Provisões Para Desvalorizações	-40.4

Vinculados A Compromissos De Recompra	1.475.607	689.153	749.446	Títulos E Valores Mobiliários	3.364.556	1.362.724	2.210.255	Relações Interfinanceiras	230.7
Vinculados Ao Banco Central	121.003	1.222.983	2.514.309	Carteira Própria	2.470.577	1.018.956	1.993.718	Créd.vinc.-oréd.rural-proagro A Receber	
Moedas De Privatização	0	0	0	Vinc.neg.int.vals.ctrs.prêmios A Exercer	0	0	45.931	Créd.vinc.-sfh-sist. Financ.da Habitação	28.5
Vinculados À Prestação De Garantias	346.855	286.178	602.158	Vinculados Ao Banco Central	498.079	0	0	Repasses Interfinanceiros	202.1
Instrumentos Financeiros Derivativos	127.825	139.141	201.245	Moedas De Privatização	64	0	0	Relações Interdependências	
Relações Interfinanceiras	45.963	40.341	57.920	Vinculados À Prestação De Garantias	455.481	376.390	219.116	Operações De Crédito	2.619.9
Créditos Vinculados-sfh-sist.fin.habit.	45.963	40.341	57.920	Provisões Para Desvalorizações	-59.646	-32.622	-48.510	Opers.de Créd.-setor Público	
Repasses Interfinanceiros	0	0	0	Relações Interfinanceiras	206.369	139.655	120.882	Opers.de Créd.-setor Privado	2.619.9
Relações Interdependências	0	0	0	Créditos Vinculados-sfh-sist.financ.hab.	57.567	26.158	27.955	Opers.de Créd.liq.duv.setor Privado	201.2
Operações De Crédito	7.536.036	7.297.782	6.364.053	Repasses Interfinanceiros	148.802	113.497	92.927	Prov.p/créd.de Liquidação Duvidosa	-201.2
-setor Público	444.499	255.006	322.614	Relações Interdependências	0	0	0	Operações De Arrendamento Mercantil	
-setor Privado	7.421.578	7.335.460	6.323.397	Operações De Crédito	5.708.205	4.320.492	3.147.791	Opers.de Arren. E Subar.rec.set. Privado	3.0
Provisão Para Perdas Em Opers.de Crédito	-330.041	-292.684	-281.958	Operações De Crédito-setor Público	234.817	206.531	188.311	Rendas A Apr. De Arrendamento Mercantil	-3.0
Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	Operações De Crédito-setor Privado	5.679.023	4.301.578	3.147.671	Outros Créditos	312.5
Opers.arrend.e Subar.a Rec.setor Privado	0	0	0	Provisão Para Perdas Em Opers.de Crédito	-205.635	-187.617	-188.191	Créditos Por Avais E Fianças Honrados	1
Outros Créditos	3.179.042	2.467.929	2.036.638	Operações De Arrendamento Mercantil	2	5	0	Carteira De Câmbio	4.0
Créditos Por Avais E Fianças Honrados	35	8.057	477	Opers.arrend.e Subar.a Rec.setor Privado	2	5	0	Rendas A Receber	
Carteira De Câmbio	29	0	9.050	Outros Créditos	1.761.387	775.091	689.489	Negociação E Intermediação De Valores	3.4
Rendas A Receber	2.259	3.030	5.051	Créditos Por Avais E Fianças Honrados	590	108	22	Diversos	305.0
Negociação E Intermediação De Valores	0	0	0	Carteira De Câmbio	1.534	3.503	0	Créditos De Liquidação Duvidosa	5.9
Diversos	3.179.587	2.458.472	2.024.554	Renda A Receber	2.969	0	0	Prov.p/outros Créd.de Liquid. Duvidosa	-6.0
Provisão Para Perdas Em Outros Créditos	-2.868	-1.630	-2.494	Negociação E Intermediação De Valores	140.750	4.717	43.269	Outros Valores E Bens	6.6
Outros Valores E Bens	66.742	30.438	15.866	Créditos Específicos	3.819	2.752	22.510	Ativo Permanente	2.713.4
Despesas Antecipadas	66.742	30.438	15.866	Diversos	1.613.031	765.347	628.919	Investimentos	2.037.5
Ativo Permanente	5.831.227	6.419.820	6.164.536	Provisão Para Perdas Em Outros Créditos	-1.306	-1.336	-3.231	Dependências No Exterior	
Investimentos	5.078.311	5.646.391	5.332.084	Outros Valores E Bens	27.005	1.669	3.951	Participações Em Controladas	1.964.8
Dependências No Exterior	0	0	0	Despesas Antecipadas	27.005	1.669	3.951	Participações Em Coligadas	50.8
Participações Em Controladas	4.646.066	4.311.104	3.912.603	Ativo Permanente	5.963.646	5.504.700	2.950.210	Outros Investimentos	24.3
Participações Em Coligadas	0	0	0	Investimentos	5.126.766	4.887.354	2.256.944	Provisão Para Perdas	-2.6
Outros Investimentos	463.025	1.360.546	1.445.740	Dependências No Exterior	0	0	0	Imobilizado De Uso	289.1
Ágio Na Aquis. De Empresas Controladas	400.486	1.308.380	1.392.260	Participações Em Controladas	3.548.864	3.437.603	2.227.597	Imóveis De Uso	108.4
Outros Investimentos	62.539	52.166	53.480	Participações Em Coligadas	57.456	6.099	6.959	Outras Imobilizações De Uso	433.1
Provisão Para Perdas	-30.780	-25.259	-26.259	Outros Investimentos	1.562.416	1.481.918	26.132	Depreciações Acumuladas	-252.5
Imobilizado De Uso	348.610	356.875	403.488	Ágio Na Aquis. De Empresas Controladas	1.484.966	1.420.690	0	Imobilizado De Arrendamento	17.4
Imóveis De Uso	164.871	152.783	140.221	Outros Investimentos	77.450	61.228	0	Bens Arrendados	39.3
Outras Imobilizações De Uso	776.391	727.346	705.821	Provisão Para Perdas	-41.970	-38.266	-3.744	Depreciações Acumulada	-21.9
Depreciações Acumuladas	-592.652	-523.253	-442.554	Imobilizado De Uso	451.530	353.531	378.772	Diferido	369.4
Imobilizado De Arrendamento	0	0	0	Imóveis De Uso	158.723	141.861	133.750	Gastos De Organização E Expansão	735.4
Diferido	404.306	416.564	428.964	Outras Imobilizações De Uso	647.798	524.041	528.034	Amortizações Acumuladas	-366.0
Gastos De Organização E Expansão	799.392	784.288	728.707	Depreciações Acumuladas	-354.991	-312.371	-281.012		
Amortizações Acumuladas	-395.086	-347.734	-299.743	Imobilizado De Arrendamento	0	0	0		
				Diferido	385.350	263.815	314.494		
				Gastos De Organização E Expansão	779.630	568.922	789.201		
				Amortizações Acumuladas	-394.280	-305.107	-474.707		

derivativos	373.165	286.785	-363.458						
Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	Descrição da Conta	31/12/01	31/12/00	31/12/99	Descrição da Conta	31/12/
Passivo Total	68.092.295	59.933.318	68.290.904	Passivo Total	49.139.763	41.549.377	31.162.211	Passivo Total	27.297.6
Passivo Circulante	39.841.113	34.514.761	42.675.487	Passivo Circulante	31.431.690	27.828.264	20.467.562	Passivo Circulante	18.656.8
Depósitos	24.137.446	16.844.100	15.212.425	Depósitos	12.191.766	8.223.678	6.581.032	Depósitos	7.284.6
Depósitos A Vista	2.846.946	2.380.122	3.469.206	Depósitos A Vista	1.966.889	1.873.402	1.153.876	Depósitos À Vista	901.8
Depósitos De Poupança	5.471.323	5.499.119	5.438.460	Depósitos De Poupança	4.796.090	2.786.080	2.766.582	Depósitos De Poupança	2.904.6
Depósitos Interfinanceiros	1.356.291	1.299.432	427.840	Depósitos Interfinanceiros	478.187	263.900	91.185	Depósitos Interfinanceiros	130.1

Depósitos A Prazo	14.462.886	7.666.427	5.876.919	Depósitos A Prazo	4.950.800	3.300.296	2.569.389	Depósitos A Prazo	3.328.0
Captações No Mercado Aberto	7.756.015	7.275.636	13.723.907	Captações No Mercado Aberto	7.918.418	10.181.794	4.024.769	Captações No Mercado Aberto	2.873.5
Carteira Própria	2.999.523	781.223	1.358.892	Carteira Própria	5.705.005	5.636.911	1.140.803	Carteira Própria	172.2
Carteira De Terceiros	4.144.452	6.483.026	12.365.215	Carteira De Terceiros	2.213.413	4.544.883	2.883.966	Carteira De Terceiros	2.701.2
Carteira Livre Movimentação	612.040	11.387	0	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	3.294.366	2.525.679	3.090.080	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	1.308.9
Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	1.276.509	2.652.938	2.933.152	Recursos De Letras Hipotecárias	459.379	380.050	350.719	Recursos De Letras Hipotecárias	195.4
Recursos De Letras Hipotecárias	329.910	779.624	630.647	Obrigações Por Títs.vals. Mob. Exterior	2.834.987	2.145.629	2.739.361	Obrigações P/títs.vals.mobls. Exterior	1.113.5
Obrigações Por Tít.e Vals.mobls.exterior	946.599	1.873.314	2.302.505	Relações Interfinanceiras	34.932	37.397	17.363	Relações Interfinanceiras	462.9
Relações Interfinanceiras	30.918	49.544	139.723	Recebimentos E Pagamentos A Liquidar	4.304	24.115	2.254	Recebimentos E Pagamentos A Liquidar	337.7
Recebimentos E Pagamentos A Liquidar	6.694	12.363	1.984	Correspondentes	30.628	13.282	15.109	Correspondentes	115.1
Repasses Interfinanceiros	0	0	108.118	Relações Interdependências	256.906	333.645	297.809	Relações Interdependências	225.7
Correspondentes	24.224	37.181	29.621	Recursos Em Trânsito De Terceiros	243.423	330.736	278.753	Recursos Em Trânsito De Terceiros	212.1
Relações Interdependências	387.346	372.354	303.176	Transferências Internas De Recursos	13.483	2.909	19.056	Transferências Internas De Recursos	13.5
Recursos Em Trânsito De Terceiros	387.341	367.090	288.986	Obrigações Por Empréstimos	4.557.224	3.612.659	4.030.631	Obrigações Por Empréstimos	3.204.2
Transferências Internas De Recursos	5	5.264	14.190	Empréstimos No País-instit. Oficiais	486	2.480	2.227	Empréstimos No País - Inst. Oficiais	2.2
Obrigações Por Empréstimos	2.088.948	2.952.231	4.820.333	Empréstimos No Exterior	4.556.738	3.610.179	4.028.404	Empréstimos No Exterior	3.202.0
Empréstimos No País - Inst. Oficiais	349	337	374	Obrigações Por Repasse Do País	1.141.579	776.481	938.727	Obrigações Por Repasse Do País	874.7
Empréstimos No Exterior	2.088.499	2.951.894	4.819.959	Tesouro Nacional	500	2.776	0	Obrigações Por Repasse Do Exterior	
Obrigações Por Repasse Do País	1.256.490	1.817.220	1.674.441	Bndes	454.658	433.479	609.605	Outras Obrigações	2.452.0
Bndes	720.791	759.469	725.861	Finame	686.421	340.226	329.122	Cobrança E Arrec.de Trib.e Assemelhados	18.2
Finame	465.965	975.376	937.682	Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0	0	Carteira De Câmbio	1.265.9
Outros	69.734	82.375	10.898	Outras Obrigações	2.036.499	2.136.931	1.477.151	Sociais E Estatutárias	130.3
Obrigações Por Repasse Do Exterior	45.871	38.457	0	Cobrança E Arrec.de Trib.e Assemelhados	23.898	14.926	14.263	Fiscais E Previdenciárias	205.1
Outras Obrigações	2.861.670	2.512.281	3.868.330	Carteira De Câmbio	541.576	1.020.684	476.028	Negociação E Intermediação De Valores	484.4
Cobrança E Arrec.de Trib.e Assemelhados	47.603	32.854	7.840	Sociais E Estatutárias	253.456	189.749	161.058	Obrigações Por Aquis.de Bens E Direitos	114.2
Carteira De Câmbio	943.902	1.163.436	2.001.972	Fiscais E Providenciárias	103.639	98.840	121.366	Diversas	233.7
Sociais E Estatutárias	333.671	249.762	240.967	Negociação E Intermediação De Valores	80.991	332.998	211.933	Passivo Exigível A Longo Prazo	5.723.0
Fiscais E Previdenciárias	167.837	182.575	118.152	Obrigações Por Aquis.de Bens E Direitos	169.739	127.023	134.886	Depósitos	1.859.6
Negociação E Intermediação De Valores	9.156	20.291	7.086	Diversas	863.200	352.711	357.617	Depósitos Interfinanceiros	1.0
Obrigações Por Aquis.de Bens E Direitos	23.330	39.356	36.302	Passivo Exigível A Longo Prazo	11.623.670	8.199.854	6.686.200	Depósitos A Prazo	1.858.6
Dívidas Subordinadas	11.367	11.239	11.105	Depósitos	5.654.508	3.383.546	3.853.331	Captações No Mercado Aberto	
Instrumentos Financeiros Derivativos	255.929	167.796	346.157	Depósitos Interfinanceiros	95	102	460	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	1.350.9
Diversas	1.068.875	644.972	1.098.749	Depósitos A Prazo	5.654.413	3.383.444	3.852.881	Obrigações P/títs.vals.mobls.no Exterior	1.350.9
Passivo Exigível A Longo Prazo	20.125.457	18.248.955	19.042.632	Captações No Mercado Aberto	0	0	0	Relações Interfinanceiras	
Depósitos	9.862.035	8.855.906	10.757.484	Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	1.498.112	1.326.500	531.773	Relações Interdependências	
Depósitos Interfinanceiros	366.516	406.076	0	Recursos De Letras Hipotecárias	1.883	1.320	0	Obrigações Por Empréstimos	428.6
Depósitos A Prazo	9.495.519	8.449.830	10.757.484	Obrigações Por Títs.vals.mob.no Exterior	1.496.229	1.325.180	531.773	Empréstimos No País-inst.oficiais	10.0
Captações No Mercado Aberto	0	0	0	Relações Interfinanceiras	0	0	0	Emprestimos No Exterior	418.7
Recursos De Aceites E Emissão De Títulos	350.809	562.169	606.706	Relações Interdependências	0	0	0	Obrigações Por Repasse Do País	791.8
Recursos De Letras Hipotecárias	3.717	35.512	1.900	Obrigações Por Empréstimos	494.009	635.571	137.208	Obrigações Por Repasse Do Exterior	
Obrigações Por Tít.e Vals.mobls.exterior	347.092	526.657	604.806	Empréstimos No País-inst.oficiais	1.254	5.536	8.259	Outras Obrigações	1.291.6
Relações Interfinanceiras	0	0	0	Empréstimos No Exterior	492.755	630.035	128.949	Carteira De Câmbio	
Relações Interdependências	0	0	0	Obrigações Por Repasse Do País	3.131.791	2.122.685	1.491.156	Fiscais E Previdenciárias	462.3
Obrigações Por Empréstimos	747.704	373.548	904.059	Tesouro Nacional	74.487	25.862	0	Negociação E Intermediação De Valores	251.3
Empréstimos No País-inst.oficiais	732	869	966	Bndes	2.188.748	1.347.775	842.026	Obrigações P/aquis.de Bens E Direitos	401.8
Empréstimos No Exterior	746.972	372.679	903.093	Finame	868.556	749.048	649.130	Diversas	186.1
Obrigações Por Repasse Do País	3.180.896	3.249.630	3.333.990	Obrigações Por Repasse Do Exterior	0	0	0	Resultados De Exercícios Futuros	11.3
Bndes	2.040.599	2.230.780	2.330.045	Outras Obrigações	845.250	731.552	872.732	Patrimônio Líquido	2.906.3
Finame	1.004.978	921.552	926.687	Carteira De Câmbio	0	3.422	0	Capital Social Realizado	1.569.9
Outros	135.319	97.298	77.258	Fiscais E Previdenciárias	368.892	269.157	247.424	De Domiciliados No País	1.104.8
Obrigações Por Repasse Do Exterior	208.385	214.823	0	Negociação E Intermediação De Valores	23.717	5.106	18.471	De Domiciliados No Exterior	469.4
Outras Obrigações	5.775.628	4.992.879	3.440.393	Obrigações Por Aquisição Bens E Direitos	73.208	127.023	333.220	(-)ações Em Tesouraria	-4.1
Carteira De Câmbio	0	0	8.841	Diversas	379.433	306.844	273.617	Reservas De Capital	157.5

Fiscais E Previdenciárias	601.775	202.729	204.485	Resultados De Exercícios Futuros	12.010	17.161	16.743	Reservas De Reavaliação	8(
Negociação E Intermediação De Valores	0	0	0	Resultados De Exercícios Futuros	12.010	17.161	16.743	Ativos Próprios	
Obrigações Por Aquis. De Bens E Direitos	2.506	22.647	55.607	Patrimônio Líquido	6.072.393	5.504.098	4.001.706	Controladas/coligadas	8(
Dívidas Subordinadas	1.902.462	1.467.393	920.685	Capital Social Realizado	3.690.602	3.386.274	2.324.100	Reservas De Lucro	1.178.07
Instrumentos Financeiros Derivativos	82.860	139.591	352.020	De Domiciliados No País	2.490.837	2.030.020	1.609.274	Legal	123.8(
Diversas	3.186.035	3.170.529	1.898.755	De Domiciliados No Exteior	1.199.765	1.356.254	714.826	Estatutária	990.3(
Resultados De Exercícios Futuros	19.342	13.706	13.815	Reservas De Capital	157.740	157.553	157.553	Para Contingências	
Resultados De Exercícios Futuros	19.342	13.706	13.815	Reservas De Reavaliação	5.124	1.332	1.332	De Lucros A Realizar	
Patrimônio Líquido	8.106.383	7.155.896	6.558.970	Ativos Próprios	0	0	0	Retenção De Lucros	
Capital Social Realizado	5.000.000	3.690.602	3.690.602	Controladas/coligadas	5.124	1.332	1.332	Especial Para Dividendos Não Distribuído	63.8(
De Domiciliados No País	3.472.222	2.561.800	2.624.227	Reservas De Lucro	2.218.927	1.958.939	1.518.721	Outras Reservas De Lucro	
De Domiciliados No Exterior	1.527.778	1.128.802	1.066.375	Legal	223.814	190.317	153.360	Lucros/prejuízos Acumulados	
Reservas De Capital	158.894	158.473	158.059	Estatutária	1.931.215	1.704.724	1.301.463		
Reservas De Reavaliação	7.492	7.991	1.551	Outras Reservas Estatutárias	2.017.983	1.708.891	1.305.630		
Ativos Próprios	0	0	0	(-) Ações Em Tesouraria	-86.768	-4.167	-4.167		
Controladas/coligadas	7.492	7.991	1.551	Para Contingências	0	0	0		
Reservas De Lucro	2.939.997	3.298.830	2.708.758	De Lucros A Realizar	0	0	0		
Legal	391.109	326.949	274.332	Retenção De Lucros	0	0	0		
Estatutária	2.484.990	2.657.983	2.370.528	Especial P/ Dividendos Não Distribuídos	63.898	63.898	63.898		
Outras Reservas Estatutárias	2.620.273	3.009.186	2.719.177	Outras Reservas De Lucro	0	0	0		
(-)ajuste Vlr De Mercado - tvm E Derivat	-83.860	-219.080	-259.700	Lucros/prejuízos Acumulados	0	0	0		
(-)ações Em Tesouraria	-51.423	-132.123	-88.948						
Para Contingências	0	0	0						
De Lucros A Realizar	0	0	0						
Retenção De Lucros	0	260.000	0						
Especial P/ Dividendos Não Distribuídos	63.898	63.898	63.898						
Outras Reservas De Lucro	0	0	0						
Lucros/prejuízos Acumulados	0	0	0						

IV.II Demonstração de Resultados

	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Receitas Da Intermediação Financeira	8.706.775	9.104.038	8.695.425	6.551.966	4.742.091	5.692.648	4.980.613
Operações De Crédito	4.369.055	4.691.445	5.343.680	3.913.964	3.045.149	3.898.836	2.965.043
Operações De Arrendamento Mercantil	0	0	0	-122	2.038	9.758	4.440
Resultado De Títs.e Vals. Mobiliários	3.408.700	2.839.271	5.606.916	2.455.643	1.609.157	1.599.426	1.750.935
Res. Com Instrumentos Financ.derivativos	604.148	913.542	-2.567.963	111.995	52.062	130.753	43.016
Resultado De Câmbio	-82.628	149.905	136.457	70.486	33.685	53.873	217.179
Aplicações Compulsórias	407.500	519.875	176.335	-5.039.108	-3.549.860	-4.367.330	-3.557.255
Despesas Da Intermediação Financeira	-5.797.469	-5.988.091	-8.094.881	-3.678.856	-2.191.472	-2.966.382	-2.379.165
Captações No Mercado	-4.850.770	-4.814.244	-6.226.780	-575.866	-513.764	-663.142	-551.532
Empréstimos E Repasses	-390.268	-499.770	-912.848	-784.386	0	0	0
Provisão Para Perdas Com Créditos	-556.431	-674.077	-955.033	1.512.858	-844.624	-737.806	-626.558
Resultado Bruto Intermediação Financeira	2.909.306	3.115.947	600.764	-694.815	1.192.231	1.325.316	1.423.358
Outras Despesas/receitas Operacionais	-1.478.399	-1.624.399	79.497	1.014.820	-669.469	-590.262	-862.190
Receitas De Prestação De Serviços	1.559.819	1.428.734	1.274.905	-1.049.260	910.301	885.236	834.029
Despesas De Pessoal	-1.491.116	-1.294.928	-1.167.394	-1.355.159	-798.230	-782.718	-829.934
Outras Despesas Administrativas	-1.613.590	-1.575.084	-1.512.533	-215.750	-1.228.290	-1.132.337	-1.117.302
Despesas Tributárias	-316.049	-290.191	-225.566	151.609	-187.852	-168.621	-157.268
Outras Receitas Operacionais	147.107	310.094	1.238.977	-355.755	197.853	602.551	55.744

Outras Despesas Operacionais	-840.909	-1.248.390	-494.791	1.114.880	-357.732	-408.709	-78.642
Resultado Da Equivalência Patrimonial	1.076.339	1.045.366	985.889	818.043	774.481	394.330	431.183
Resultado Operacional	1.430.907	1.491.548	680.261	40.392	502.762	735.054	561.168
Resultado Não Operacional	-20.479	-17.959	-4.416	89.096	332.994	-53.470	-29.353
Receitas	19.396	25.146	39.211	-48.704	0	0	0
Despesas	-39.875	-43.105	-43.627	858.435	0	-53.470	-29.353
Resultado Antes Tributação/participações	1.410.428	1.473.589	675.845	-16.018	835.756	681.584	531.815
Provisão Para Ir E Contribuição Social	-331.028	-21.640	-27.882	253.600	-25.464	-65.890	-10.802
Ir Diferido	366.831	-242.391	487.138	-124.076	25.464	65.890	10.802
Participações/contribuições Estatutárias	-163.025	-157.212	-124.738	-124.076	-96.603	-90.901	-77.678
Participações	-163.025	-157.212	-124.738	-6.008	-96.603	-90.901	-77.678
Administradores	-5.090	-9.227	-7.448	-118.068	-3.798	-3.460	-3.378
Empregados	-157.935	-147.985	-117.290	0	-92.805	-87.451	-74.300
Contribuições	0	0	0	0	0	0	0
Reversão Dos Juros Sobre Capital Próprio	0	0	0	971.941	0	0	0
Lucro/prejuízo Do Exercício	1.283.208	1.052.346	1.010.363		739.153	590.683	464.137

ANEXO V: Balanço Ptrimonial e Demonstração de Resultados: Banco ABN Amro Real S/A.

V.I Resumo do Balanço Patrimonial

Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	31/12/01	31/12/00	31/12/99	31/12/98
Ativo Total	61.627.910,00	55.417.373,00	36.952.237,00	31.610.994,00	27.513.944,00	13.664.418	16.626.701
Ativo Circulante	43.452.798,00	39.633.649,00	25.574.905,00	22.494.846,00	21.871.631,00	10.214.245	14.562.296
Disponibilidades	1.334.539,00	1.206.915,00					
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.113.206,00	1.237.875,00	704.006,00	0,00	0,00	0	0
Operações De Crédito	17.964.220,00	16.003.812,00	10.363.308,00	8.395.540,00	7.502.489,00	4.110.773	3.764.235
(provisão P/ Créditos Liquid. Duvidosa)	(914.292,00)	(1.091.310,00)	(523.176,00)	(466.855,00)	(253.416,00)	-317.568	-263.169
Operações De Arrendamento Mercantil	485.250,00	325.109,00					
Outros Créditos	5.124.634,00	6.161.350,00	4.619.080,00	3.520.152,00	3.629.285,00	1.608.807	4.100.887
Carteira De Câmbio	3.466.661,00	4.680.023,00	3.243.979,00	1.916.482,00	2.521.408,00	908.598	1.251.229
(provisão P/ Outros Créditos Liq.duvid.)	(109.046,00)	(125.380,00)	(52.174,00)	(73.472,00)	(29.235,00)	0	0
Ativo Realizável A Longo Prazo	16.463.014,00	14.048.101,00	10.180.720,00	8.145.050,00	4.775.129,00	2.863.685	1.485.075
Instrumentos Financeiros Derivativos	476.267,00	380.036,00	4.906.635,00	3.963.804,00	0,00	0	0
Operações De Crédito	7.391.726,00	5.541.847,00	3.728.570,00	2.882.924,00	1.424.872,00	1.755.605	972.469
(provisão P/ Créditos Liquid. Duvidosa)	(326.986,00)	(340.696,00)	(163.881,00)	(130.471,00)	(73.780,00)	-96.195	-67.035
Outros Créditos	2.846.938,00	2.600.308,00	1.397.600,00	1.000.564,00	680.312,00	214.305	149.230
Carteira De Câmbio	223,00	23,00	31.418,00	1.655,00	8.069,00	6.585	8.001
(provisões P/outros Créditos Liq.duvid.)	(360,00)	(4.514,00)	(7.720,00)	(3.026,00)	0,00	-18.402	-3.832
Ativo Permanente	1.722.098,00	1.735.623,00	1.196.612,00	1.171.098,00	867.184,00	586.488	579.330

Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	31/12/01	31/12/00	31/12/99	31/12/98
Passivo Total	61.627.910,00	55.417.373,00	36.952.237,00	31.610.994,00	31.610.994,00	13.664.418	16.626.701
Passivo Circulante	38.248.060,00	36.942.736,00	24.063.031,00	24.566.015,00	21.533.972,00	10.865.485	14.925.776
Captações No Mercado Aberto	2.522.699,00	2.442.020,00	517.722,00	1.852.929,00	2.688.911,00	744.589	3.568.364
Carteira De Terceiros	212.994,00	153.788,00	0,00	20.500,00	1.159.000,00		
Obrigações Por Tvm No Exterior	620.029,00	378.230,00	9.387,00	749.342,00	402.218,00		
Empréstimos No Exterior	2.552.965,00	3.949.373,00	1.895.846,00	968.903,00	2.060.604,00	0	747.675
Carteira De Câmbio	1.946.743,00	2.989.437,00	2.671.613,00	4.544.763,00	3.466.104,00	368.487	465.873
Negociação E Intermediação De Valores	639.156,00	609.643,00	(757.535,00)				
Instrumentos Financeiros Derivativos	474.050,00	628.232,00	1.461.541,00	0,00	0,00		
Passivo Exigível A Longo Prazo	15.199.215,00	11.510.782,00	8.141.016,00	3.475.687,00	3.037.636,00	1.325.078	737.245
Obrigações Por Tvm No Exterior	996.439,00	1.025.902,00	349.928,00	624.274,00	1.226.626,00		
Empréstimos No Exterior	259.681,00	80.226,00	111.644,00	106.934,00	83.066,00	65.690	43.638
Instrumentos Financeiros Derivativos	290.347,00	399.024,00	660.718,00	0,00			
Patrimônio Líquido	7.776.362,00	6.658.108,00	4.729.347,00	3.761.606,00	2.939.246,00	1.471.224	956.959

V.II Resumo da Demonstração de Resultados

	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
lucro líquido	1.236.663,00	1.136.664,00	1.208.031,00	764.291,00	290.634,00	151.903	109.639
receitas de interm financ	10.778.835,00	9.669.707,00	10.373.568,00	6.411.719,00	6.325.594,00	3.229.727	2.754.782
receitas de serviços	1.931.969,00	1.561.058,00	1.092.509,00	953.056,00	835.117,00	562.101	527.111

ANEXO VI: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: HSBC Bank Brasil S/A.

VI.I Resumo do Balanço Patrimonial

Descrição da Conta	31/12/04	31/12/03	31/12/02	31/12/01	31/12/00	31/12/99	31/12/98
Ativo Total	34.888.219,00	25.395.099,00	25.286.412,00	22.797.577,00	16.995.497,00	13.046.946,00	13.839.782,00
Circulante	27.086.007,00	19.194.215,00	18.198.819,00	13.310.492,00	10.891.292,00	9.218.219,00	11.915.370,00
Derivativos	394.429,00	502.808,00	1.429.394,00	0,00			
operações de crédito	8.485.323,00	6.338.391,00	5.762.591,00	4.633.866,00	3.905.984,00	2.407.422,00	1.883.740,00
provisões	(473.010,00)	(502.357,00)	(359.428,00)	(344.721,00)	(293.441,00)	(83.691,00)	(94.447,00)
outros créditos	2.952.095,00	2.886.105,00	3.531.969,00	3.057.218,00	2.276.509,00	1.406.861,00	2.241.828,00
carteira de câmbio	1.656.161,00	1.799.905,00	2.835.010,00	2.001.699,00	1.754.611,00	1.070.345,00	1.884.469,00
provisões	(11.792,00)	(20.106,00)	(17.401,00)	(13.958,00)	(17.493,00)	(7.851,00)	(8.324,00)
Realizável no LP	5.631.041,00	4.334.691,00	5.448.397,00	7.989.118,00	4.543.320,00	2.736.581,00	1.111.300,00
derivativos	33.653,00	261.157,00	415.827,00	0,00			
operações de crédito	2.607.373,00	1.839.084,00	1.288.188,00	1.204.201,00	1.099.967,00	837.939,00	577.665,00
provisões	(229.547,00)	(196.664,00)	(81.124,00)	(92.084,00)	(12.936,00)	(39.440,00)	(13.064,00)
outros créditos	622.560,00	577.912,00	573.855,00	829.014,00	405.363,00	262.052,00	103.353,00
carteira de câmbio	0,00	4.262,00	12.997,00	5.589,00	0,00	262,00	
provisões	3.288,00	3.466,00	(1.961,00)	(161,00)	(107,00)	(16.240,00)	(7.086,00)
Permanente	2.171.171,00	1.866.193,00	1.639.196,00	1.497.967,00	1.560.885,00	1.092.146,00	813.112,00
Passivo	34.888.219,00	25.395.099,00	25.286.412,00	22.797.577,00	16.995.497,00	13.046.946,00	13.839.782,00
Circulante	21.244.618,00	17.280.752,00	20.076.766,00	18.859.429,00	13.463.665,00	10.296.570,00	11.479.402,00
Captações no Merc Aberto	1.350.198,00	709.667,00	425.982,00	3.573.505,00	2.164.798,00	1.530.002,00	731.444,00
Carteira de Terceiros	1.134.172,00	629.581,00	406.299,00	452.506,00	1.237.817,00	627.902,00	171.579,00
Tít no Exterior			36.782,00	9.774,00	134.078,00	17.141,00	0,00
Empréstimos no Exterior	1.464.327,00	1.310.629,00	1.790.623,00	1.806.947,00	633.257,00	425.520,00	557.492,00
derivativos	175.411,00	285.294,00	887.219,00	0,00			
carteira de câmbio	1.025.296,00	1.106.971,00	2.458.284,00	1.742.278,00	1.409.529,00	954.015,00	1.660.560,00
Exigível no LP	11.302.368,00	6.459.553,00	3.922.897,00	2.980.286,00	2.576.758,00	1.814.889,00	1.376.063,00
Captações no Merc Aberto	144,00	760,00	869,00	359.845,00	379.826,00	0,00	
Carteira de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos no Exterior	136.692,00	0,00	29.355,00	16.640,00	23.648,00	68.393,00	61.523,00
derivativos	56.541,00	23.068,00	97.677,00	0,00			
carteira de câmbio	0,00	3.371,00	12.194,00	5.594,00			
Patrimônio Líquido	2.325.021,00	1.637.458,00	1.276.732,00	947.923,00	955.421,00	933.127,00	981.072,00

VI.II Resumo da Demonstração de Resultados

	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
lucro líquido	426.150,00	190.102,00	184.839,00	80.531,00	205.246,00	240.373,00	114.735,00
receitas da interm financ	5.988.091,00	5.479.806,00	5.274.297,00	3.700.918,00	2.896.618,00	3.072.953,00	2.650.228,00
receitas de serviços	1.370.358,00	1.188.048,00	1.018.479,00	987.538,00	741.833,00	655.981,00	661.765,00